

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FELIPE FREIRE DE SOUZA SANTOS

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE OLINDA-PE: espaço de memória,
identidade e conflito, um campo em processo.**

RECIFE

2017

FELIPE FREIRE DE SOUZA SANTOS

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE OLINDA-PE: espaço de memória,
identidade e conflito, um campo em processo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Bartholomeu Figueirôa de Medeiros

**RECIFE
2017**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S237p Santos, Felipe Freire de Souza.
O patrimônio histórico e cultural de Olinda-PE : espaços de memória,
identidade e conflito, um campo em processo / Felipe Freire de Souza Santos.
– 2016.
140 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.
Inclui Referências.

1. Antropologia. 2. Patrimônio mundial. 3. Patrimônio cultural. 4.
Memória. 5. Centros históricos. I. Medeiros, Bartolomeu Figueirôa de
(Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-272)

FELIPE FREIRE DE SOUZA SANTOS

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE OLINDA-PE: espaço de memória,
identidade e conflito, um campo em processo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 01/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Judith Chambliss Hoffnagel (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Sylvana Maria Brandão de Aguiar (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Ao programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio a essa pesquisa e aos professores do corpo docente do PPGA que contribuíram para meu crescimento intelectual. Agradecimento especial para Carla e Ademilda da secretaria por toda ajuda incondicional a mim concedida durante todo meu período de pós-graduação.

A todos os cidadãos que trabalham e pagam pesados impostos, dos quais saem as verbas para as pesquisas científicas públicas do nosso país.

Agradecimento ao CNPq pelo apoio concedido.

Aos meus interlocutores que tanto me proporcionaram momentos inesquecíveis por entre as ruas da Olinda tombada.

Gratulações a meu orientador pelos conselhos, indicações e correções ao meu trabalho.

E, em especial, para minha esposa, mãe, tia e irmã pelo apoio ininterrupto durante toda minha vida. Ofereço, sobretudo, para meu saudoso pai. Sempre em minha memória.

Fazei isto em minha memória.

Lc 22,19

RESUMO

Cidade museu e um dos maiores símbolos da nacionalidade brasileira, Cidade que resistiu ao tempo, a invasões estrangeiras e a falta de atenção no que toca a preservação dos monumentos. Uma cidade com quase meio milênio de existência. Olinda é um município brasileiro do estado de Pernambuco. Uma das localidades datadas da primeira metade do século XVI mais bem preservadas do Brasil. Olinda é a uma das mais antigas entre as cidades brasileiras declaradas Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO. Foi o segundo centro histórico do país a receber tal título, precisamente no ano de 1982, após Ouro Preto. Este estudo etnográfico teve como interesse propor uma pesquisa acerca da memória e identidade dos moradores e questões referentes às políticas patrimoniais e como elas estão presentes no cotidiano dos cidadãos do perímetro tombado. Partindo das informações dos moradores sobre os assuntos mais recorrentes no centro histórico da cidade de Olinda, objetivei entender melhor a “lógica” do local do ponto de vista dos moradores.

Palavras-chave: Olinda. Patrimônio. Memória. Identidade.

ABSTRACT

City museum and one of the greatest symbols of Brazilian nationality, city that stood the test of time, to foreign invasions and lack of attention to the preservation of monuments. A city with almost half a millennium of existence. Olinda is a municipality in the state of Pernambuco. One of Localities dated the First Half of the XVI Century Best-preserved of Brazil. Olinda is one of the oldest Brazilian Cities declared Historical and Cultural Heritage of Humanity by UNESCO. It was the second title received the country's Historical Center such, precisely in 1982, after Ouro Preto. This ethnographic study has focused about Memory and Identity of residents, questions concerning equity policies and how this is present in everyday city dwellers of tumbled perimeter. Starting from the residents informations about most recurring subjects debated in the Historic Center of the city of Olinda, I intended a better understandind the "logic" of local residents.

Keywords: Olinda. Heritage. Memory. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do sítio histórico de Olinda 2016.	17
Figura 2 - Loja de artesanato de produtos de Olinda na rua São Bento. Março de 2016...24	
Figura 3 - Leitores de um portal on-line de notícia dando suas opiniões sobre a atual situação de Olinda. Acesso em janeiro de 2016	28
Figura 4 - Fonte: Jornal do Comércio de Pernambuco. Versão on-line. Acesso em agosto de 2016.	29
Figura 5 - Manchete do JC on-line. Acesso em março de 2015.....	31
Figura 6 - Manchete de um portal de notícia on-line: Olinda considerada capital do Brasil e de Pernambuco. Acesso em janeiro de 2016.....	33
Figura 7 - Manchete de um portal de notícia on-line sobre a criminalidade em Olinda. Maio de 2016	35
Figura 8 - Notícia divulgada em um blog sobre Olinda, onde os moradores pedem mais policiamento no sítio histórico. Setembro de 2016	36
Figura 9 - Manchete de um portal de notícia on-line, sobre alguns edifícios interditados em Olinda. Maio de 2015	38
Figura 10 - Manchete de um portal de notícia on-line, que noticia as expectativas de moradores aguardando inquilinos para o carnaval. Janeiro de 2016.....	39
Figura 11. - Catedral da Sé em Olinda. Março de 2016.....	67
Figura 12 - Se não bastasse o descaso total com as ruínas e constante retirada dos tijolos, ainda picharam. Setembro de 2016	79
Figura 13 - 2012, ano da última lavagem das escadarias na igreja do Bonfim, nota-se a cruz encima da Igreja que ainda estava em boas condições. Fonte: Divulgação da Prefeitura de Olinda.	82
Figura 14 - Uma das diversas placas comemorativas no recinto. Março de 2016	86
Figura 15 - Se não fosse por Sr. J o piso teria sido retirado. 'Seria um crime'. Março de 2016	87
Figura 16 - Frente das casas geminadas de Magalhães, na Ladeira da Misericórdia. Abril de 2016.....	96
Figura 17 - Desenho feito por Aloísio Magalhães para a conjugação das duas casas por ele adquiridas em Olinda, 1973.....	96
Figura 18 - A Restauração está orçamentada em quase R\$ 660 mil. Dezembro de 2015..	99

Figura 19 - Reparem no detalhe do entalhe, a igreja do Amparo. Maio de 2016.....	101
Figura 20 - Placa informativa sobre a reforma no local que está orçada em mais de R\$ 3 milhões. Junho de 2016.....	104
Figura 21 - Cruz da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim. Dezembro de 2015	105
Figura 22 - Abandono nas casas no “Balneário do Carmo”. Novembro de 2015	106
Figura 23 - Mais de R\$ 2,66 milhões foram liberados para a obra. Maio de 2016.....	108
Figura 24 - Terreno baldio na ladeira da Sé que serve de ponto de encontro para usuários de drogas e assaltantes segundo moradores. Maio de 2016	114
Figura 25 - Fonte: Portal de notícias Pernambuco IG	120
Figura 26 - É possível ver tal traços característicos desse pichador ou desse grupo por todo Recife e Olinda. Maio de 2016.....	123
Figura 27 - Travessa B.V. na esquina com a rua de São Francisco, detalhe do bairro " Torre vive" bairro da zona sul do Recife, distante, quilômetros do local. Fevereiro de 2016	125
Figura 28 - Parede da igreja do Amparo. Fevereiro de 2016	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- FCPSHO - Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda
- FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
- IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PHAN – Proteção Histórico e Artístico Nacional
- SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SDS - Secretaria de Defesa Social
- SODECA - Associação de Moradores da Cidade Alta
- SPHAN – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	PATRIMÔNIO E MÉTODOS ANTROPOLÓGICOS: MOMENTOS INICIAIS DO CAMPO	15
2.1	A VIVÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA: COMO A CIDADE É RETRATADA NOS REGISTROS JORNALÍSTICOS ATUAIS	25
3.	OS LUGARES DE MEMÓRIA E AS TRADIÇÕES INVENTADAS DOS ESTADOS-NAÇÕES: A FUNÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	40
3.1	O USO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL COMO FERRAMENTA SIMBÓLICA	45
3.2	IDEOLOGIA, MEMÓRIA SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO COMO MEDIADOR SIMBÓLICO	49
3.3	ACERCA DO QUE VEM A SER PATRIMÔNIO	54
3.4	PATRIMÔNIO NO BRASIL	60
4.	BREVE HISTÓRIA DE OLINDA	66
4.1	O QUE É SER OLINDENSE? MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS MORADORES	75
4.2	<i>GENTRIFICATION</i> (ENOBRECIMENTO).....	89
5.	PROBLEMAS NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS: PATRIMÔNIO E COTIDIANO	97
5.1	A VIOLÊNCIA URBANA NO CENTRO HISTÓRICO OLINDENSE	110
5.2	PICHAÇÕES	122
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	130

1. INTRODUÇÃO

Olinda é um município brasileiro do estado de Pernambuco situado na mesorregião Metropolitana do Recife e na Microrregião do Recife, Região Nordeste do país. Pertence à Região Metropolitana do Recife, distando sete quilômetros da capital pernambucana. Uma das localidades datadas da primeira metade do século XVI mais bem preservadas do Brasil, Olinda é uma das mais antigas entre as cidades brasileiras declaradas Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, sendo o segundo centro histórico do país a receber tal título, precisamente no ano de 1982, após Ouro Preto. Olinda foi eleita a primeira Capital Brasileira da Cultura no ano de 2006, após concorrer com as cidades de Salvador e João Pessoa. Além de sua beleza natural, Olinda é também um dos mais importantes centros culturais do Brasil.

Foi a primeira vez que o Brasil elegeu uma capital cultural. O projeto é uma iniciativa da organização Capital Brasileira da Cultura, com o apoio dos Ministérios da Cultura e do Turismo e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Durante todo o ano, em especial no sítio histórico de Olinda, há eventos culturais, como feirinhas de artesanato, ensaios de blocos carnavalescos, grupos de maracatus, afoxés, dentre outros. Também há ambientes mais intimistas, como casas de festas, bares e restaurantes culturais – com saraus literários, muita gastronomia, música ao vivo em bares, eventos organizados por movimentos sociais e etc. Circulam, no meio dessas atividades, pessoas dos mais variados estilos, tanto nativos como turistas, em especial, estrangeiros. Também há outras atividades à beira-mar, em especial em bairros vizinhos ao sítio tombado, frequentados à noite por diversas pessoas.

O conceito de patrimônio foi um dos cerne para o desenvolvimento deste trabalho, pois, como será observado nos capítulos a seguir, o patrimônio olindense é visto pelos moradores a partir de várias perspectivas, e com isso o próprio conceito passa a ser *ressignificado*. Das temáticas abrangidas pela Ciência Antropológica, o Patrimônio se situa como um tema que só levantou interesse há pouco tempo, em especial quando o comparamos com outros temas abordados pela Antropologia. Porém, a partir dos anos 2000, nota-se uma crescente produção sobre Patrimônio na área Antropológica, dada a grande demanda ocorrida não só a nível internacional por conta do incentivo proveniente da UNESCO, como também a nível nacional por ter-se tornado prioridade do Ministério da Cultura após a implantação da lei federal 3.551/ de 4 de agosto de 2000 que prioriza o Patrimônio Intangível, ao adotar o conceito antropológico de cultura. Segundo Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Miriam Pillar Grossi existe a necessidade de um diálogo:

(...) com outras disciplinas na definição do patrimônio e na elucidação de seus significados, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas, tendo em vista a pluralidade de visões e de experiências do público-alvo das políticas públicas nesta área.¹

Partindo dessas breves observações, surgiu-me a ideia de propor uma pesquisa sobre o cotidiano partindo das informações dos moradores sobre os assuntos mais recorrentes no centro histórico da cidade de Olinda e, dessa maneira, procurar entender melhor a “lógica” do local do ponto de vista dos moradores. O meu foco foi conhecer o dia a dia do sítio histórico, e com isso alcançar elementos que só as pessoas que lá moram conhecem com mais profundidade. Diante desse objetivo inicial, durante o campo, pude desenvolver reflexões acerca da memória e história dos moradores com o lugar. E, claro, questões referentes às políticas patrimoniais e como elas estão presentes no cotidiano dos cidadãos da cidade alta.

Desse modo, nesse trabalho etnográfico, o meu objetivo foi além de conhecer, também refletir e problematizar sobre o cotidiano do sítio histórico olindense. As ações dos funcionários dos órgãos gestores do sítio tombado são bem recebidas pela população ou, ao contrário, são recebidas com oposição? Há problemas nas políticas patrimoniais na opinião dos moradores? Qual a relação da memória dos moradores com a cidade e a relação com as moradias tombadas? Como a memória e a identidade dos moradores se relaciona com o local?

O objeto dessa pesquisa foi a memória dos moradores relacionadas com a história oficial, a ressignificação dos espaços e os conflitos dos moradores com as atuais políticas patrimoniais.

Esta etnografia está dividida em 4 capítulos: Assim, no primeiro capítulo descrevo os apontamentos metodológicos da pesquisa, tendo por base, reflexões pertinentes aos passos necessários para a produção de uma etnografia assim como a análise de alguns recortes jornalísticos recentes no que toca ao sítio tombado de Olinda. No segundo, traço um breve histórico sobre o surgimento do Patrimônio Histórico-Cultural nos estados-nações modernos e sua trajetória no Brasil e as principais conceituações sobre memória e identidade usados nas pesquisas patrimoniais. No terceiro capítulo apresento a história de Olinda e reflito sobre a memória e identidade local dos moradores do sítio histórico e a preocupação crescente de alguns locais com processos de *gentrification* no sítio histórico. No quarto capítulo, o estudo será sobre

¹ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R.; GROSSI, Miriam P. A ABA e as pesquisas sobre patrimônio cultural. In: LIMA FILHO; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (Org). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: ABA, 2007, p. 7.

os problemas enfrentados pelos moradores no sítio histórico. Os problemas giram em torno dos conflitos entre os moradores e as políticas patrimoniais, e a violência urbana local.

2. PATRIMÔNIO E MÉTODOS ANTROPOLÓGICOS: MOMENTOS INICIAIS DO CAMPO.

Pesquisar antropológicamente no centro histórico de Olinda, a princípio, foi considerado fácil, pois era um lugar conhecido. No entanto, ao iniciar o campo, no ano de 2015, pude perceber que o desenvolvimento da pesquisa seria mais complexo do que eu imaginava. Como o objetivo desse trabalho foi conhecer o ponto de vista dos moradores e comerciantes locais acerca do patrimônio olindense, tive que adentrar no cotidiano dessas pessoas, e como mero desconhecido isso não foi tarefa fácil.

Entendo o campo como o conjunto de experiência que se inicia com o conhecimento adquirido através da literatura antropológica até a pesquisa realizada dentro dos grupos, ou como escreveu Vagner Gonçalves da Silva², que o campo não é só nossa experiência concreta.³ Dessa forma, nos dizeres da antropóloga Mariza Peirano, vejo a antropologia como uma *bricolagem intelectual*. Peirano escreve que: Todo antropólogo reinventa a antropologia; cada pesquisador está sempre repensando a disciplina. Nossa fonte de renovação teórica é a pesquisa etnográfica; é a ela que devemos a constante renovação que caracteriza a disciplina”.⁴

Por isso que minhas fontes para conhecer a Olinda do ponto de vista dos moradores foram diversas, a cada ida ao campo uma informação qualquer poderia me levar a percorrer alguns novos caminhos metodológicos.

Assim a pesquisa se dividiu em duas grandes etapas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa no campo. Na parte bibliográfica e documental meu objetivo foi apresentar episódios importantes da história de Olinda, visto que percebi que não tinha como fazer um trabalho sobre a memória dos moradores do sítio histórico e seu patrimônio sem levar em consideração episódios históricos que foram materializados em sua arquitetura e subjetivados pelos moradores, cuja história familiar coincide muitas vezes com a história oficial do lugar. Muitos interlocutores afirmaram que suas casas foram construídas por seus ancestrais há pelos menos três séculos, por isso os registros sobre a Olinda de outrora foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

² SILVA, Vagner Gonçalves. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2006.

³ Não que eu pense que a pesquisa realizada em arquivos documentais não seja uma experiência concreta. Essa frase de Gonçalves me remete a ideia de que o campo antropológico não se refere apenas às nossas experiências com os nativos.

⁴ PEIRANO, Mariza. A história que me orienta. IN: Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares / ORG: SCOTT, P. CAMPOS, R. PEREIRA, F. – RECIFE: UFPE, 2014. p. 22.

Durante a pesquisa de campo, logo percebi que outro tipo de recorte também merecia minha atenção, os registros jornalísticos sobre o sítio histórico de Olinda. Em todas as conversas que tive com os moradores, estes ao falarem de problemas como violência e questões patrimoniais sempre perguntavam se eu tinha assistido ao jornal televisivo, ou lido determinada notícia nos jornais impressos. Foram muito recorrentes as seguintes frases: *Tu visse o que saiu no Cardinot sobre Olinda?* ou *Veja na internet o que aconteceu aqui (Olinda)*.⁵ Por essas razões que escolhi algumas notícias recentes ventiladas nas redes midiáticas- como TV, rádio, redes virtuais também chamadas de redes sociais- que apresentam várias ocorrências na parte histórica olindense, pois, a partir do olhar antropológico, pude refletir e dialogar com os moradores sobre os diversos fatos e casos que lá acontecem e como eles são midiaticizados.

A antropologia e seus métodos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa *in loco*, momento que a observação participante foi o cerne durante todo o processo. A convivência com alguns moradores foi essencial, tendo em vista que só assim conheci melhor os aspectos positivos de se morar em um centro histórico, que por sinal é o mais belo que já vi, assim como foi-me possível inteirar-me dos problemas mais profundos, estes só quem mora sabe. Sendo assim, a participação no cotidiano, as entrevistas e as inúmeras conversas com os nativos foram-me fundamentais.

No início da pesquisa, muitos moradores ficaram receosos com a minha presença, pois alguns ficaram pensando que eu seria representante de algum órgão governamental e diante dessa desconfiança nos momentos iniciais do campo, fiquei impedido de entender um pouco os possíveis conflitos existentes no centro histórico de Olinda. Outro obstáculo inicial que notei foi a questão da violência no lugar, alguns ficaram desconfiados da existência da pesquisa. Mesmo mostrando a minha identificação de estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, apenas indo diariamente e me fazendo uma figura cotidiana pelas ruas é que a pesquisa pôde fluir.

Por essas dificuldades iniciais, ainda na primeira metade de 2015, é que fui ao centro de atendimento ao turista para obter algumas informações oficiais sobre o sítio histórico olindense e quem sabe de imediato já encontrar algum interlocutor. Conversei com algumas pessoas, recebi *folders* e outros tipos de materiais que servem de divulgação dos pontos a serem visitados em Olinda. Olhando o mapa que me cederam pude ver a dimensão do meu campo de pesquisa, e com ele fui desbravando o sítio histórico da primeira capital de Pernambuco.

⁵ Cardinot é um famoso apresentador de programa policial de Pernambuco.

No entanto, como será observado no decorrer deste trabalho, meu objetivo foi conhecer e refletir sobre o ponto de vista dos moradores mais antigos do sítio histórico, em especial, aqueles que possuem mais de 30 anos. Esse recorte de idade justifico neste trabalho, pois, a meu ver as pessoas que possuem mais de trinta anos poderiam me fornecer dados mais precisos sobre as modificações no centro histórico, e, além do mais, compartilhar suas antigas lembranças e significados em torno do lugar. Outro detalhe importante foi relacionado com a qualidade das informações etnográficas, por isso que não me preocupei em conversar com todos os moradores, até isso seria uma atividade impossível. Penso como Magnani quando este escreveu que *não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá* (O pesquisador.) p.08.⁶



Figura 1. Mapa do sítio histórico de Olinda. 2016.

⁶ MAGNANI, José Guilherme. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009 .

O antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, em sua etnografia que teve como campo as religiões afro-brasileiras, nos apresenta o envolvimento inicial do antropólogo com as pessoas de determinado grupo. Mesmo sendo um campo empírico distinto do meu, do ponto de vista metodológico esse trabalho é uma leitura muito interessante para se pensar sobre o que é ser antropólogo. Na citação seguinte Vagner da Silva escreve sobre sua experiência de aproximação junto aos interlocutores:

Situações semelhantes a essas são enfrentadas por todo etnógrafo na tentativa de estabelecer um diálogo com seus interlocutores, entrevista-los, observar seu cotidiano, imiscuir-se em suas vidas, enfim, realizar seu trabalho de campo. No caso das pesquisas com as religiões afro-brasileiras, os antropólogos familiarizados com essas situações sabem que é preciso uma dose muito grande de paciência e muito jogo de cintura para desenvolver uma pesquisa considerando o *ethos* do grupo.⁷

As antropólogas Ana Luiza Rocha e Cornélia Eckert escreveram que depois dos consentimentos dos sujeitos que farão parte da pesquisa, e com as participações rotineiras na vida social é que o pesquisador passa a então fazer a observação participante. As autoras escreveram que:

Logo após o pedido de consentimento por parte dos indivíduos ou das pessoas, ou da concordância institucional, o(a) pesquisador(a)-observador(a), em sua atitude de estar presente com regularidade, passa a participar das rotinas do grupo social estudado e sua técnica consiste então na observação participante. A prática da etnografia se torna mais profunda e se constitui como uma forma do(a) antropólogo(a) pesquisar, na vida social, os valores éticos e morais, os códigos de emoções, as intenções e as motivações que orientam a conformação de uma determinada sociedade.⁸

Enfatizo que a colaboração dos interlocutores foi essencial, pois se não fossem as longas conversas e o convívio não teria como eu conhecer o centro histórico de Olinda mais profundamente. Oscar Saez escreve sobre os interlocutores em seu livro afirmando que este é um termo mais flexível que o termo informante, por isso que opto em chamar as pessoas que colaboraram com este trabalho de interlocutoras. Segundo Saez:

Interlocutor é um termo muito bom para todas aquelas situações – talvez a maior parte – em que a pesquisa se realiza falando. Muito mais flexível que informante, porque não sugere um fluxo unidirecional, e porque se abre para um leque muito amplo de trocas

⁷ Ibidem. p. 43

⁸ ROCHA, Ana Luiza & ECKERT, Cornélia. Etnografia: Saberes e Práticas. p. 3 <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/9301/5371>

verbais, muito além da informação. Resta, no entanto, o fato de que nem todos os sujeitos da pesquisa falam conosco, ou falam conosco o tempo todo.⁹

A partir da etnografia, diálogo entre a teoria antropológica e o método de campo, é que com o decorrer dos meses esse trabalho foi estruturado e desenvolvido. Antes de tudo tive que ser aceito pelas pessoas. Sem a confiança dos *nativos* se tornaria muito difícil começar e desenvolver um trabalho antropológico, pois, no caso deste trabalho apenas a observação seria insuficiente para os objetivos propostos. Como Mariza Peirano escreveu:

a etnografia é a ideia- -mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação.¹⁰

Segundo Carmem Lúcia Mattos, a etnografia é uma especialidade da antropologia, e por isso que etnograficamente falando temos a chance de refletir com profundidade sobre o campo de pesquisa. A autora escreve que:

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.¹¹

Com base na citação acima, o fundamental neste trabalho foi compreender a cultura como um sistema de significados para os moradores e comerciantes do centro histórico olindense. Como a autora apresenta, esses sistemas de significados são mediadores entre as ações e interações humanas. Pensando assim podemos refletir sobre essas ações e interações presentes no cotidiano do campo.

⁹ SAEZ, Oscar. Esse obscuro objeto de pesquisa: Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. 1ª edição. Santa Catarina: ed do autor, 2013 p. 151.

¹⁰ PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p.380, jul./dez. 2014 p. 380. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>

¹¹ MATTOS, Carmem Lucia. A abordagem etnográfica na investigação científica. MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG. and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 50

Ao fazer o projeto de pesquisa tive diversas ideias sobre qual caminho deveria seguir, porém desde o primeiro contato que tive com o campo, os olhares e o direcionamento mudaram. A princípio, pensei em um recorte em torno das relações que os moradores de casas tombadas de Olinda possuem com sua moradia. No entanto, o próprio campo, através da convivência, mostrou-me que faria mais sentido se eu procurasse conhecer e compreender o sentimento que o morador constrói com sua casa e também com o sítio histórico. Oscar Saez escreveu que o objeto etnográfico não é algo que deva ter um direcionamento perfeito, isso porque o objeto e os objetivos se transformam, modulam-se regidos pelos meandros que se dispõem a nossa frente por força da pesquisa. Segundo o autor:

No campo, por exemplo, podem se seguir determinados roteiros, mas não há como delimitar o tipo de dados que devam ser observados. Mesmo que o projeto trate de xamanismo, o pesquisador não pode se limitar ao tipo de dados que ele entende como pertinentes ao seu assunto. Se, para ser fiel ao seu projeto sobre xamanismo, ele ignora tudo que alguém quer lhe contar sobre teatro ou projetos de desenvolvimento do governo, ele pode perdendo claves do xamanismo que se encontram precisamente nesse teatro ou nesses projetos. Na pesquisa de campo não pode haver atalhos. A exigência de extensão do trabalho de campo não se deve apenas ao desígnio de açambarcar uma grande massa de dados empíricos, mas sobretudo de evitar esse tipo de atalhos.¹²

Essa citação de Saez foi muito importante para refletir sobre os caminhos que minha pesquisa passou a percorrer. De início eu acreditava que o que seria conversado, mostrado, vivenciado seriam fatos, histórias e problemas diretamente ligados ao patrimônio olindense. Mas desde o primeiro dia outros temas recorrentes na pesquisa foram apresentados e até vivenciados por mim, como a violência. Não tive como ignorar esses dados, pois no momento que essa pesquisa foi realizada os moradores do sítio histórico estavam vivendo em meio a falta de segurança no local e todos queriam falar sobre o assunto, além da grande exposição através da mídia. Por isso que abordo nesse trabalho esse tipo de conflito vivido cotidianamente pelos moradores. Até mesmo por que alguns interlocutores sempre me alertaram de não me esquecer de mencionar a insegurança local na pesquisa.

Então a partir desse assunto tão presente nas conversas, apesar de eu intentar, no início das idas ao campo, não tratar sobre a situação da segurança no local, os moradores pediram para que eu ficasse atento sobre o que se noticiava sobre Olinda nos veículos de comunicação e me aconselhavam dos perigos. Ao fazer uma busca rápida por essas notícias sobre o centro

¹² SAEZ. Ibidem. p.144

histórico, pude perceber mais claramente a tensão dos moradores, principalmente aos finais de semana em alguns pontos, como o do Alto da Sé. Por essa razão que com o passar dos dias em campo, os moradores, que já estavam com mais confiança em mim, começaram a me alertar sobre as minhas caminhadas sozinho ao anoitecer, sempre falando que se possível eu não usasse muito os meus equipamentos eletrônicos, como as câmeras e gravadores, pois eu ficaria muito visado por possíveis assaltantes.

Um outro fato importante nos momentos iniciais da pesquisa foi levar em consideração a disponibilidade de tempo que os moradores muitas vezes não tinham. Segundo Oscar Saez: *O pesquisador deve ter tempo suficiente para perder o tempo, e em princípio deve suspeitar de qualquer caminho demasiado direto: os caminhos diretos são um privilégio do laboratório.*¹³ Por isso que a paciência por saber esperar o tempo certo faz parte do ofício antropológico. Quem determina o tempo são os *nativos*. Evans-Pritchard¹⁴ em seu clássico antropológico *Os Nuer* escreveu que *...tinha que voltar à observação direta e à participação na vida cotidiana das pessoas*. Em Olinda a participação no cotidiano do centro histórico foi a única forma de conhecer a realidade de quem lá mora. No decorrer desta dissertação apresento alguns fatos que só quem de fato mora no centro histórico conhece.

Com base no que apresentei até o momento, este trabalho teve como um dos objetivos apresentar através dos moradores a etnografia de suas memórias em relação ao local. Isso por que no campo foi essencial perceber a dimensão do sítio histórico olindense, tentando alcançar as memórias e suas ressignificações. Por isso que concordo com José Guilherme Magnani¹⁵ quando ele escreve que a etnografia é o momento de compartilhamento de horizontes com os pesquisados, pois é a partir dessa intersecção de ideias que o pesquisador começa a compreender o universo do *Outro*. Na citação seguinte Magnani escreve que:

a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (p.135).

¹³ SAEZ, O. *Ibidem*. p. 144

¹⁴ EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas do povo nilota*. Tradução: Ana M. G. Coelho. Perspectiva: São Paulo, 1978. p. 20

¹⁵ MAGNANI, José Guilherme. *Etnografia como prática e experiência*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

Magnani nesse trabalho ainda apresenta que a prática etnográfica e a experiência etnográfica são distintas. E, durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, pude perceber claramente essa distinção. No início da pesquisa no campo, percebi que o que eu estava vivendo era uma prática etnográfica, que nos dizeres de Magnani, esta é programada, contínua. Posso dizer com base nessa afirmação que no primeiro mês de pesquisa ao tentar me aproximar das pessoas tive que ser o mais objetivo possível. Por falta de confiança dos *nativos*, as conversas iniciais eram bem breves, tive que desenvolver até um breve questionário, pois as pessoas sempre perguntavam: *Quantas perguntas são? Pesquisa de universidade?* Ou seja, algo programado.

Em relação aos meus interlocutores e grandes colaboradores na pesquisa meus alvos foram os moradores e comerciantes. Apesar de ter conversado com alguns turistas, meu interesse era a Olinda para morar e não apenas para visitar. Esses dois lados do mesmo lugar foram muito falados durante a pesquisa, por isso que os residentes foram o meu foco. Mas como citei mais acima tive que saber esperar o tempo certo para conversar com as pessoas; Ora, como Olinda é uma cidade dormitório, muitas pessoas trabalham na cidade do Recife ou em outras localidades da região metropolitana retornando para suas residências ao anoitecer; com esses o momento mais oportuno se deu aos fins de semana e nos feriados. Gentilmente algumas pessoas me recebiam nas manhãs, mas não me davam muita prosa: a partir dessa observação passei a procurar os moradores no horário vespertino. Depois, tornei a ir ao sítio entre o horário das 9 e 10 horas até cerca de 16 horas.

Com os comerciantes, o contato inicial foi também muito breve, entre um comprador e outro eles conversavam comigo. Tão logo percebi que eu poderia obter mais informações a respeito de Olinda sendo eu um comprador, assim o fiz. Fiquei muito interessado na confecção dos artesanatos produzidos e até comprando produtos. Assim, aos poucos, indo rotineiramente aos pontos de comércio, como os mercados e feiras no alto da Sé e no mercado da Ribeira é que pude claramente perceber que o campo finalmente estava se abrindo para mim.

Dessa maneira, de prática etnográfica, passei a ter uma experiência etnográfica, que segundo Magnani¹⁶ sempre é *descontínua, imprevista*, em outros termos, quando o pesquisador percebe que o roteiro para determinado dia de pesquisa passa a não ter tanta importância como antes. Essa questão me leva a William Foot-Whyte¹⁷ em um trecho de seu livro que apresenta sua experiência através da observação participante quando afirma que saber sentar e ouvir é

¹⁶ MAGNANI, José Guilherme. *Ibidem*.

¹⁷ WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. p. 82.

importante para a obtenção de dados. Inclusive, Foot-Whyte afirma que ele conseguiu informações que em uma entrevista não receberia:

Na medida em que sentei e ouvi, obtive respostas para perguntas que nem teria feito se tivesse obtendo informações somente através de entrevistas. Naturalmente não abandonei de todo as perguntas. Aprendi apenas a avaliar a susceptibilidade da pergunta e o meu relacionamento com as pessoas de modo que só fazia perguntas em uma área sensível quando estava seguro de que meu relacionamento com a pessoa era sólido.

Esse processo de aproximação dos interlocutores foi acontecendo com o passar das semanas e com base no que foi apresentado em campo e a pedido de vários colaboradores da pesquisa, assim, como por questões éticas inerentes a Antropologia, não irei apresentar suas identidades. Isto por que pela identificação de seus nomes e de suas moradias as pessoas ficaram com receio de sofrerem algum tipo de perseguição por conta das autoridades competentes aos órgãos governamentais.¹⁸ O pesquisador tem sempre que ter presente as imbricadas redes de poder e repressão sociais, em especial, quando nos referimos ao poder do Estado. *A antropologia se desenvolve dentro de um contexto político e social que informa sua própria razão de ser.*¹⁹ Ao apresentar alguma fala de um morador vou identifica-lo com uma ou mais letras maiúsculas, as quais não coincidem necessariamente com o nome real deles.²⁰

¹⁸ Como ocorreu mais de uma vez no campo, um exemplo marcante foi quando de uma entrevista concedida por um morador que trabalha como autônomo, repentinamente veio ao nosso encontro um funcionário da prefeitura. Nosso interlocutor ficou assustado e depois nos falou que tinha medo de represálias, o funcionário ainda me perguntou me olhando de cima a baixo “É jornalista, é o quê? Isso aí? Algum problema?” “Se eu me senti um tanto assustado e com receio, imagine nosso interlocutor que vive na cidade.

¹⁹ FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/1106/910>>

²⁰ Rege o código de ética da ABA que “Constituem direitos dos antropólogos e das antropólogas, enquanto pesquisadores e pesquisadoras: 3. Direito de preservar informações confidenciais. Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos e antropólogas: 3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.

4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.” Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=3.1> Acesso em: maio de 2016.



Figura 2. Loja de artesanato de produtos de Olinda na rua São Bento. Março de 2016.

A imagem acima possui grande significado para o desenvolvimento deste trabalho. Esse prédio serve de estabelecimento comercial e residência para os proprietários. Os produtos comercializados são de artesãos olindenses, e a importância para meu trabalho foi que através da pessoa que gentilmente me recebeu, pude obter as primeiras informações sobre como é o centro histórico de Olinda no seu dia a dia. Através desse interlocutor e das artes que ele me apresentou é que comecei a prestar mais atenção como a cidade de Olinda é materialmente representada pelos seus artistas e quais caminhos a serem seguidos; foi uma grande fonte de renovação metodológica.

Deste modo, compreendemos que os momentos iniciais da pesquisa (de) e no campo podem não ser tão fáceis por uma série de circunstâncias. Entretanto, saber lidar com os percalços iniciais foi essencial para o desenvolvendo do trabalho, e, além disso, pude viver uma experiência etnográfica, pois, como Clifford Geertz²¹ escreveu: *devemos ver a sociedade como um objeto e experimentá-la como sujeito*. E foi dessa forma que se iniciou meu contato com os *nativos* de um sítio histórico.

²¹ GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 45.

2.1 A VIVÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA: COMO A CIDADE É RETRATADA NOS REGISTROS JORNALÍSTICOS ATUAIS.

Esse tópico tem como proposta apresentar como o centro histórico da cidade de Olinda-PE é retratado em diversos meios de comunicação. O objetivo será apresentar algumas situações que fazem parte da rotina do centro histórico e como estas são noticiadas. Para isso algumas questões precisam ser refletidas. O que esperar de um centro histórico patrimônio cultural da humanidade? Quais são as relações que os indivíduos que residem no centro histórico estabelecem com o local? Quais são os problemas enfrentados no centro histórico e como essas são noticiadas?

Entretanto, antes de responder esses questionamentos é indispensável justificar a razão pela qual intento usar notícias que foram midiaticizadas como dados para uma reflexão antropológica. Primeiro, gostaria de salientar que ter um olhar minucioso sobre o que se noticia nos veículos de comunicação é muito relevante, pois do ponto de vista antropológico, podemos obter dados a respeito dos assuntos mais recorrentes em determinada época e lugar. Apesar desse trabalho ter como objetivo geral alcançar a realidade dos moradores de casas tombadas e as circunstâncias decorrentes desse cotidiano, neste ponto refletirei acerca de algumas notícias que apresentam – melhor dizer – sintetizam bem vários problemas corriqueiros no centro histórico olindense de uma forma geral. Um dado muito importante foi que durante a pesquisa no campo ao conversar com alguns interlocutores, perguntas do tipo eram frequentes: “Você assistiu ao jornal ontem sobre o centro histórico? ”, “Você viu que os problemas nas Igrejas já estão na internet?” Diante disso, não poderia desconsiderar as informações jornalísticas, pois seus conteúdos, sua veiculação, têm grande repercussão na sociedade.

Para Claudia Lago, a relação dos fatos jornalísticos com a realidade corrente é importante para poder apreender o ponto de vista do *Outro*. Por conseguinte, o recorte que irei apresentar ao leitor nas próximas páginas concerne em como algumas faces do cotidiano olindense são retratadas pelos veículos de comunicação, pois:

Tanto Antropologia quanto Jornalismo colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. Ambos utilizam, para isso, de informantes (no caso de um) e fontes (no caso de outro), que,

por sua vez, são identificados como aqueles que podem fornecer informações confiáveis sobre o observado.²²

Para Glaucia Mendes,²³ na história da Antropologia, a notícia passou a ser vista como uma construção social. Assim sendo, podemos compreender as notícias que serão expostas a respeito do centro histórico de Olinda como parte do reflexo de uma realidade bem mais ampla tendo em vista que:

A notícia passou a ser vista como uma construção social. De acordo com Schudson (1995, p. 20, tradução nossa), “as estórias dos jornais ou dos telejornais transformam um evento ou uma declaração em uma forma cultural chamada notícia”, cujo poder reside “não somente (e nem mesmo primariamente) em seu poder de declarar as coisas como verdadeiras, mas em seu poder de prover as formas nas quais as declarações aparecem” (idem, p. 54, tradução nossa).

Segundo Luís Gonzaga Motta, a notícia vai além da informação, porque ao mesmo tempo que são informativas, o que é noticiado envolve a imaginação dos leitores. Podemos inclusive perceber que com o avanço da *internet*, os leitores não são mais passivos; através dos espaços para comentários e dos compartilhamentos nas redes sociais os leitores podem opinar sobre e dispor-nos de informações adicionais sobre que foi noticiado. O que poderia ser uma notícia local, pode ser propagada e acessada de qualquer lugar do planeta. Motta nesse trabalho afirma que consumir notícias passou a ser um ato culturalmente importante, pois se agregou ao cotidiano do homem moderno. Na citação seguinte, Motta deixa claro que o ato da leitura de uma notícia sempre influi e impacta na memória cultural das pessoas, situando-as na sociedade em que estão inseridas:

(...) e a notícia é um produto cultural cuja magnitude vai além do ato de informar, situando o indivíduo na complexa sociedade contemporânea. Para nós, as notícias assumem uma forma narrativa, uma contraditória narração logomítica da história contemporânea. Por um lado, são informativas (ainda que impregnadas de elementos das ideologias e dos imaginários de quem a produz). Por outro lado, essas mesmas notícias instigam a imaginação dos leitores receptores, que trazem para o ato de leitura toda a memória cultural de que são portadores.²⁴

²² LAGO, Claudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH – Vol. 6 - Número 1 – 2010. p.182 <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/745/567>

²³ MENDES, Glaucia. A construção da notícia sob a ótica etnográfica: contribuições da antropologia para os estudos de jornalismo. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, p. 283-303, jan./jun. 2013 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v34n2p283-303>

²⁴ MOTTA, Luiz. Para uma antropologia da notícia. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002. p. 12

Na imagem a seguir podemos observar o ponto de vista de alguns leitores acerca de uma matéria veiculada por um portal de notícias *on-line* acerca de uma notícia sobre o descaso com o patrimônio histórico-cultural material olindense. Na manchete, lemos: “Casarios históricos em Olinda estão abandonados e depredados”. Nessa matéria de 29 de outubro de 2015 foi noticiado que casas tombadas na praça do Carmo, em Olinda, estão abandonadas pelo poder público. Não obstante, o lugar além de ser a principal via de acesso ao sítio tombado e, decerto, um dos cartões postais da cidade, como enfatiza um entrevistado, é frequentemente usado por usuário de drogas consideradas pesadas, tais como Crack e Cola. Esses casarios pertencem ao estado de Pernambuco, mas a responsabilidade pelo zelo é da secretaria de turismo de Olinda. Segundo a reportagem, essas casas foram construídas há mais de cem anos como um presente de um pai para suas filhas. Na reportagem é inserida a fala de um entrevistado, que é corretor imobiliário de centro histórico olindense, ele afirma: “É o cartão postal de entrada de Olinda, praticamente. São quatro casas belíssimas, mas completamente abandonadas”, apontou Castro. No final da matéria, os leitores comentam a respeito do que foi tratado. A seguir apresento três comentários. No primeiro comentário, o leitor assevera que todo o município de Olinda está entregue à sorte dos acontecimentos e que esta é uma cidade fantasma decorrente da falta de uma boa gestão pública no lugar. No segundo comentário podemos depreender que o leitor atribui a responsabilidade pelo descaso com o centro histórico à população, pois a preocupação das pessoas está mais direcionada para época de prévias carnavalescas do que com os prédios deteriorados. Do seu ponto de vista, se o interesse da população aumentasse sobre o descaso, a realidade do centro histórico seria outra. No terceiro comentário, apesar de mal escrito, podemos ver algo que será apresentado e discutido nessa pesquisa, a proibição por parte do IPHAN, pela prefeitura e pelo Ministério Público de modificações/reformas no centro histórico.



Figura 3. Leitores de um portal on-line de notícia dando suas opiniões sobre a atual situação de Olinda. Acesso em janeiro de 2016.

Assim, podemos perceber através dessa matéria que existe uma contradição presente na realidade de Olinda.²⁵ Se o imóvel é tombado, se deveria ser constantemente cuidado para não descaracterizar o perímetro tombado, por que existem muitos imóveis depredados? Coloquei como contradição, uma vez que, por outro lado, os moradores de casas tombadas são constantemente cobrados e lembrados pelos órgãos governamentais para não haver descaracterização dos imóveis. Por esse e outros fatores é que o centro histórico de Olinda é muito noticiado. Os temas das matérias são diversos: patrimônio cultural, carnaval olindense, gastronomia, artesanato, manifestações religiosas e artísticas. Mas também se noticia sobre os altos índices de violência, descaso com o centro histórico, falta de manutenção dos prédios tombados e a depredação dos mesmos.

Segundo a pesquisadora Olívia Maria da Cunha, nos últimos anos os antropólogos têm se unido aos historiadores e arquivistas nas pesquisas realizadas com documentos e arquivos, estes vistos como produtores de conhecimentos. Cunha afirma que os documentos não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados.²⁶

²⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/casarios-historicos-em-olinda-estao-abandonados-e-depredados.html> Acesso em janeiro de 2016

²⁶ CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: Uma etnografia no arquivo. MANA 10(2):287-322, 2004.

Podemos concluir, portanto, que a partir dessa multiplicidade de assuntos noticiados sobre Olinda e seu centro histórico que por se tratar de um lugar de memória e preservação este é um tema recorrente nas matérias. Além de ser um destino turístico muito procurado. Como exemplo, temos na imagem a seguir uma manchete de Jornal que apresenta como a falta de zelo com o patrimônio histórico é lamentado também pelos moradores do município vizinho, pelos recifenses.^{27 28}



Figura 4. Fonte: Jornal do Comércio de Pernambuco. Versão on-line. Acesso em agosto de 2016.

Um dos grandes problemas constantemente apresentado nas reportagens é no que se refere à limpeza das vias públicas no centro histórico. Na data 29.08.2014, foi realizada uma matéria na emissora pernambucana TV Jornal29 que apresentou como os acúmulos de lixos são um dos problemas diários em Olinda. Sendo a responsabilidade da limpeza do poder público municipal, os moradores cobram dos seus gestores, rígida fiscalização e rápida providência. Como o centro histórico de Olinda é um dos cartões-postais não só de Pernambuco, porém, de

²⁷Disponível em < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/08/17/recifenses-lamentam-falta-de-zelo-com-o-patrimonio-historico-da-cidade-248996.php>>. Acesso em agosto de 2016.

²⁸ Sempre temos que ter presente a importância econômica que o turismo aos centros históricos das duas cidades tem na economia pernambucana, quem visita Recife, também visita Olinda e vice-versa, a boa conservação, segurança e boa-estrutura das duas cidades são fundamentais.

²⁹ Disponível em: < <http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2014/08/29/lixo-toma-conta-de-ruas-e-de-sitio-historico-de-olinda-15576.php>>. Acesso em agosto de 2015.

todo o Brasil, a imagem do lugar pode acabar sendo comprometida. Como podemos perceber no seguinte trecho da matéria abaixo:

Moradores reclamam sobre a irregularidade na coleta de lixo em Olinda, no Grande Recife. O caminhão responsável pela limpeza não passa com frequência e ainda não recolhe todo o material. A sujeira e os entulhos colocados nas ruas e calçadas atrapalham a acessibilidade dos pedestres e a fluidez do trânsito. Todos os bairros, entre pontos turísticos e lugares mais afastados do centro, estão sendo afetados pelo problema.

O cuidado com a limpeza pública não parece estar à altura da importância do local histórico na Cidade Alta. Há lixo espalhado pelas ruas e as lixeiras estão abarrotadas de dejetos. Muito entulho permanece depositado próximo às paradas e estabelecimentos comerciais no bairro do Carmo.

Os trechos de reportagens que estão sendo apresentados nesse espaço são como documentos que precisam ser interpretados para assim depreendermos melhor as relações entre moradores de prédios tombados e as políticas de preservação. Diante disso, é importante destacar o cruzamento de olhares para determinado fato noticiado. Temos o olhar do repórter, do entrevistado e do leitor, e a partir desses três sujeitos o fato vira notícia e se repercute. Para a antropologia o uso das notícias de jornais é uma alternativa para o entendimento do universo do *Outro*, ou seja, uma forma interessante de olhar metodologicamente para a alteridade. E, como o recorte é em torno de reportagens que aconteceram entre 2013 e 2016, podemos ter a oportunidade de fazer a ligação do que foi escrito na notícia com o visto e ouvido no local.

Em 13 de março de 2015, foi publicada uma matéria jornalística cujo título é: “Olinda revisa lei específica do Sítio Histórico da cidade: Moradores são convocados a participar do debate. Primeira palestra sobre o assunto será quarta-feira, dia 18”³⁰. Essa matéria é muito importante para ser pensada a partir do patrimônio, memória e suas ressignificações, pois o que se noticia é a iniciativa de tomar decisões por parte do poder público levando em consideração as percepções dos moradores.

³⁰ Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/13/olinda-revisa-lei-especifica-do-sitio-historico-da-cidade-172048.php> Acesso em março de 2015.

HOME + CIDADES + GERAL

URBANISMO

Olinda revisa lei específica do Sítio Histórico da cidade

Moradores são convocados a participar do debate. Primeira palestra sobre o assunto será quarta-feira, dia 18

Publicado em 13/03/2015, às 08h08

f t G+ in e



Funcionamento de bares noturnos na Cidade Alta é um dos temas a ser discutido na revisão da lei

Foto: Ricardo B. Labastier/JC Imagem

JC PREMIUM



Edições anteriores Assine o JC



O SEU CLUBE DE FIDELIZAÇÃO

DESCONTOS DE ATÉ 50% EM SHOWS E PEÇAS TEATRAIS.

Figura 5. Manchete do JC on-line. Acesso em março de 2015.

A referida matéria em seu início afirma que no aniversário do quadringentésimo octogésimo ano de fundação de Olinda haverá uma revisão da Legislação Urbanística dos Sítios Históricos, Lei nº 4848 que foi criada em 1992 para ordenar o uso do solo na cidade alta do centro histórico da cidade. A população do local foi convidada a participar dessas discussões com o objetivo de atualizar essa lei municipal. Á época dessa entrevista dois assuntos que estavam nas pautas de discussões: os bares e facultades no centro histórico. Uma das entrevistadas foi a então secretária-executiva de Patrimônio de Olinda que afirma que apesar da legislação da cidade ter sido feita com responsabilidade, ela está desatualizada: “Os usos se transformaram e a sociedade também mudou, a lei precisa acompanhar tudo isso”. Nesse trecho da entrevista notamos que as questões das reutilizações e ressignificações do solo histórico de Olinda começaram a ser reconhecidas pela prefeitura de Olinda como tema a ser debatido. Em seguida, na mesma matéria, a reportagem muda o foco para os moradores, é apresentado que para os residentes do centro histórico de Olinda não faz sentido a retirada dos bares e facultades do local, afirmando que essas e outras atividades impulsionam a economia local, levam vida à cidade alta. Como podemos verificar em seguida, em um trecho da entrevista, os moradores almejam um diálogo maior entre a preservação e a inovação no centro histórico:

"Sem tirar a beleza arquitetônica do casario, a prefeitura não pode privar os moradores do Sítio Histórico das inovações tecnológicas e da boemia", acrescenta Greys. Dona de casa e moradora da Cidade Alta há mais de 50 anos, Cacilda Baldez também defende a permanência dos bares. "Nenhum deles é barulhento, dá para compatibilizar com moradia", afirma Cacilda.³¹

A discussão sobre patrimônio material extrapolou os limites do concreto. O patrimônio passa a ser ressignificado levando em consideração a sua imaterialidade, muito representada na memória dos moradores do local. Essas memórias também passam a fazer parte do que foi patrimonializado, por causa disso é que podemos afirmar que esses bens ganham novos sentidos. Fazendo uma reflexão da reportagem anterior podemos perceber que um sítio histórico, como o de Olinda, não deve ficar obsoleto. Um sítio tombado deve viver não só do passado, pois sua história é constantemente ressignificada e seus espaços reutilizados e revitalizados. Por essa razão é que os moradores apoiam o comércio e instituições de ensino no centro histórico, já que tais atividades atraem pessoas para o local, dinamizando o comércio e a rotina do mesmo. Os cidadãos estão cientes da questão da preservação do lugar, todavia, reconhecem que existem trabalhos urgentes a serem feitos em prol da conservação da cidade-monumento. Como vemos, o centro histórico de Olinda concentra muitas atividades, que vai da gastronomia até circuitos literários e eventos musicais. Segundo Daniele Silva:

A cidade [Olinda] é sede de eventos culturais, como “Arte em Toda a Parte”, que contempla uma exposição de centenas de obras de artistas plásticos e artesãos, sobretudo na Rua do Amparo, por concentrar uma enorme quantidade de ateliês; e a Mostra Internacional de Música em Olinda (Mimo), com diversas apresentações culturais regionais, nacionais e internacionais e habilidades musicais diversas. Na gastronomia, há destaque para a tapioca, considerada patrimônio imaterial da cidade, bem como os estabelecimentos que oferecem pratos regionais e internacionais.³²

³¹ Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/13/olinda-revisa-lei-especifica-do-sitio-historico-da-cidade-172048.php>

³² SILVA, Daniele. XAVIER, Maria & LINS, Samuel. O Turismo e sua Influência no Comércio, Comunidade e Desenvolvimento Local do Sítio Histórico de Olinda-PE. Documentos técnicos científicos. Volume 44 | Nº 01 | janeiro - março | 2013 p. 60.

Em 27 de janeiro de 2016, em um portal de notícia *on-line*, foi ventilada uma manchete cujo título é: “Nesta quarta, Olinda é considerada capital do Brasil e de Pernambuco.”³³ Todos os anos a cidade de Olinda, no dia 27 de janeiro, recebe por 24 horas o título simbólico de capital brasileira e pernambucana. Na matéria jornalística é apresentada que a homenagem acontece por causa do aniversário da Restauração Pernambucana, que foi o movimento que gerou a rendição dos holandeses em terras de Pernambuco. Em 2003, foi promulgada uma lei ordinária do estado de Pernambuco, Lei nº 12.500, de 15 de dezembro de 2003 Art. 1º decreta que:

Art. 1º Nos dias de 27 de janeiro de cada ano, Olinda passa ser reconhecida, durante aquele dia, como a Capital Simbólica de Pernambuco.

Art. 2º A cada 50 (cinquenta) anos, durante as comemorações da Restauração Pernambucana e Nordestina, o (a) Prefeito (a) de Olinda e sua Câmara de Vereadores serão simbolicamente intitulados Prefeito (a) e Câmara de Vereadores Mor de Pernambuco.



Figura 6. Manchete de um portal de notícia *on-line*: Olinda considerada capital do Brasil e de Pernambuco. Acesso em janeiro de 2016.

³³ Disponível em: < http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/01/27/interna_vidaurbana,623932/nesta-quarta-olinda-e-considerada-capital-do-brasil-e-de-pernambuco.shtml>.

No ano de 2010, foi assinado a nível federal um decreto que também proclama Olinda como a Capital Simbólica do Brasil. Esse decreto tem a mesma redação da Lei Estadual e sua importância é notória do ponto de vista do reconhecimento da história do burgo fundado por Duarte Coelho para a formação do país. Apesar desse reconhecimento oficial, segundo relatado na matéria, não houve comemorações marcadas neste dia. Nos comentários ao fim da notícia, alguns leitores escreveram que não adianta muito existir uma data simbólica, sem haver um impacto real na realidade. Isso mostra que para a população, o reconhecimento não é apenas algum título concedido, o mais importante são os impactos na realidade. Ou seja, se os moradores estão satisfeitos com a gestão patrimonial do local e se esta encontra aceitação.³⁴

Por essas razões é que moradores cobram além do zelo pelo patrimônio local, a segurança; isso porque o centro histórico de Olinda se tornou, segundo moradores e comerciantes, um lugar inseguro para se viver e passear. Durante a pesquisa de campo, muitos dos nossos colaboradores afirmaram que já há alguns anos, grupos de baderneiros frequentam o sítio histórico visando os turistas desavisados para cometer furtos e assaltos. Inclusive, os interlocutores afirmaram que a segurança pública não é eficiente e que os prédios antigos abandonados e os terrenos baldios atraem esse tipo de pessoa ao local. No título da reportagem a seguir temos: “Criminalidade assusta moradores do Sítio Histórico de Olinda: Nos quatro primeiros meses deste ano, 379 casos de furtos foram notificados”.³⁵

³⁴ Lembremos sempre do conceito de “Ressonância” de José Reginaldo Gonçalves.

³⁵http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2016/05/13/interna_vidaurbana,644452/criminalidade-assusta-moradores-do-sitio-historico-de-olinda.shtml Acesso em julho de 2016.

VIOLENCIA

Criminalidade assusta moradores do Sítio Histórico de Olinda

Nos quatro primeiros meses deste ano, 379 casos de furtos foram notificados

Por: Diário de Pernambuco
Publicado em: 13/05/2016 07:16 Atualizado em:

Moradores e comerciantes do Sítio Histórico de Olinda estão assustados com uma sequência de crimes nas ruas da Cidade Alta. Assaltos a qualquer hora do dia e arrombamentos de residências e comércios têm sido frequentes na localidade. A administradora de empresas Rosa Barcellos sabe bem o que representa esse aumento da insegurança na localidade. Em pouco mais de um mês ela teve a casa invadida por criminosos duas vezes, na Rua Antônio Francisco Gomes, no bairro do Carmo. Segundo a Companhia Independente de Apoio ao Turista da Polícia Militar (CIATur), nos quatro primeiros meses deste ano, 379 casos de furtos foram notificados nos bairros do Carmo, Amparo e Varadouro.

Figura 7. Manchete de um portal de notícia on-line sobre a criminalidade em Olinda. Acesso em maio de 2016.

Ao lermos o título da matéria, a primeira coisa que pode vir em mente, principalmente se imaginarmos um leitor que esteja em Recife-PE para conhecer Olinda, é que a princípio a reportagem parece estar apresentando uma outra cidade, mas na verdade o que é mostrado é a outra face de Olinda. Logo no início, a reportagem apresenta que os moradores e comerciantes do centro histórico olindense estão assustados com a onda de crimes, principalmente nas ruas da cidade Alta. Os assaltos e os arrombamentos a residências são frequentes. Segundo a matéria, do início de 2016 até a publicação da reportagem no mês de maio, foram 379 casos notificados. Os moradores exigem do poder público providências. Os dados que ouvimos no campo de pesquisa mostram que alguns moradores que pretendem deixar seus imóveis, foi percebido muitas placas de aluga-se e vende-se em diversas casas.

Inclusive a questão dos altos índices de violência no centro histórico atrapalhou um pouco o desenvolvimento da pesquisa, pois muitos moradores ficaram receosos com a minha chegada, duvidando, a princípio, da existência da investigação. Muitos moradores e comerciantes também me alertaram sobre o perigo de ficar andando sozinho pelas estreitas ruas de Olinda-PE, já que os assaltos são realizados em grupos e os visitantes são bem visados. Outro alerta importante que recebi durante o desenvolvimento da pesquisa foi de não ir para a cidade alta de Olinda em dias de jogos clássicos do futebol pernambucano, pois, de acordo com os moradores, terrenos baldios servem de ponto de encontro e enfrentamento de torcidas organizadas.



10

MORADORES DO SÍTIO HISTÓRICO PEDEM MAIS POLÍCIAMENTO

Postado por: Acioil Alexandre Em: Olinda Polícia, Segurança, Sítio Histórico

Um grupo de moradores de Olinda realizou protesto nessa sexta-feira (09), pedindo maior policiamento na área do Sítio Histórico. Segundo eles, muitos assaltos e até arrastões vêm ocorrendo na área.

Os manifestantes se reuniram em frente à Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe e percorreram as principais ruas da Cidade Alta, passando pelo Amparo e chegando aos Quatro Cantos. Cerca de 100 pessoas participaram do ato.

PREVISÃO DO TEMPO:

Tempo	29°	24°
Segunda	28° 23°	
Terça	28° 23°	
Quarta	28° 23°	

FAVORITOS

A Voz da Vitória (Vitória de Sto. Antão)

Blog Augusto Moraes

Figura 8. Notícia divulgada em um blog sobre Olinda, onde os moradores pedem mais policiamento no sítio histórico. Acesso em setembro de 2016.

Os moradores vivem em um grande conflito, pois sabem da importância histórica que o sítio histórico de Olinda possui, entretanto não estão a receber nenhum benefício em prol da segurança do local. Uma moradora que pediu que eu não a identificasse na pesquisa falou que as autoridades que tratam dos assuntos patrimoniais só enxergam aquela parte de Olinda como um lindo quadro, mas se esquecem que o perímetro tombado faz parte de uma grande metrópole, que possui muitos problemas, incluindo a violência. A moradora afirma que: *Eles não percebem que cuidar do patrimônio arquitetônico da cidade também é cuidar da segurança. Já que não podemos colocar muro, cercas elétricas e outro tipo segurança nos nossos imóveis, por qual razão não investem na nossa segurança. Estamos aos poucos nos tornando reféns da insegurança. Olinda não era assim.*

Esse ponto de vista da moradora é bem interessante se fizermos uma ligação com o artigo de Gilberto Velho, cujo título é: *Violência: uma perspectiva antropológica*. Nesse trabalho que foi fruto de um simpósio em 1986 sobre violência no Brasil, organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Velho discute sobre a *sensação de insegurança*

que tem como consequência uma sociologia do medo. Por isso que ao caminhar pelo centro histórico de Olinda pude apreender que ao iniciar conversas com moradores, todos falaram de suas experiências, seja direta ou indireta com episódios violentos no lugar. Velho escreveu que essas experiências compõem *um quadro de radical alteração nas expectativas e padrões de sociabilidade*. Os moradores mais antigos do lugar falam que há muitos anos não tinham medo de ficar até tarde da noite às portas de suas casas para conversar com a vizinhança. Alguns residentes falam que essa sociabilidade ainda acontece, mas nem se compara com a antiga rotina do lugar. No que concerne a essas questões do medo dos cidadãos diante da violência, Velho escreve que:

há que se constatar o desalento, o ceticismo e também o medo diante da atuação do poder público. Constata-se, no dia-a-dia, a falência do Estado em garantir mínimas condições de cidadania para a população do país, desde o mercado de trabalho, passando pela educação, saúde, e transporte, para desaguar de modo fragoroso na insegurança generalizada. Os níveis federal, estadual e municipal revelam-se muito pouco capacitados para organizar e coordenar atividades básicas que garantam minimamente a qualidade de vida da sociedade. A crescente percepção da corrupção generalizada só agrava o referido quadro em que indivíduos e categorias sociais vivem sob a permanente sensação de desmoralização e ameaça à sua integridade física e moral.³⁶

Outra matéria sobre o centro histórico de Olinda noticia que muitos imóveis, alguns com mais de 400 anos como, por exemplo, o seminário de Olinda, onde funciona a Igreja da Graça. Em reportagem publicada em um portal *on-line*, no dia 29 de maio de 2015, é relatado que a defesa civil apontou vários problemas nesse imóvel: problemas na madeira do telhado e no piso da biblioteca, umidade nas paredes e rachaduras graves na fachada, como descrito.

Na reportagem, o então superintendente do IPHAN, Frederico Almeida, afirma que através da Lei Rounet (Lei Federal de Incentivo à cultura), será captado o valor de R\$ 4,7 milhões de reais para esse tipo de obra, considerada emergencial. A obra, conforme os dados apresentados, foi avaliada em R\$ 16 milhões. Diante de tanta burocracia relacionada às autorizações para a reforma e restauração do imóvel, a matéria apresenta a visão de alguns moradores diante do fato. Uma moradora entrevistada expõe que: *É uma vergonha com o patrimônio tombado. O que custa subir no edifício e consertar as telhas?* Outro morador, muito preocupado com a situação da Igreja, que a cada dia a situação piora: *É um escândalo. A igreja está fechada há três anos, cheia de lixo e poeira, e não fizeram nada, é um descaso sem*

³⁶ Suplemento, Encarte especial Violência, Revista Ciência Hoje, janeiro-fevereiro, 1987. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/gilbertovelho.htm#_edn1

tamanho, uma ameaça ao título de Patrimônio da Humanidade”, afirma o morador da Cidade Alta.³⁷

MENU

HOME > CIDADES

PATRIMÔNIO

Sítio Histórico de Olinda está com duas igrejas e o seminário interditados

As edificações foram fechadas pela Defesa Civil porque correm o risco de desabar

Publicado em 29/05/2015, às 08h08

f t G+ in Q

Qual é o hotel nº 1 em Olinda?

R\$113
Reservar agora
TripAdvisor

Edições anteriores Assine o JC

JC clube
O SEU CLUBE DE FIDELIZAÇÃO
DESCONTOS DE ATÉ 50% EM SHOWS E PEÇAS TEATRAIS.

JC Digital e JC Premium

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Piso da igreja de Nossa Senhora da Graça dilatou e se quebrou em Olinda
Foto: Guga Matos/JC Imagem

Cleide Alves
cleidev@jr.com.br

Figura 9. Manchete de um portal de notícia on-line, sobre alguns edifícios interditados em Olinda. Acesso em maio de 2015.

Outros tipos de notícias bem recorrentes sobre o cotidiano olindense são sobre as manifestações culturais, muito conhecidas mundialmente, como o carnaval, e o problema da descaracterização do centro histórico. O carnaval é um dos momentos mais aguardados como também indesejados por muitos moradores de Olinda. Grande parte dos residentes fazem de suas moradas hospedagens para foliões durante os quatro dias de carnaval. Dependendo do imóvel o aluguel para os quatro dias de folia pode sair por mais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Porém neste ano de 2016, por conta da grave crise econômica no Brasil, muitas pessoas desistiram de brincar o carnaval em Olinda alugando casas. Como consequência da crise financeira, diversos moradores ficaram preocupados com a falta de inquilinos, e deixaram de contar com o dinheiro extra no orçamento familiar. Em Olinda, durante as folias carnavalescas, muito pode ser refletido sobre a reutilização dos espaços e sua ressignificação nas casas históricas de Olinda.

³⁷ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2015/05/29/sitio-historico-de-olinda-esta-com-duas-igrejas-e-o-seminario-interditados-183389.php> Acesso em junho de 2015



Figura 10. Manchete de um portal de notícia on-line, que noticia as expectativas de moradores aguardando inquilinos para o carnaval. Acesso em janeiro de 2016.

Como já enfatizado, são muitas notícias sobre o centro histórico da cidade de Olinda, impossível seria apresentar todas nesse ponto da dissertação. O meu intuito foi apontar para a possibilidade de conhecer a partir de alguns recortes jornalísticos os assuntos mais corriqueiros a partir de um foco diferente. Através do conteúdo dessas matérias, entendemos que para os moradores do centro histórico de Olinda, a preocupação com a memória, preservação e ressignificação do local não se restringe tão somente às suas residências, mas antes, com o conjunto que compõe o sítio histórico, pois cada casa é um elemento importante para contar a história da cidade, do Estado de Pernambuco e do Brasil. E não só isso, cada uma participa do imaginário, da construção da memória coletiva olindense.

Em outras partes dessa pesquisa, abordaremos mais profundamente temas apenas tocados nesse capítulo. A saber: A percepção que os moradores do centro histórico têm com Olinda e suas respectivas relações emotivas e sociais tendo em consideração a política patrimonial e seus conflitos com a população, a memória e identidade nativa, e a questão da violência.

3. Os Lugares de Memória e as Tradições Inventadas dos Estados-Nações: A Função do Patrimônio Histórico e Cultural.

É na consolidação da Revolução Francesa, iniciada em 1789, que a necessidade de uma construção dos ideais de sociedade vem a ser imprescindível para a legitimação do Estado centralizado, imbuindo na mentalidade dos cidadãos os referenciais de civilidade, tão caros aos pensadores iluministas³⁸, consolidando o poder político recém-estabelecido.

Com o advento da Revolução, a ideia de Estado-nação assume uma importância primordial no pensamento político na Europa. Para a Historiadora Clara Malhano, a palavra “nação” passou a portar:

(...) conotação importante no vocabulário político, devido ao impacto jurídico e emocional que passa a ter. Durante todo o século XIX, esteve vinculada à constituição dos Estados Nacionais, referenciando não somente limitação geográfica de um território, como também a identificação dos habitantes desse território com o próprio Estado Nacional³⁹

Na segunda metade do século XIX é quando o nacionalismo realmente transforma-se em força política capaz de aglutinar as aspirações de um determinado povo ou nação. No século XIX, a Europa começa a passar por um período histórico de expansão de suas fronteiras, como ocorreu na reunificação dos Estados Germânicos.⁴⁰ Desfrutando assim de grande desenvolvimento econômico, sendo o grande artífice Otto Von Bismack. No *Risorgimento* Italiano, esta expansão veio dar à luz aos Estados-nações que precisavam de referenciais simbólicos de ídolos, monumentos e todas suas singularidades culturais que atestassem a justificativa da união desses povos. Através dos referenciais arquitetônicos, da pintura, escultura, música, medalhística e literatura, a Nação vai sendo construída simbolicamente.^{41,42}

A partir de 1875, com o rápido e crescente desaparecimento das aldeias e comunidades rurais na Europa, cria-se um vazio dos núcleos de identidade e memória que são preenchidos pelos Estados. Estes procuram criar uma série de *valores e normas de comportamento*, na

³⁸ Pensadores iluministas como Montesquieu, Rousseau e Condorcet escreveram sobre o poder político do Estado, das relações sociais e do papel do indivíduo diante do poder centralizado.

³⁹ MALHANO, Clara Emília Sanches de B. Da materialização à legitimação do passado: A monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945. RJ: Lucerna: FAPERJ, 2002. p. 41

⁴⁰ KENNAN, George F. O declínio da ordem europeia de Bismarck. Brasília: UNB, 1985. p. 17.

⁴¹ FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1056/619>

⁴² Destacando também a importância da religião, sobretudo das igrejas católicas, anglicanas como no império britânico, e também as calvinistas.

*tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com um passado histórico apropriado oficial que marca a necessidade de expressar uma identidade e a coesão social de uma época.*⁴³

A construção de narrativas históricas torna-se, então, as legitimadoras desses Estados conferindo-lhes características em comum, fornecendo assim os meios necessários para sua legitimação, podendo compartilhar uma gama de costumes e valores que tivessem uma origem supostamente única.

No continente Europeu, o estilo arquitetônico gótico inicialmente representou a suposta unicidade cultural de alguns países - a exemplo da França - que tinha como base estruturante o pensamento escolástico. No caso do Brasil, o estilo barroco foi escolhido pelos intelectuais responsáveis em construir um retrato vestigial da nação que corroborasse com a ideia de uma memória e identidade coletiva brasileira incontestemente em torno desses valores simbolizados na pedra e cal. Vestígios da continuidade da sociedade nacional.

Ao colocar a memória como parte constituinte do Patrimônio cultural, empregamos a expressão do historiador francês Pierre Nora que usa o termo *lugares de memória* referindo-se aos lugares onde, quer pela ação voluntária dos homens, quer pela sobrevivência desses monumentos ao peso dos séculos, a memória permanece.⁴⁴ Para Nora, a memória sempre está aberta a mudanças que podem ser feitas devido às reutilizações e ressignificações feitas por um discurso que as embasa.⁴⁵ O interesse pelos lugares onde a memória se cristaliza está ligado ao *momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada (...)*. Há lugares de memória porque não há mais meios de memória.⁴⁶ Esta afirmação de Pierre Nora se baseia na ideia de que a aceleração do tempo e a percepção de uma “*ruptura de equilíbrio*” é que levaria a “uma busca do passado como um sinal de reconhecimento de um tempo contínuo, “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” Eric Hobsbawn define a *tradição inventada* como uma série de normas e procedimentos específicos criados pelos Estados Modernos com o intuito de sedimentar uma suposta ligação com o passado que é arbitrariamente selecionado. Para Hobsbawn, a *tradição inventada* então legitima dessa maneira seu discurso de unicidade nacional, levando-se em conta que essa construção

⁴³ Idem, p. 42

⁴⁴ NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7, 1993. <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>

⁴⁵ NORA . Idem p.19.

⁴⁶ NORA. op. Cit. 10-28

discursiva é produzida e institucionalizada pelo Estado que assim o faz em prol de seus interesses específicos.⁴⁷

Partindo de tais reflexões, o Estado assume, a partir da era moderna, o papel de agente fomentador das instituições que exprimem por meio de ações políticas peculiares a necessidade de consolidação de uma imagem e memória nacionais de unicidade e homogeneidade. Para Gorges Burdeau, nem toda sociedade organizada é um Estado, o que a hierarquia estabelecida entre os governados e os governantes nos estados modernos expressa é, antes de tudo, uma instalação de poder. Instalação essa de natureza arbitrária.⁴⁸

A monumentalidade dos bens tombados supõe um retrato social de perpetuidade daquela sociedade bem como da sublimidade da história. Ao estudar a memória coletiva, Jacques Le Goff aponta as características de um monumento ligadas ao poder de transcendência das sociedades históricas, sendo que estes bens tombados, de certa forma, são verdadeiros documentos escritos.⁴⁹ O mesmo autor afirma que a busca da construção de uma identidade nacional pelos países modernos sempre surge do embate (do eterno jogo) entre o novo e o velho, o passado e o presente sendo essa busca o eixo principal que serve como sustentáculo para elaboração de uma memória coletiva do estado-nação.⁵⁰

Ao reconhecer a importância da preservação de determinada herança cultural e a sua consequente transmissão, em última instância, supõe-se que há uma representação da história, uma memória que merece ser preservada e continuada, essa se dá tanto através de monumentos arquitetônicos, festas, celebrações, folguedos populares, como também ocorre por acontecimentos e por ideias. O Patrimônio histórico-cultural material segue uma função simbólica criada segundo uma série de critérios tanto históricos como estéticos que são arbitrariamente selecionados de modo a dar seus contornos semânticos específicos.

Segundo o autor Benedict Anderson, apesar de haver, em muitos casos, a existência de enormes diferenças sociais e culturais em que os membros de uma mesma nação se encontram inseridos- como no caso Brasileiro- os mesmos tendem a se reconhecerem como pares dentro de uma *comunidade imaginária*.⁵¹ Pois o objetivo de um discurso da representação da união popular em torno de símbolos e histórias compartilhadas produzidas pelo Estado torna-se a metáfora da coesão social, metáfora essa onde a multiplicidade encontra a representação na

⁴⁷ HOBBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

⁴⁸ BURDEAU, Georges. O Estado. Publicações Europa-América, Lisboa, s.d, p.78-81.

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1998. p. 46

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: UNICAMP, 1992. p. 196

⁵¹ Ver mais em: ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.

unicidade e vice-versa. Tal espécie de doutrinação do Estado em torno dessa metáfora, segundo Anderson, serve como uma preparação das coletividades para a aceitação mais pacífica possível da centralização política. Anderson sugere duas características das *comunidades imaginadas*: *A limitação e a soberania*. *Limitadas* seriam as nações no sentido que apresentam fronteiras finitas, sem a pretensão de abarcar a totalidade da humanidade. A seguir, as nações seriam *comunidades imaginadas* como *soberanas*, pois que no limite de cada um destes territórios demarcados constituiu-se um Estado dotado de soberania que a garante e a representa.

O Estado-nação não seria, portanto, um advento natural, mas um fenômeno histórico localizado cronológica e espacialmente, não há como separar seu surgimento do período moderno no continente europeu. Os projetos de identidade nacionais sempre apontam para um passado que seria supostamente comum a toda uma população. Esses projetos ambiciosos necessitam da construção de uma memória que fundamente personalidades, heróis, grandes eventos históricos e monumentos que tenham relações em comum. Dessa maneira, todo o trabalho feito encima da identidade nacional tem como intuito de fixar os retalhos de memória que sirvam diretamente aos interesses específicos dos Estados que os produzem.⁵²

Afonso Carlos Marques dos Santos observa as relações existentes entre o discurso do Estado como forma de poder unificador ao proporcionar uma ilusória noção de unidade.⁵³ O mesmo autor também indica a necessidade de recuperação do conceito de nação, concebendo-o como produto final de uma produção imaginada, contudo, não deixando de lado o processo de surgimentos dos Estados-nações como os produtores do sentimento de nacionalidade dotado de grande força política. Marques dos Santos define a memória cultural do Brasil constituída de dois diferentes segmentos: *a memória de exercício do poder*, ou *memória da dominação* que é externada por meio dos monumentos nacionais tais como as antigas igrejas coloniais, os fortes militares, as centenárias casas de engenho, os palácios provinciais, dentre outros. Não obstante a inquestionável necessidade de preservação desses locais como verdadeiras janelas do passado, pontes entre o antes e o agora, para o autor, estes monumentos simbolizam a celebração do domínio das forças aristocráticas, militares e religiosas que permeiam a trajetória do país. O outro segmento constitutivo da memória cultural é a *memória coletiva* resultante da ação

⁵² Há exceções, Portugal é o caso mais emblemático. Estado-nação desde do século XIII, todavia, o projeto de identidade nacional lusitano já toma corpo em fins do século XVI, em especial com o uso do clássico da literatura mundial ‘Os Lusíadas’ como grande livro representativo da identidade lusa. Livro alçado a essa posição pela intelectualidade daquele país à época do reino de D. Sebastião.

⁵³ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Invenção do Brasil: um problema nacional? Revista de História, São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 1-10, n 118 jan/jun.1985. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61324/64265>

coletiva resultante da multiplicidade dos atores sociais que não estão atrelados necessariamente ao domínio da reprodução da memória do Estado.⁵⁴

Maurice Halbwachs, ao estudar sobre a *memória coletiva* a concebe como sendo uma massa de lembranças que são comuns aos indivíduos que compartilham de determinado extrato social. Halbwachs define sua construção dentro de quadros sociais da memória. O autor divide a memória em *social e coletiva*. A primeira é identificada pelo estudioso como sendo produzida pela junção de diferentes correntes de pensamento de uma época, já a segunda surge da memória de diferentes grupos que estão inclusos numa estrutura social mais ampla, podendo essa frequentemente estar associada a grupos marginalizados, minorias. Acima dessas duas supracitadas, encontramos a nação que inclui aí todos os diferentes grupos sociais, portanto, eventos ocorridos no âmbito nacional tem significativa interferência na vida de todos esses diferentes grupos que compõem a sociedade em geral, ocasionando, por vezes em mudanças das memórias sociais e coletivas.⁵⁵

Toda e qualquer sociedade é constituída de duas bases e estas são, por sua vez, indissociáveis, a base simbólica e a base real. Dessa maneira, ao investigarmos categorias centrais no que toca às políticas patrimoniais, reduzir o foco de observação apenas a um ou outro enfoque poderá levar o pesquisador a resultados não tão satisfatórios como o desejado. Não podemos nos permitir estudar os bens patrimonializados pelo Estado sem levarmos em consideração suas dimensões simbólicas. Yves Déloye afirma que não é possível “(...) *entender o Estado moderno e sua influência na sociedade sem dedicar-se ao estudo das correntes de ideias e de sentimentos, ao conjunto de imagens e símbolos, cerimônias e ritos que acompanham seu desenvolvimento.*”⁵⁶ Bronislaw Baczko⁵⁷ estudando o imaginário social indica que os poderes constituídos pelo Estado constroem ferramentas de repressão que legitimam seus bens protegidos por legislações específicas, estas ferramentas atestam o caráter arbitrário e meticulosamente construído pelo aparelho de Estado no que concerne aos bens patrimoniais, ao hierarquizar e proteger símbolos determinados. A política estatal pretende, portanto, exatamente impor maior relevância a estes signos. Para Baczko, tal política resulta, em última estância, em uma construção simbólica de referenciais identitários que corroborem uma manifestação cultural superior às demais contidas dentro da nação. Essa ação tem impacto

⁵⁴ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Da casa senhorial à Vila Operária: patrimônio cultural e memória coletiva. In: Revista Tempo brasileiro. v.87, n.5-13, out-dez.1986, p.127-139

⁵⁵ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

⁵⁶ DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 71.

⁵⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi: Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989. p. 46.

direto na elaboração da memória, essa que é ingrediente fundante na construção e sedimentação de uma identidade nacional. Partindo dessa reflexão, podemos considerar a política patrimonial no Brasil inicialmente marcada para a preservação de monumentos que remetessem a um passado Europeu, militar, católico e aristocrático, almejando materializar o simbólico e simbolizar na materialidade os valores culturais desejados.

Dessa maneira, as ações voltadas para a consolidação de uma política de preservação de monumentos tombados nos estados-nações modernos concentram-se, primeiramente, na implantação de narrativas elaboradas com o intuito de produção da memória e das identidades nacionais. São projetos minuciosamente pensados no intento de frutificar um espírito de igualdade e unicidade pensadas como síntese da união nacional, estabelecendo símbolos deliberadamente introduzidos. Assim sendo, as políticas de preservação patrimonial objetivam *reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos, atuando no nível simbólico.*⁵⁸

3.1 O USO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL COMO FERRAMENTA SIMBÓLICA

O Patrimônio deve ser entendido como uma ferramenta usada pelo Estado para autenticar a existência de um país. Ao preservar um monumento tombado, o que na verdade está ocorrendo no nível simbólico não é, senão, a proteção e a preservação de uma identidade de uma memória determinada. De fato, a patrimonialização sugere a apropriação de uma referência cultural que reproduza a civilização nacional. A nação imaginada pelos agentes dessas políticas de conservação é delineada pelas representações de valores culturais por meio dessas ações de apropriação dos monumentos.⁵⁹ Essa apropriação denota a intenção de delinear os contornos culturais de uma nação de acordo com a representação simbólica desses locais designados como patrimônios que são engendrados como uma expressão da identidade nacional em sua integridade e continuidade: *Ao mesmo tempo, existe uma relação metonímica ao ser a própria realidade que ele expressa.*⁶⁰ Ao preservar um monumento tombado, o que está sendo preservado na realidade, não é outra coisa senão a preservação da nação. Portanto, ameaças ao

⁵⁸ LONDRES FONSECA, Maria Cecília. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997. p. 21.

⁵⁹ GONÇALVES, J.R.S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996. p. 33.

⁶⁰ GONÇALVES, idem p. 32.

patrimônio são ameaças à própria existência da nação como uma entidade presente, auto idêntica, dotada de fronteiras bem delimitadas no tempo e no espaço.⁶¹

Os bens tombados exprimem uma mensagem tanto de caráter político como também de ordem moral. Ora, a possibilidade de desaparecimento do patrimônio cultural de uma nação, em consequência, expressa igualmente a perda de uma identidade que supostamente foi solidificada no decorrer dos séculos de existência daquela sociedade. Incute-se então um sentimento de defesa desses bens de modo a evitar a decadência e a destruição que pode vir a acontecer. Essa espécie de retórica de perda desses monumentos consiste na ideia que a nação seria *redimida na medida em que seu patrimônio cultural venha a ser apropriado e protegido contra um processo histórico de destruição*.⁶² Enquanto instituição singular, representativa de toda uma coletividade, há a necessidade do Estado-nação na manutenção e preservação de seus maiores signos de pertencimento e de propriedade que são os bens patrimoniais.

É por esse motivo que as narrativas fabricadas em torno do Patrimônio Histórico e Cultural de uma nação são substancialmente histórias de apropriação que fundamentem ações de tombamento. Apresentando como princípio um discurso de ação contra a perda desses locais, essas mesmas narrativas pressupõem um senso de arruinamento desses vestígios palpáveis de memória que amalgamam a sociedade atual ao passado e justifica a identidade nos tempos contemporâneos. Também são narrativas providas de grande apelo emocional ao tratar de uma suposta natureza pura, íntegra e contínua. A história engendrada na base do discurso é concebida como sendo um processo destrutivo e que precisa da intervenção do Estado para uma manutenção e constantes ações de preservação desses *lugares de memória*. Dessarte, narrativas são confeccionadas, registradas e reproduzidas pelos agentes do Estado especialmente treinados para esse labor específico.

Esses agentes do Estado, por conseguinte, têm a tarefa de construir os patrimônios culturais, levando em conta o desafio que é selecionar bens móveis e imóveis para produzir a partir destes uma imagem representativa da nação que remeta a um sentimento de unicidade e pertencimento geral da coletividade.⁶³ Um sentimento em comum, de maneira a esse patrimônio encontrar aceitação por parte da população, reforçando nela a identidade nacional, buscando certo consenso ao mesmo tempo em que deseja abarcar a enorme diversidade das culturas existentes dentro de um mesmo território que delimita uma nação de tamanho continental tal

⁶¹ Idem p. 32.

⁶² Idem p. 32.

⁶³ LONDRES FONSECA. Ibidem. 22

como é o Brasil. Tarefa deveras complexa, tendo em consideração que a cultura em geral é uma multiplicidade que está continuamente se desenvolvendo, se acrescentando e se criando.

As políticas de preservação patrimonial são polemizadas, debatidas e elaboradas por intelectuais de perfis diversos tais como Antropólogos, Historiadores, Museólogos, Sociólogos, Arqueólogos e Arquitetos. Por certo, não apenas são estes intelectuais os incumbidos de fomentar as políticas públicas norteadoras do patrimônio histórico e cultural. Há, também, mérito de determinado bem tombado que é certificado por valores culturais atribuídos por pesquisas realizadas pelas áreas de conhecimento das quais esses intelectuais provêm. Estes operam, muita das vezes, em nome do interesse do Estado, resguardando valores e ideais dos estratos mais eruditos da sociedade. Defendendo os interesses dessas camadas sociais, os intelectuais não encontram empecilhos para se identificarem como indivíduos que labutam em prol do benefício público.⁶⁴

Os agentes promotores das políticas de patrimônio atuam *como mediadores simbólicos* porque transformam as virtudes e os valores selecionados a partir de uma perspectiva de um lugar determinado no espaço social em predicados que transmitem universalidade no que concerne ao estético, moral e político. Esse é o papel político que é exercido por esses intelectuais no Brasil, assim como em outros Estados-nações. São como *detentores da cultura*, atuando como os legítimos porta-vozes dos estratos sociais mais carentes de recursos necessários para se organizarem politicamente, função legitimada pelo engajamento com a construção de uma nacionalidade que seja dotada de grande entusiasmo pela cidadania.⁶⁵

À vista disso, podemos conceber que a ação de preservação dos bens patrimoniais é, antes de tudo, uma *prática social*. Tal prática implicando numa espécie de produção de interpretação da cultura, não apenas focada nas ações de âmbito material, como também no que remete ao simbólico. E é no simbólico que a prática social se alicerça. A preservação do patrimônio histórico-cultural sempre tem por desígnio último atingir a dimensão simbólica.⁶⁶

Para o historiador e antropólogo catalão Llorenç Prats,⁶⁷ os parâmetros que atualmente definem o que entendemos por patrimônio não são apenas o seu caráter básico de construção social, porém, seu fator determinante é: “(...) Su carácter simbólico, su capacidade para

⁶⁴ Idem p. 23.

⁶⁵ Idem p. 22.

⁶⁶ ARANTES, A.A. Preservação como prática social. Revista de Museologia, v. I, n. I, 1989, p. 2-16

⁶⁷ O caso dos patrimônios na Catalunha é interessante pela peculiaridade de servir como um espaço de memória e identidade não necessariamente da Espanha como Estado-nação, mas antes da Catalunha como região autônoma que quer independência com suas particularidades culturais, bem como outras regiões da Península ibérica como a Andaluzia, a Galícia que é dividida administrativamente entre Portugal e Espanha, Astúrias, a região Basca e outras.

representar simbolicamente una identidade. Esto es lo que explica el como y el porque se movilizan recursos para conservarlo y exponerlo.⁶⁸

Apresentemos novamente Pierre Nora, que interpreta os bens tombados como “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. E, para o autor Francês, esses lugares de memória só tem a condição de se concretizarem *se a* “imaginação os investe de uma aura simbólica.”⁶⁹

A força e o empenho da ação do Estado e de seus intelectuais em criar ícones que mantivessem a unidade nacional através da construção de uma memória de um passado inventado, nos remetem ao termo utilizado por Marilena Chauí em sua análise da construção da nação e do poder simbólico que a apoia. A autora ao apresentar sua interpretação sobre o conjunto de mitos, heróis, monumentos criados pelos agentes do estado-nação os considera como uma espécie de *semióforos*.⁷⁰ Em outros termos, um signo dotado de sentido tal que é capaz de fomentar contínuas significações, munido de poder coercitivo e grande prestígio junto ao público. Segundo Chauí, apesar do *semióforo* não se caracterizar pela utilidade “(...) ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permita dominar o meio social.”⁷¹

Partindo da opinião que a disputa pela posse e produção desses semióforos nas sociedades capitalistas ocorre da inter-relação entre o poder religioso, o poder político e o poder econômico, Chauí alega que o patrimônio histórico e cultural da nação surge como constructo do poder político e representa “(...) aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico”. Entrementes, a autora adverte que para salvaguardar esses *semióforos* públicos, o poder político constrói o que ela chama de *semióforo-matriz*: a ideia de nação. Dessa maneira, por intermédio de seus intelectuais, de seu patrimônio histórico e artístico e da manutenção de seus acervos, a nação, através do poder político, torna-se ao mesmo tempo “sujeito produtor dos semióforos nacionais e (...) objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.”⁷²

Segundo essa perspectiva, a necessidade de encontrar um *semióforo* que contivesse toda a significação seria imprescindível para unificar o que se encontrava antes fragmentado,

⁶⁸ PRATS, Llorenç. Antropologia y Patrimonio. Barcelona, Editorial Ariel S.A, 1997, p. 22.

⁶⁹ NORA. *Ibidem*. pp 13- 21

⁷⁰ No sentido por ela empregado em seus textos “*semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica*”.

⁷¹ CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária, p.15.

⁷² Chauí cita as sociedades capitalistas mas esquece de citar que em sociedades socialistas também há preocupação com a criação de *semióforos*, mitos, cultos a líderes e etc...

assentindo a cada um dos brasileiros a reconhecerem-se e detectarem-se como integrantes de uma mesma estrutura social e cultural.

Os historiadores Pedro Funari e Sandra Pelegrini apontam para necessidade dos Estados-nações recém-criados em elaborar referenciais culturais que exprimissem o sentimento de homogeneidade cultural, dando o exemplo da República Italiana que surge após o *Risorgimento*:

Os novos Estados nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos. Em relação a isso, há uma frase famosa que vale . pena recordar. Logo após a unificação italiana, em meados do século XIX, 5% da população da Península Itálica falava ou entendia o italiano. O líder da unificação, Massimo D’Azeglio, constatou que ‘feita a Itália, é preciso fazer os italianos’.⁷³

A coletividade não é apenas a junção de várias pessoas. Uma sociedade, antes de tudo, é uma composição resultante de inúmeros grupos distintos e, em muitas ocasiões, bastante diversificados no que se refere aos seus interesses e anseios. Essa pluralidade ocasiona, impreterivelmente, no embate entre os diferentes pontos de vista desses grupos gerando uma série de situações conflituosas entre os mesmos. O Estado, portanto, constituiria, a melhor dizer, seria a mais perfeita síntese final dessa coletividade.⁷⁴ Ele sintetiza em uma realidade coletiva a totalidade dos interesses individuais, familiares, sociais, privados e públicos.

3.2 IDEOLOGIA, MEMÓRIA SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO COMO MEDIADOR SIMBÓLICO.

Segundo Chauí, “(...) apenas no Estado é que o indivíduo se torna em ser real e somente nele, a existência social e moral é definida. O Estado é também uma comunidade”.⁷⁵ Porém, ele difere das pequenas comunidades de organização não centralizadas porquanto na sua construção ideológica, devem ser abarcados, tanto os interesses específicos de todas as diversas comunidades que a compõem, como também os interesses individuais propondo um equilíbrio vivencial apesar dos eventuais conflitos existentes entre elas.

Para Renato Ortiz, há uma estreita ligação entre “a criação da memória e da identidade nacionais com a ideologia. ” Não obstante, a ilusão criada pela imposição de uma *memória oficial* que pode se opor à *memória popular*, a memória oficial transcenderia os sujeitos sociais

⁷³ FUNARI, P; PELEGRINI, S. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2006. p. 17

⁷⁴ Um adendo, no caso italiano, assim como na Espanha, havia diversos dialetos que persistem até hoje, o que dificultava a unificação itálica, dialetos como o Siciliano e Calabrês, existentes até hoje, testemunham a diversidade contida no Estado-nação italiano.

⁷⁵ CHAUI, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1980. p. 46-47.

e se concretizaria imediatamente no cotidiano ao transmutar em realidade o simbólico. O que diferencia fundamentalmente as duas memórias é que os mitos que são, em suma, referenciais populares, têm significado apenas para um determinado segmento da sociedade. É que embora essa *memória popular* possa ser (re) significada na materialidade através de rituais, festas e locais sagrados, ela não consegue se concretizar decisivamente na coletividade por não haver nem uma atenção específica do Estado para que isso ocorra. Ademais, para Ortiz, a memória popular nem mesmo é dotada de um discurso que a legitime, seria uma existência virtual.⁷⁶

No caso da *memória nacional*, pelo contrário, a proposta é que, como parte do discurso ideológico do Estado, essa memória sobreviva ao assumir uma posição de universalidade cultural dos integrantes da nação.⁷⁷ Encontrando sustentação na narrativa do Estado, a base estrutural dessa memória escolhida arbitrariamente torna-se consistente sobrevivendo a possíveis questionamentos, transformando o Mito construído por esse Estado em verdadeiro símbolo identitário de toda coletividade. Tendo consciência que a identidade nacional é forjada por meio de uma ação política, então a identidade individual seria de segunda ordem. Acontece que em oposição à memória de primeira ordem-*memória nacional*- que seria a coletiva. Pois que no embate entre tais identidades, para Ortiz sempre prevalece à força de coerção, a identidade nacional que passa a ser de prima ordem transformando-se em representação real do simbólico.

Ao cargo dessa produção da memória e da identidade estão os intelectuais que fazem a ligação entre as dimensões popular e nacional. Sendo os construtores do diálogo entre o individual e o coletivo, Renato Ortiz os define como *mediadores simbólicos*⁷⁸, e há a necessidade de mediação entre as duas citadas dimensões porque esta possibilita a reinterpretação desses símbolos nacionais. As articulações produzidas por esses intelectuais permitem uma interpretação histórica e social do país que mais se aproxime de uma sintetização única e compreensível entre o global e o local, o privado e o público, o singular e o comum. Essa construção deliberada da memória e da identidade é feita de forma direta e minuciosamente pensada entre esses intelectuais e o Estado.

Entre os símbolos utilizados para reforçar o sentimento de pertencimento à nação, o patrimônio conquistaria um lugar de destaque na medida em que era portador de valores históricos e artísticos que, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, assumiram uma “dimensão

⁷⁶ Virtual no sentido de que não praticável a longo prazo, que poderá a não ser real em tempo. O que é discutível.

⁷⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade Nacional*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994. p. 135-137.

⁷⁸ Idem, p.139

instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação da nação”.⁷⁹ O reconhecimento do patrimônio, segundo a autora, cumpre algumas funções simbólicas que foram ao encontro das necessidades do regime estado novista e “funcionam como documentos, ‘provas materiais’ das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual”.

Londres Fonseca evidencia ainda a função pedagógica da conservação do patrimônio, *a serviço da instrução dos cidadãos*, na medida em que ele fornece elementos históricos e artísticos que contribuem para a educação formal. As palavras do ministro Capanema- ministro da gestão Getúlio Vargas quando à época dos primeiros esforços do SPHAN para com o projeto de uso do patrimônio como base para reforço da identidade e memória da nação- demonstram a relação da educação com o patrimônio, pois o ministro, ao proferir um discurso na formatura de uma turma de professores de Pedagogia, referiu-se à importância do ensino secundário afirmando que:

Cumprir-lhe dar à juventude o sentimento de pátria, a compreensão da pátria como terra dos antepassados, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados [...]. Além da compreensão e do sentimento da pátria, a decisão, a vontade e a energia de guardar ileso, à custa de qualquer sacrifício, esse patrimônio dos antepassados, e de continuamente enriquecê-lo e ilustrá-lo.⁸⁰

A preocupação vital por trás da proteção aos bens patrimoniais advém da busca pela identidade brasileira, da sua ideologia norteadora enquanto país aspirante à potência mundial. Brasil que é parte do *Ocidente civilizado*. A história é base da construção das ideologias. Ora pois, se o passado não é apropriado para a transmissão posterior como discurso legitimador da nacionalidade, sempre há a necessidade de moldá-lo aos interesses de quem o usará de acordo com o intuito ambicionado. Segundo Walter Benjamin, ao citar o passado, pratica-se um ato de redenção. Para o eminente pensador alemão, ao trazer o passado para o presente, não se está fazendo nada mais do que o salvando.⁸¹ E essa elaboração minuciosa de um quadro que exprima eventos pretéritos no intuito de forjar a nacionalidade é característica dos Estados nacionais desde século XIX. Segundo Benjamin: “A história é parte integrante do imaginário da modernidade. O século XIX não sabia como reagir ao presente senão buscando no passado mais

⁷⁹ LONDRES FONSECA, *Ibidem*, p.31.

⁸⁰ *Ibidem*, p.63.

⁸¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. In: *Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 225.

remoto os ecos de antigas relações sociais, que, impregnadas do novo, remetiam ao futuro, guiando a utopia. ”⁸²

A memória produzida através de narrativas minuciosamente selecionadas e elaboradas encontra nos monumentos tombados, um espaço adequado para sua materialização. São os intelectuais contratados pelo Estado, os responsáveis pela identificação e autenticação dos símbolos culturais nacionais que também se expressam no patrimônio material tombado.

Peter Berger, em suas reflexões sobre as dimensões simbólicas que permeiam a realidade social, indica que a *memória nacional* é tecida pela ideologia, sendo um produto típico dos Estados-nações, já a *memória coletiva* pertence ao ritual e ao mito. Essa não seria a única diferença fundamental de natureza entre as memórias para Berger. Enquanto a *memória coletiva* se manifesta ritualmente, ela seria uma reprodução do passado que seria sacro e intocável. Na *memória nacional*, o objetivo idealizado pelos intelectuais que a fomentam não está com a memória em comum do passado, antes, está em projetar o que os homens podem alcançar no futuro. Pois a ideia que gira em torno desse ato pode ser sintetizada pela seguinte indagação: Quais as aspirações que a nação pode ter tendo como referência os grandes feitos do antes? Não obstante as diferenças, ambas são definidoras igualmente do universo imaginário dos homens que constituem a coletividade dos Estados-nações modernos. ⁸³

Para Antonio Gramsci, fundador do Partido Comunista italiano, a relação entre o mundo da produção material e o imaginário é *mediatizada*, essa consiste na função estritamente organizacional e conectiva que os intelectuais exercem nas sociedades modernas. Seu trabalho corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre todos os outros grupos constituintes da sociedade. Os intelectuais são, portanto os “(...) comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. ”⁸⁴

De acordo com filósofo Italiano, o sentimento nacional não é inerente à realidade social, tem, antes de tudo, uma natureza totalmente subjetiva tratando-se basicamente de “um sentimento de intelectuais que sentem a continuidade de sua categoria e de sua história, única categoria que teve uma história ininterrupta. ”^{85 86}

⁸² BENJAMIN, Walter. Origem do Drama Barroco Alemão. São Paulo. Brasiliense, 1984.

⁸³ Ver mais em BERGER, Peter. *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis. Ed. Vozes.

⁸⁴ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995. p. 11.

⁸⁵ Idem, p. 58.

⁸⁶ Para Condorcet, a única classe que teve sua história ininterrupta ao longo dos séculos foi a classe sacerdotal. Faço esse adendo para lembrar ao leitor que os dois objetivavam a hegemonia cultural através do domínio do campo intelectual e os dois eram inimigos declarados da religião.

Kênia Kemp, discorrendo sobre o conceito de identidade, aponta que o mesmo se entrelaça com os conceitos de memória, cultura e grupo social. Kemp observa sobre esses que o “(...) movimento de manipulação deve-se à capacidade de re-significar experiências, mesmo que repetitivas.”⁸⁷ No que concerne à identidade, um ponto central para a sua compreensão consiste na (...) *necessidade de referenciais*.⁸⁸ Esses referenciais exigem uma série de escolhas e posicionamentos no que se refere a “(...) condutas e valores (...) em que a cultura participa (...) proporcionando referenciais a partir dos quais os atores sociais acessam os elementos do cenário de conduta para desempenhar seus papéis.”⁸⁹

Kênia Kemp esclarece que em toda e qualquer sociedades existentes a construção das identidades dos sujeitos se dão seguindo um modelo de comportamento cultural, portanto a identidade nacional também é parte constituinte desse modelo. A noção da identidade nacional seria, portanto, *um recorte conceitual*, uma maneira de exprimir nossas identidades. As características referentes a cada nacionalidade fazem parte da “construção histórica da ideia de nação.”⁹⁰

Esses modelos de comportamento são também simbolizados na forma dos monumentos históricos, além destes serem indiscutíveis documentos históricos, como aponta Françoise Chouay,⁹¹ os monumentos tombados também são verdadeiros símbolos de identidade que remetem a uma determinada gama de valores presentes em uma cultura. Gama essa que, de certa forma, encontra na pedra e cal o espaço apropriado pelo trabalho dos agentes do Estado para se materializar. Tendo ciência da utilidade basilar que os patrimônios materiais têm para a construção da memória e da identidade, em consequência, abramos então nossa análise para uma perspectiva mais ampla sobre o patrimônio, concebendo esses lugares de memória e identidade como símbolos culturais nacionais.

Já discorreremos brevemente sobre os monumentos como signos de cultura, entre a História e a Antropologia,⁹² já que temos que ter presente que os estudos sobre patrimônio se situam principalmente entre as duas disciplinas quando intentamos buscar conclusões sobre os mecanismos utilizados pelo Estado para as ativações patrimoniais. De fato, foi justamente pela

⁸⁷ KEMP, Kênia, *Identidade Cultural*. In: GUERRIERO, Silas. (Org.). *Antropos e Psique - O Outro e sua Subjetividade*. 1ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000 p. 65.

⁸⁸ Idem, p. 74.

⁸⁹ Idem, p. 66.

⁹⁰ Idem, p. 77.

⁹¹ CHOUAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo, UNESP. 2006. p. 100.

⁹² Como já foi usado durante todo esse capítulo, Os estudos sobre Patrimônio despertaram e despertam a atenção de inúmeros pesquisadores das ciências humanas e sociais. Historiadores como: Françoise Chouay, Márcia Chuva, Marília Cecília Londres Fonseca, Pedro Funari e Sandra Pelegrini, como também de diversos Antropólogos: Reginaldo Gonçalves, Lúcia Lippi, Izabela Tamasso, Tito Bartolomeu Figuerôa, entre outros.

contribuição de uma perspectiva antropológica que a política patrimonial admitiu uma ampliação significativa do conceito de bens patrimoniais.⁹³ Apesar dos Arquitetos serem parte constitutiva de várias gestões do SPHAN e do atual IPHAN e existirem inúmeros trabalhos sobre patrimônio histórico e cultural feitos na área da Arquitetura,⁹⁴ essa perspectiva não nos permitiria esmiuçar plenamente sobre a noção de patrimônio como um espaço de construção da memória nacional nas suas dimensões simbólicas, identitárias e sua trajetória ao longo do tempo. Foi exatamente a riqueza teórico-metodológica das Ciências Sociais, mas em especial, da Antropologia, que revolucionou não só estudos historiográficos, em geral, sobre o tema e principalmente, toda a produção bibliográfica sobre Patrimônio Histórico-Cultural, incluindo-se aí os estudos de Turismo, Arquitetura e Urbanismo.

Para os estudos históricos, não é novidade a aquisição por parte de historiadores de diferentes abordagens analíticas e metodológicas junto aos supracitados campos do saber em suas pesquisas. Fazemos menção ao advento da Escola dos Annales⁹⁵ e suas diferentes gerações que sentiram a necessidade de ampliação dos horizontes da disciplina, abrindo diálogo com outras ciências humanas e sociais⁹⁶. Fazemos este pequeno adendo em relação a historiografia para dar noção da amplitude do conhecimento disponível pelos esforços da Ciência Antropológica e o quão impactante e importante é o papel que a Antropologia desempenhou e continua a desempenhar para a renovação teórico-metodológica das Ciências Sociais e Humanas em geral.⁹⁷

3.3 ACERCA DO QUE VEM A SER PATRIMÔNIO

A palavra Patrimônio deriva do latim *patrimonium* que entre os romanos remetia a tudo que fosse de propriedade do pai da família, ao patriarca. Segundo Pelegrini e Funari⁹⁸, o conceito dessa palavra teve suas origens na propriedade privada romana, na Antiguidade, sendo caracterizada pelo patriarcado e pela Aristocracia daquele império.

⁹³ Essa contribuição da Antropologia tornou-se fundamental e permitiu o surgimento da distinção entre Patrimônio material e imaterial.

⁹⁴ Dentre esses, Lúcio Costa foi um dos mais importantes expoentes da gestão das políticas patrimoniais no Brasil.

⁹⁵ Parece ser desnecessária a menção, mas recordemos de autores clássicos como: Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, entre outros.

⁹⁶ Agindo desta forma, Braudel e os historiadores dos Annales nos anos 1950 e 1960 alargaram o conhecimento histórico quanto ao objeto, quanto ao método e quanto aos problemas a colocar

⁹⁷ Mais sobre o impacto da Antropologia na historiografia. Ler: BURKE, Peter. A escola dos Annales: 1929-1989. A revolução Francesa da historiografia. São Paulo. Ed. UNESP, 1991. pp. 66-70.

⁹⁸ FUNARI, P ;PELEGRINI, Ibidem p. 11.

Com o advento do cristianismo crescendo entre as camadas pobres do império Romano e sendo posteriormente, estabelecida como religião oficial por Constantino no poente do império no Ocidente a partir do século IV, o patrimônio ganhou um significado religioso e simbólico representado pelo surgimento das igrejas, espaços de pertencimento coletivo pois: “O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e de certa forma permanece em nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos”.⁹⁹

Apesar disso, os valores aristocráticos ainda se ligavam aos espaços religiosos, como atesta a disposição das igrejas medievais sempre em regiões centrais dos burgos, muitas vezes erigidas nos locais mais elevados e tendo os bispos como os membros mais influentes das comunidades.¹⁰⁰

Com o advento do Renascimento, os ideais humanos começaram a ser mais valorizados em relação aos preceitos religiosos, os homens renascentistas iniciaram um ataque aos princípios baseados no Teocentrismo que dominou a Europa durante centúrias. Durante essa época, a concepção do homem baseada no cristianismo foi desaparecendo gradualmente, a obediência aos preceitos religiosos foi dando lugar à subordinação ao Estado, de início a cidades-estados e a posteriori, aos Estados modernos.¹⁰¹ Buscando aspirações na Antiguidade Greco-Romana, chamavam o período imediatamente anterior ao seu de Idade Média ou Idade das trevas em contraposição a outra visão filosófica do mundo que era o Renascimento, trazendo de volta à tona os referenciais construídos na base da Era Antiga pré-cristã.¹⁰²

Esses homens recorreram a dois modos de aproximação com a Antiguidade, empenhavam-se em ler os vetustos manuscritos dos gregos e romanos e também procuraram uma busca pelos vestígios da era clássica antiga. Os humanistas inicialmente procuravam pelos restos vestigiais da Roma clássica. Multiplicaram-se pela Europa as prospecções, escavações e pesquisas arqueológicas. Tudo o que fosse pertencente ao período era coletado e inventariado: Diversas obras como inscrições em pedras, vasos de cerâmica em mármore e moedas antigas.¹⁰³ É precisamente desse período que começam as atividades ligadas à conservação das antiguidades.

⁹⁹ FUNARI,P.; PELEGINI,S. Idem p. 12

¹⁰⁰ Os povos não romanos, ditos “bárbaros” ao se expandirem pelo continente também foram sendo cristianizados, como aconteceu na Península Ibérica com os Suevos que dominaram a região entre os séculos VI-VIII sempre em disputas com o Islã. Ver: LEWIS, David Levering. O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215. Barueri/SP. Ed. Manole, 2010.

¹⁰¹ HELLER, Agnes. O Homem do renascimento. São Paulo. Ed. Presença. 1984 p. 21.

¹⁰² “Idade das trevas” é um termo cada vez mais desmentido pela historiografia sobre o período medievo, a citar um clássico sobre: LE GOFF, JACQUES. Por um novo conceito de Idade Média.

¹⁰³ A numismática enquanto campo de conhecimento das humanidades remonta desse período, citamos aqui, o legado fundamental de pessoas como Francesco Petrarca já no século XIV.

A prática do Antiquariado lentamente contribuiu para o nascedouro das instituições museais modernas e a criação dos patrimônios histórico-culturais posteriormente.¹⁰⁴ Sobre o período, Sylvana Maria Brandão de Aguiar e Hélio Cavalcanti de Siqueira Campos nos lembram que:

Após, apenas no século XV é que o conceito clássico de museu ressurgiu na Europa, no período conhecido como Renascimento, com a mudança de entendimento de que as coleções não deveriam ser cultivadas apenas pelo seu valor material, mas também pelo seu valor artístico, com motivações culturais e científicas. Destaca-se dessa época a coleção Médici na Itália. É do final do século XVII e início do século XVIII, a concepção atual do que se considera museu. Tal concepção surgiu na Inglaterra, com a organização da coleção de John Tradescant e sua doação a Elias Ashmole, que posteriormente se transformou no Ashmole Museum, fundado em 1683.¹⁰⁵

A preocupação com o monumento histórico surge no território Francês já nos tempos do Antigo Regime, mas o interesse pela preservação não tinha a importância dos tempos atuais. A ideia da manutenção dos monumentos históricos encontrava sua fundamentação no padrão de pensamento dos iluministas baseado na propagação do saber e no acúmulo deste. Entre 1779 e 1783, as primeiras medidas de proteção são criadas. Com o advento da Revolução de 1789, as propriedades da nobreza, dos governantes do *Ancien Regime* e do clero católico e tudo mais que representasse os ideais contrários aos da revolução perdeu sua razão de existir. Concomitantemente, os intelectuais revolucionários refletiam sobre o que representava aqueles bens que remetiam à memória de um governo deposto e consideravam necessário o desaparecimento destes como uma forma de apagar da memória aquela era anterior a qual o ideal revolucionário iluminista se opunha radicalmente.¹⁰⁶

Havia também grande necessidade de somar recursos financeiros junto aos cofres públicos, o próprio Estado revolucionário lançou um decreto ordenando a fundição de peças em prata e outro para que fossem destinados às reservas do governo. Além disso, ordenou a transformação dos telhados feitos de chumbo e de bronze de várias igrejas seculares como as de Amiens, Estrasburgo, Chartres e Saint-Denis em peças de artilharia.¹⁰⁷ Pela ação da população inflamada pelo sentimento de ruptura com a ordem anteriormente estabelecida e a consequente necessidade de apagar da face da França tudo o que fizesse referimento a ela, não

¹⁰⁴ MALHANO, Clara. *Ibidem*. p. 58

¹⁰⁵ CAMPOS; AGUIAR. A Legislação Brasileira e seu enfoque acerca da Museologia nacional e Patrimônio público: As Diretrizes de gestão sobre a arqueologia pré-histórica, expansão de seu campo de atuação e a criação do Museu de História Natural em Pernambuco. 2010 p.2 http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/38/2012_38_4369.pdf

¹⁰⁶ Chouay *Ibidem*. p. 95-96.

¹⁰⁷ *Idem*. p. 107.

só igrejas como mosteiros e castelos foram sistematicamente depredados e incendiados. Alguns participantes mais esclarecidos do corpo revolucionário como Aubin-Louis Millin, “[...] *que parece ter sido o inventor do termo ‘monumento histórico’ [...]*”¹⁰⁸, e o Abade Gregório, condenaram e lamentavam as ações do povo contra esses lugares.¹⁰⁹ Eles consideravam que esses locais eram propriedade de todos os franceses e não deveriam ser condenados a tão bruto desaparecimento. O Abade alertava ser indispensável a proteção e a conservação desses locais pela importância à memória e identidade Francesa.

Os Monumentos históricos começam a ser protegidos com a Fundação de uma Comissão voltada para tratar sobre que destino esses bens deve ter. Babelon e Chastel indica que muitas igrejas e abadias são destinadas a terem outras funções tais como depósitos de armas e munições.¹¹⁰ Segundo Choay, o despreparo dos encarregados em fomentar novos usos para esses locais era enorme, ademais, eles não dispunham de mínima infra-estrutura técnica adequada nem dinheiro suficiente para promover as reutilizações necessárias.¹¹¹

A noção do patrimônio nacional ainda não existia à época. Nos tempos monárquicos, os reis e rainhas julgavam todas as edificações reais, bem como móveis e obras de arte existentes nesses espaços. Na verdade, eram patrimônios particulares das famílias reais, portanto, estariam sujeitas de serem vendidas ou, se os reinantes desejassem, modificá-las ou destruí-las a seu bel prazer como no caso de Luis XIV.¹¹²

Em 1790, Millin cunha a expressão monumento histórico referindo-se a todos os túmulos, estátuas e edifícios que fizessem alusão à história francesa. Durante toda a centúria seguinte, a noção de monumento foi assentada como parte integrante da propriedade do estado iluminista.

Seguindo os preceitos filosóficos iluministas de acúmulo do conhecimento como via de desenvolvimento do humano, a política do patrimônio foi ligada à ação pedagógica. Já em 1793, a criação da Comissão de Artes absorve a de Monumentos históricos de 1790. A partir dessa interpretação dada ao caso específico do Patrimônio Cultural, os revolucionários franceses não negaram a validade dos monumentos medievos, ao contrário do que pregava os preceitos iluministas de negarem a época medieval e terem como fonte de inspiração os tempos greco-romanos. No caso patrimonial francês, a função pedagógica desses bens patrimoniais consiste na utilidade que os mesmos teriam como fonte de conhecimento dos séculos passados, como as

¹⁰⁸ Idem. p. 96.

¹⁰⁹ Malhano. Ibidem p. 61.

¹¹⁰ Apud. BO, João Batista Latari. Proteção do Patrimônio na UNESCO: Ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. pp. 22-25

¹¹¹ Choay. Ibidem p. 105.

¹¹² BO, João Batista Latari. Op. Cit. 2003. p. 23

lições de construção e Arquitetura das igrejas góticas,¹¹³ os exemplos do alto refinamento das obras de arte tais como os afrescos antigos e os testemunhos das grandes civilizações antigas como os vestígios dos gauleses e romanos dispersos por toda a França. São criados espaços com a finalidade de reunir esses patrimônios e a esses espaços é dado o nome de museu por Quatremère de Quincy que no seu *Dictionnaire*,¹¹⁴ tomo II definiu como:

[...] Lugar, edifício onde se encontram reunidos os diversos objetos de arte de que se fazem coleções. Não faz muito tempo que se observou um grande empenho em construir e dispor edifícios com magnificência expressamente para transformá-los em museus, e seu número ainda não é considerável na Europa.

No ano de 1830, a preocupação na preservação do passado da França inerente ao espírito iluminista de acumulação de conhecimento e enciclopedismo, estimula a produção das pesquisas históricas, dando aos historiadores a função de identificar quais monumentos seriam merecedores de proteção por parte do governo estabelecido após a queda de Bonaparte e a Restauração da monarquia Francesa.¹¹⁵ É instituída então, a inspetoria dos *monuments historiques* por sugestão do historiador François Guizot, então Ministro do Interior; Ludovic Vitet, historiador da arte, é o primeiro a assumir a função, encetando o processo de inventariar os monumentos. Em 1837 é criada uma comissão composta por sete membros para atuarem conjuntamente à frente dos trabalhos de inventariação e classificação dos monumentos franceses. Essa Comissão estabelece uma série de normas e procedimentos a serem empregados nos monumentos, não obstante, não serem unânimes, tais medidas protetivas não conseguiram resolver muitos dos problemas acarretados pelo advento do tombamento.¹¹⁶ As desapropriações eram decretadas por ordens ministeriais, não havia um diálogo com os proprietários de muitos desses locais, muito menos, uma contrapartida do governo, por mínima que fosse, que lhes abrandasse os possíveis prejuízos subsequentes da desapropriação arbitrária. Além de que, não raro, reformas nesses edifícios eram feitas a mando de autoridades locais sem o prévio consentimento da comissão. Finalmente em 1887, o Marquês de Chennevières formula um projeto mais adequado aos interesses tanto do Estado como dos proprietários e moradores dos

¹¹³ Michelet declarou que: “[...] a Idade Média nos legou de si uma tão pungente lembrança, que todas as alegorias, todas as grandezas das cidades modernas não são suficientes para nos consolar.” MICHELET, Jules. História da França. Vol. II, 1986. p. 106.

¹¹⁴ In: CHOAUY. Françoise. p. 101.

¹¹⁵ POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. Revista VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.471-480, jul/dez 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/04.pdf>

¹¹⁶ OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de O Patrimônio para além da Pedra e Cal : um estudo sobre usos e apropriações da cidade. – Recife: UFPE, 2007. pp. 34-36

edifícios e centros históricos tombados, concedendo subsídios por parte do governo com a finalidade de manter os locais em manutenção, dando direito de escolha aos moradores no que concerne à intervenção das propriedades.¹¹⁷

Viollet-le-Duc talvez seja o homem mais influente nos estudos e ações voltadas à restauração e conservação dos monumentos históricos: esse arquiteto francês empreendeu um minucioso estudo sobre a História da Arte europeia, sendo um dos maiores especialistas dos diferentes estilos arquitetônicos desenvolvidos através dos séculos¹¹⁸. Considerado o grande iniciador das formulações teóricas de preservação e restauração dos edifícios arquitetônicos, Viollet-le-Duc foi “[...] autor prolixo, estudioso de talentos múltiplos, que abrangiam os de arquiteto, escritor, diretor de canteiros de obras e desenhista.”¹¹⁹ Para Le-Duc, o ápice da arte europeia é representado pelo estilo Gótico. O citado arquiteto acreditava que os monumentos deveriam passar pela restauração de modo a se aproximar o máximo de seu estado de pureza estética. É que para Le-Duc, a importância dessa conservação mais próxima do original deve-se a constatação de que “(...) os monumentos antigos, testemunhas dos sistemas históricos obsoletos, têm como principal interesse sinalizar o espaço vazio.” A necessidade de restauração deve-se a esse óbito. “Viollet-le-Duc tem a nostalgia do futuro, e não do passado.” Para ele, “(...) um edifício só se torna histórico quando se considera que ele pertence ao mesmo tempo a dois mundos: um mundo presente, e dado imediatamente, o outro passado e inapreensível.”¹²⁰ A memória dos prédios antigos está, antes de tudo, ligada aos aspectos estéticos.

Na Inglaterra, a partir de 1882, o Estado começou a despertar interesse pelos monumentos históricos. John Ruskin foi a grande referência no período inicial das políticas de preservação inglesa. Para ele, a arquitetura nacional tinha dois deveres principais: Converter a arquitetura atual em resultado da história e preservar os estilos arquitetônicos antigos como a mais valiosa herança possível. Ruskin acreditava na Arquitetura como uma maneira de manter vivo um passado, parte integrante da identidade dos ingleses. Suas ideias sobre os monumentos históricos repercutiram de forma decisiva para o fomento das políticas patrimoniais no Reino Unido. Sua concepção de edifícios tombados difere de Viollet-Le-Duc, pois para Ruskin, fundamentalmente, a conservação deve-se limitar à limpeza e manutenção básica, sem maiores intervenções nas fachadas nem em qualquer outro item das construções; Reformas tiram a

¹¹⁷ MALHANO. *Ibidem* p.72.

¹¹⁸ Dentre os estilos estão o Românico, Clássico, Gótico e Barroco.

¹¹⁹ KÜHL, Beatriz M. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento *p.21*.

Teórico. http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_conservacao_arquivo_pdf/n3_beatr.pdf

¹²⁰ CHOAY. *Ibidem* p. 158.

autenticidade e o aspecto secular das edificações.¹²¹ É que para o arquiteto inglês, o grande diferencial dos monumentos históricos é exatamente sua aparência desgastada que remete imediatamente ao observador, a sensação do passado. A declaração abaixo exemplifica perfeitamente sua concepção acerca da reconstituição dos monumentos:

Gostaria que a nova restauração não acrescentasse nada ao que o tempo nos deixou, limitando-se a limpar e a consolidar. Em alguns lugares, cobriram os muros com um reboco novo, o que é um erro grave, porque se devia conservar religiosamente a aparência antiga das muralhas que outrora foram várias vezes reparadas. (Apud. Choay, 2006, p. 159).

No último quartel do século XIX, outro homem que causou enorme impacto nas ações voltadas aos monumentos históricos foi o arquiteto, historiador e engenheiro italiano Camilo Boito. Seus conceitos se situam em uma terceira linha, confluindo no seu pensamento, as ideias de Le-Duc e Ruskin. Como o inglês, Boito defende a preservação dos edifícios tombados em sua natural degradação resultante do tempo. É defensor da autenticidade dos monumentos rejeitando a restauração minuciosa defendida por Le-Duc. Porém, é legítima a mesma desde que seja de ordem paliativa. Ela só deve ser aplicada de maneira minuciosa como defendia Le-Duc, em última instância, quando não houver mais pela conservação, meios de salvar os monumentos do desaparecimento.¹²²

As concepções de Violet-Le-Duc, Ruskin e Boito foram essenciais para a criação das disciplinas que tratam da preservação e restauração dos monumentos históricos. Da Europa, elas ganharam vida e se espalharam pelo mundo.

3.4 PATRIMÔNIO NO BRASIL

O primeiro documento que aborda os edifícios históricos foi um alvará de D. João V tratando sobre a proibição de destruição de estátuas e construções, moedas e desenhos que tivessem inscrições em grego ou romano, datado de 1721. Outro documento de 1740 discorre sobre a pretensão que o governador da província de Pernambuco em usar o Palácio das Duas Torres, construído ainda por Maurício de Nassau, como local de aquartelamento de tropas. A carta foi escrita pelo Conde de Galveias, D. André de Melo e Castro, vice-rei do Brasil à época,

¹²¹ OLIVEIRA, Luiz. Op. Cit. pp. 37-38

¹²² OLIVEIRA, Luiz. Ibidem pp. 38-39.

protestando contra tal medida.¹²³ Em 1792, foi expedida ordem régia de D. Maria I, ordenando que o governador das Minas Gerais mandasse fazer “umas memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casas mais notáveis e dignos de história que tivessem sucedido desde a fundação desta capitania.”^{124 125}

No decorrer do primeiro império não há registros conhecidos relativos ao patrimônio histórico, é importante ressaltar que não houve uma mudança significativa no que toca às relações de poder e cultura com a época colonial, especialmente no plano simbólico. O estilo neoclássico implantado no Rio de Janeiro com a chegada da Missão Francesa tem origens no menosprezo ao barroco, estilo característico na França à época da monarquia da dinastia Bourbon.¹²⁶ O neoclássico dominou as fachadas das casas-grandes do período, com traços peculiares que diferiam do estilo europeu. Foi reflexo das ideias trazidas pelo francês Auguste de Montyigny, arquiteto e professor da Academia de Belas-Artes do Rio e Janeiro. Todavia, o projeto de reforma das casas não vingou, antes, foi um retumbante fracasso.¹²⁷

No segundo império também não houve ações voltadas à conservação dos antigos edifícios, não obstante, D. Pedro II nutria grande amor pelos monumentos e pelos estudos históricos. É durante esse período que ocorrem as primeiras modificações na paisagem urbana, primeiramente na cidade do Rio de Janeiro, dada a necessidade de modernização da cidade devido ao afluxo cada vez maior de comerciantes, profissionais militares e funcionários públicos. Tal afluxo foi imprimindo na cidade, uma burguesia urbana, em detrimento a antiga sociedade rural. Havia a urgência de expressar nas casas e prédios da capital, a imagem de uma sociedade civilizada e moderna. Já nos primeiros tempos da República, as obras de saneamento feitas pelo então Presidente Rodrigues Alves viram pretexto para a desapropriação e destruição sistemática de velhos casarões situados no centro da cidade que há tempos haviam se transformado em cortiços.¹²⁸

É exatamente nas primeiras décadas do século XX que desponta na elite brasileira uma preocupação em expressar uma noção de nacionalismo, condição indispensável para o

¹²³ ANDRADE, Rodrigo M. F de. Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos. SPHAN. 1952. P. 122. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc6_MonumentosHistoricosArqueologico_m.pdf

¹²⁴ SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. *Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 17, 1969. p. 69-78.

¹²⁵ O castelo pode ser visitado virtualmente. Ver mais em: < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/suplementos/jc-mais/noticia/2015/05/10/palacio-de-mauricio-de-nassau-pode-ser-visitado-virtualmente-180365.php>>

¹²⁶ SALA Jr. Dalton. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. USP. São Paulo. 1988. P. 8.

¹²⁷ MALHANO, p. 79.

¹²⁸ Muitas ruas onde se situavam esses casarões foram magistralmente descritas nos contos de Machado de Assis.

desenvolvimento brasileiro, baseadas na visão eurocêntrica. O grande desafio do Brasil como uma nação *atrasada* seria a absorção do paradigma da política moderna.¹²⁹

Antes da criação de um serviço de patrimônio, já havia certa concordância desde os anos 1920 da necessidade de um órgão específico e de um corpo jurídico que tratasse do tema. Desde a citada década, a ideia de selecionar determinados bens patrimoniais de natureza material que simbolizassem uma identidade brasileira já vinha sendo discutida por intelectuais, certamente, reflexo do movimento modernista que já tomava corpo antes de 1923. Nos anos 1930, com o advento do Estado Novo, é que surgiu oficialmente um órgão específico que cuidasse da seleção e conservação dos bens patrimoniais nacionais.¹³⁰

Em 1920, o professor Alberto Childe teve papel fundamental ao elaborar o primeiro anteprojeto de lei em defesa do patrimônio histórico, seguindo os padrões dos projetos existentes nos países europeus. Apesar disso, o projeto só abarcava os sítios arqueológicos, especialidade de Childe. De qualquer maneira, o anteprojeto não vingou. A saber, as escavações teriam que ter o aval do Ministério da Instrução Pública e seriam fiscalizados por uma comissão composta dos diretores da Escola Politécnica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Museu Nacional.¹³¹

Em 1924, é apresentado na Câmara Federal, o deputado Augusto de Lima apresenta um projeto que só permite a saída de obras de arte que simbolize o passado do Brasil com a autorização do governo federal, todavia, o projeto acaba por ser arquivado por ir de encontro ao direito de propriedade privada. A Constituição não poderia coibir a venda de objetos históricos para o exterior caso o proprietário assim desejasse. Em 1925, o governo de Minas Gerais cria uma comissão composta de grandes personalidades do Estado como Jair Lins, jurista e o próprio Presidente da província de Minas Gerais, Melo Viana. Esta tinha por objetivo principal, resolver os problemas relacionados com o direito de propriedade que empacavam as tentativas de tombamento. De acordo com Jair Lins, o proprietário teria o direito de usar, gozar e dispor de seus bens. O Estado não teria o poder de estabelecer arbitrariamente a proteção.¹³² Apesar de bem elaborado, esse projeto não foi considerado pela Câmara, porém, é o primeiro

¹²⁹ Ver: GOMES, Ângela de Castro. A política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 490-558

¹³⁰ Na década anterior ao movimento modernista lembramos que a preocupação com o nacionalismo já estava em pauta, inclusive, citamos a clássica obra de Lima Barreto: O triste fim de Policarpo Quaresma.

¹³¹ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). p. 8 <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORIE%C3%81-FERNANDES.1.pdf>

¹³² MEC/ SPHAN/ PRÓ-Memória. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil: uma trajetória. Brasília, 1980. p. 13
<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>

em que aparece a validade do direito de propriedade privada sob a proteção do Estado quando for considerado que o objeto ou edifício referido for de interesse de toda a sociedade brasileira. Não só nas Minas Gerais, mas outros estados começam a considerar uma legislação específica voltada ao patrimônio histórico-cultural. Em Pernambuco, surge a Inspetoria dos Monumentos Históricos em 1928 e na Bahia é criada uma inspetoria no mesmo ano.¹³³ Em 1930, o deputado José Wandereley propõe um projeto com o intuito de defender da destruição todos os quadros, edifícios e esculturas que façam alusão ao passado do Brasil. Com o fechamento do Congresso nacional no mesmo ano e o começo da Era Vargas, acaba não tendo continuidade.

A Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil é criada pelo decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934 tendo como base a proposta do deputado Luiz Cedro com a finalidade de proteger os imóveis públicos ou particulares que interessassem à história ou à arte nacional. Esse projeto dava o direito de escolha ao proprietário acerca da classificação feita pelo governo brasileiro é semelhante ao criado pelo Marquês de Chennevières, em 1887, na França. Entretanto, o proprietário estava proibido de reformar ou demolir o imóvel sem a autorização prévia do Estado. Deveriam ser catalogados todos os itens merecedores de proteção por parte do governo. É desse decreto que surge a PHAN – Proteção Histórico e Artístico Nacional. No mesmo decreto é deliberada a criação dos museus regionais. Havia a necessidade de uma legislação específica que tratasse das questões patrimoniais, então em 11 de maio de 1933, surge, por meio de um decreto, a regulamentação e fiscalização das expedições específicas feitas por um conselho. O conselho de Expedições Artísticas e Científicas determinava apenas o Estado como legitimador das ações voltadas ao tombamento e a consequente conservação dos monumentos escolhidos.¹³⁴

A primeira cidade elevada à categoria de patrimônio histórico no país foi Ouro Preto, cidade histórica datada do ciclo do ouro, no século XVIII. A escolha deu-se pela vasta quantidade de edificações coloniais tais como igrejas, praças e casas e por ter sido berço da Inconfidência mineira.¹³⁵ Gustavo Barroso foi encarregado da ampliação do acervo do Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. O museu já existia desde 1922 e em 1934 recebeu melhoras em sua estrutura. A partir de 1934, o espaço não apenas serviria como museu, mas também lá seria ministrado um curso de formação de conservadores de museus.¹³⁶ No mesmo

¹³³ Idem, p. 27.

¹³⁴ ANDRADE, Rodrigo Ibidem. p. 53.

¹³⁵ Malhano, ibidem p. 85.

¹³⁶ BARATA, Mário. Patrimônio Histórico e Artístico e Democracia. SP. Ed. Módulo. 1992, p. 2.

ano, o Museu Histórico Nacional tem nova regulamentação aprovada e é aprovado o Serviço de Proteção aos Monumentos Nacionais e às obras de Arte Tradicionais.¹³⁷

O ministro Gustavo Capanema chama o escritor Mário de Andrade para a elaboração de um preceito constitucional tratando sobre a proteção patrimonial. Andrade, à época, era diretor do Departamento de Cultura de Municipalidade de São Paulo e estava elaborando com Paulo Duarte, um projeto de lei estadual sobre o mesmo assunto. O plano escrito por Andrade e Duarte serviu de base para o plano inicial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, que é modificado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, nomeado para a direção do órgão.¹³⁸ A oficialização do órgão acontece no dia 13 de janeiro de 1937 seguindo a promulgação a Lei n. 378, entretanto, com o fechamento do Congresso em 10 de novembro daquele mesmo ano, o projeto de lei sobre a proteção do patrimônio é interrompido. Só em 30 de novembro o Decreto-lei n 25 é expedido dando proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Outro Decreto-Lei é publicado em julho de 1941, o de número 3.365, permitindo a desapropriação por questão de utilidade pública, considerando não só bens móveis como também a preservação de arquivos públicos de interesse do Estado. Em 1946, é criado pela diretoria do SPHAN, quatro distritos regionais: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo.¹³⁹

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é instituída uma política no país voltada para a preservação e conservação de monumentos legitimados por um discurso meticulosamente construído por intelectuais no ensejo de tentar construir um projeto de uma identidade nacional. Para tanto, o papel do SPHAN foi fundamental nessa construção da memória, atribuindo-lhe consistência ao materializar a cultura brasileira nos monumentos tombados pela instituição citada. Em outros termos, podemos afirmar que houve uma elaboração ideológica que foi tecida em torno da monumentalidade dos edifícios tombados. Para tal elaboração, é primordial ter presente o conceito de memória no processo construtivo da identidade da nação. Já que a ação política da sociedade é baseada “(...) pelo fazer e pelo pensar das gerações que a antecedem, (...)” a memória é assim como os processos de construção social de identidade “(...) temas merecedores de investigação continuada e aprofundada. ” Produzindo “(...) um guia indispensável, sem a qual o

¹³⁷ Malhano, *Ibidem* p. 85.

¹³⁸ ANDRADE, Rodrigo de Mello F. Rodrigo e o SPHAN, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura IPHAN, 1987, p. 121.

¹³⁹ MALHANO. *ibidem* p.. 85.

entendimento adequado das redes de poder contemporâneas, em sua historicidade empírica e em sua densidade cultural escaparia. ”¹⁴⁰

No Brasil, dois intelectuais foram fundamentais nas políticas patrimoniais: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Franco de Andrade foi o primeiro diretor do SPHAN e decisivo na implantação da política patrimonial no país, foi diretor do órgão por trinta anos. Na sua gestão, também chamada de *fase heroica*, o foco das ações estava nos patrimônios de natureza material, em especial, os que remetessem ao estilo barroco. Já Magalhães esteve à frente das questões referentes ao patrimônio nacional por apenas três anos, de 1979 até sua morte prematura, em Pádua, na Itália, no ano de 1982. Todavia, ele foi o homem responsável pela ampliação da noção de patrimônio no Brasil, não só são patrimônios os edifícios antigos, os casarios coloniais, os conventos e igrejas seculares, *a cultura, em sua diversidade*, é o foco na perspectiva de Aloísio Magalhães. Regina Abreu nos explica:

Em contraste com uma política que se notabilizou em proteger vestígios e fragmentos, o discurso de Aloísio Magalhães, pelo contrário, não enfatizava o passado como fonte privilegiada para a construção de uma identidade nacional. Para ele, seguindo o conceito antropológico de cultura, existiriam diversos passados, tantos passados quantos diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos existentes na sociedade brasileira. (...) ele acreditava que a identidade cultural brasileira ainda estava em processo de formação.¹⁴¹

Apesar da inclusão da terminologia *bens patrimoniais* que foi introduzida por Aloísio Magalhães, o caminho trilhado pelas políticas patrimoniais no Brasil continuou tendo o Patrimônio material como principal referência. A partir dos anos 1930, com o surgimento do SPHAN, é criado um modelo de condução das políticas patrimoniais que segue sendo, apesar da inclusão do conceito de imaterialidade da cultura, o modelo norteador do Patrimônio histórico e cultural no país. Modelo que só começa a mudar realmente com o advento da lei 3.551/2000 e a emergência de reconhecimento de grupos sociais à margem da sociedade brasileira como manifestações de etnias indígenas, afro-brasileiras, festas, dentre outros.

¹⁴⁰ SARAIVA, Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo, Ed. Saraiva, 2008. p. VIII-IX.

¹⁴¹ ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (Org). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: ABA, 2007, p. 274.

4. BREVE HISTÓRIA DE OLINDA

Uma das mais antigas cidades, não só do Brasil, assim como também do continente americano, Olinda situa-se na região ocupada e povoada pelos portugueses, mais antiga dos antigos domínios *Del-Rey* nas novas terras reconhecidas por Pedro Álvares Cabral em 1500. Não só Olinda data da primeira metade dos anos 1500. As terras da capitania de Pernambuco que abrangem os atuais municípios vizinhos de Igarassu (onde se localiza a mais antiga Igreja ainda em pé no país, a Igreja de São Cosme e Damião, erigida em 1535), Itapissuma, Paulista, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e outros municípios próximos serviram como ponto inicial de ocupação lusitana, na região mais ao norte do país. Mais ao sul, o outro foco inicial de ocupação foi na capitania de São Vicente, precisamente na vila homônima, no litoral paulista. Aliás, essas duas capitanias foram as únicas que prosperaram realmente no início da colonização dos filhos de *Portus Calis*. Há indícios de ocupação portuguesa nos limites do município de Olinda antes de 1534, entretanto, a vila de Olinda foi fundada oficialmente no ano de 1537 como nos indica o Foral de Olinda, de autoria de Duarte Coelho. Todavia, tal feito só se deu por fruto de sangrentas e intermináveis escaramuças entre os invasores lusitanos e as diversas populações nativas da região que, por vezes, se aliavam com outros europeus afim de expulsar os portugueses, a saber, alianças de franceses com caetés, por exemplo. Porém, não só por franceses e caetés, mas toda região costeira da capitania que estava sob a égide de Duarte Coelho era povoada por outras etnias como os potiguaras, tabajaras e mais ao sul, e ao interior, cariris, abacatiaras, dentre outras. Diante de um cenário tão desfavorável, a fundação de uma povoação fortificada em uma região com montes, terras chãs mui favoreceria os portugueses de eminentes ataques dos adversários.¹⁴²

Não havia nenhuma novidade nessa escolha do fidalgo: vilas e fortificações na Europa situadas em terras mais altas eram comuns com fins defensivos. Talvez, o hoje por muitos pernambucanos considerado como pai fundador da “Nação Pernambuco” tenha até se inspirado no Castelo de São Jorge de Lisboa quando da construção da fortificação no alto da Sé, de onde, o mesmo podia monitorar prováveis invasões por mar da região incluindo-se aí, o melhor porto natural das proximidades, o do *arrecife dos navios*, hoje, Recife, situado a poucos quilômetros de distância. Ademais, qualquer tentativa de ofensiva por terra por parte dos gentios ou concorrentes europeus seria mais difícil de obter êxito a uma vila fortificada em região de íngreme acesso. Decerto, a ocupação por parte do invasor de uma localidade que anteriormente

¹⁴²NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. Memória de Olinda: história, psicanálise paixão e arte. Salvador: EDUFBA, 2009 p.129.

era aldeia caeté de nome Mairy ou Marim (Mirim) deve ter acirrado ao máximo a sanha caeté pela expulsão definitiva daqueles estrangeiros.¹⁴³

Há, até hoje, várias versões para a origem do nome Olinda, com pequenas diferenças de informações, a mais aceita é a que conhecemos por Frei Vicente de Salvador e outras fontes citadas por Gilberto Freyre dando conta de que a seguinte palavra teria sido proferida pelo europeu, tenha sido este o próprio donatário ou um criado galego dele ao avistar o lindo quadro pintado pelas forças da natureza disponível do alto da Sé a quem olhos tiver e pernas para subir uma das mais famosas ladeiras da cidade-jóia:

“Ó linda” “Ó linda situação para se fundar humma villa!”¹⁴⁴



Figura 11. Catedral da Sé em Olinda. Março de 2016.

Olinda foi a capital da capitania mais próspera da América lusitana. Desde sua fundação, Pernambuco ocupou papel de protagonista na economia da colônia. Durante os séculos XVI e

¹⁴³ PEREIRA, Moacyr Soares. Índios Tupi-Guarani na Pré-história: Suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento. Maceió: EDUFAL, 2000. p.112

¹⁴⁴ Gilberto Freyre nos aponta outras versões acerca da origem do nome Olinda que diferem das versões citadas acima, a saber: As de Varnhagen, Alfredo de Carvalho, e até uma corruptela do Tupi para o nome. Ver: Freyre, Gilberto. Olinda 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. RJ: Ed. José Olympio, 1968. pp.3-4.

XVII, não só os colonos provenientes de Portugal como também, os servos da coroa de outras capitanias procuram Pernambuco para se estabelecer e os motivos não são poucos, a combinação do clima perfeito para o cultivo da cana de açúcar, da terra massapê e a proximidade da metrópole são decisivos para o sucesso da capitania.¹⁴⁵ Outro motivo, lamentável, mas não menos importante para o triunfo pernambucano foi a guerra extremamente sangrenta entre portugueses e nativos, em especial, caetés. Aliás, guerras, pois os confrontos se sucederam durante toda a segunda metade do século XVI e primeira metade da centúria seguinte. Os filhos do fundador de Olinda, de nomes Duarte De Albuquerque Coelho e Jerônimo de Albuquerque foram os artífices das guerras decisivas de expulsão e escravização dos nativos da região, segundo Frei Vicente de Salvador:

Vendo Duarte de Albuquerque Coelho a muita gente que acudia, assim Portugal, como das outras capitanias para povoarem a sua de Pernambuco e fazerem nela engenhos e fazendas, (...) que os gentios tinham ocupadas, eram as mais férteis e melhores, determinou de lhes fazer despejar por guerra”¹⁴⁶¹⁴⁷.

Despejar, escravizar, ocupar os espaços dos nativos para plantar cana-de-açúcar. Se o chamado período pré-colonial comumente datado entre 1500 até os anos 1530 foi marcado pelo pouco interesse dos portugueses por essas terras tropicais, se limitando na extração de pau-brasil, e a presença lusíada se fazendo presente tão somente em escassos fortins e feitorias distantes por dezenas de léguas de distância e somente na região litorânea. Com a divisão da *terra brasilis* em capitanias hereditárias e, a posteriori, com o uso do sistema de sesmarias, a monocultura da cana atingiu enorme sucesso no nordeste da colônia, e Olinda, capital da capitania mais rica da região, se beneficia demais com isso. Findado o século XVI, a economia açucareira só cresce, era o produto mais valioso no comércio europeu. Pernambuco como sede do núcleo inicial povoador da colônia faz riqueza, irradiando por todo o nordeste brasileiro, seus filhos a criarem engenhos-de-açúcar afim de exportarem para a metrópole, aliás, sustentarem a economia portuguesa assentada na Casa-Grande e no engenho.

¹⁴⁵ “Esta (Pernambuco) se acha uma das ricas terras do Brasil, (...) GANDAVO, Pero Magalhães. Tratado da terra do Brasil. p. 3. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000282.pdf>

¹⁴⁶ SALVADOR, Frei Vicente – “História do Brasil” p.57. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/bib/b142.pdf>

¹⁴⁷ Segundo Moacyr Soares Pereira, milhares de caetés pereceram nos embates contra os portugueses; dos sobreviventes, a maioria fugiu em direção ao Maranhão onde criaram uma nova nação que se aliou aos franceses fundadores de São Luís, poucos permaneceram em Pernambuco. Ver: PEREIRA, Moacyr Soares. *Ibidem*. p. 117.

Durante o período compreendido entre os anos 1570 até o começo das invasões batavas a partir da segunda década do século XVII, o poder que os senhores do açúcar de Olinda usufruem é tal que nada acontece na colônia sem passar pelo crivo daqueles. Manuel Diégues Júnior, com base em uma referência jesuítica de 1614, afirma que os senhores de engenho são “(...) *pela maior parte, os grandes do Brasil*. “ Ou como já dizia Duarte Coelho em carta endereçada ao rei “*antes vou contra o povo do que contra os donos de engenhos*. ”¹⁴⁸ Á época, Olinda e Recife eram as principais representações do poder da metrópole portuguesa em terras americanas, não só a questão econômica assim como também a religião católica se faz presente de maneira marcante e decisiva na cidade, já no século XVI, as primeiras igrejas e ordens dominam a paisagem e a vida olindense, igrejas como a da Sé, o mosteiro e igreja de São Bento, Igreja de Nossa Senhora do Monte são alguns dos *lugares de memória* mais impressionantes de Olinda, verdadeiras testemunhas de histórias e estórias que perpassam quase meio milênio.

Quando pensamos na história do Brasil no século XVII, Olinda, assim como sua cidade-irmã, Recife, ocupa papel central na constituição do que hoje conhecemos como sentimento nativista (ou a construção no imaginário deste)¹⁴⁹ por ocasião da invasão e posterior ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro tendo como sede, Pernambuco. Depois de tentarem controlar, sem êxito, por menos de um ano, entre maio de 1624 e maio de 1625, Salvador, os holandeses invadem em 1630 a região mais rica da América lusa, Pernambuco. O governador luso-brasileiro Matias de Albuquerque não dispunha de condições militares necessárias para expelir os intrusos holandeses. Durante 5 anos, as forças de defesa pernambucanas alternavam com os filhos de Holanda o controle de diversas regiões até que em 1635, a tática de guerrilha adotada pelas forças pernambucanas mostra-se incapaz de deter a hegemonia dos intrusos, em especial na região litorânea do Nordeste, já que os holandeses jamais conseguiram ocupar as regiões mais agrestinas, resumindo suas ações ao litoral e zona da mata, região dos lucrativos engenhos.

Ora, apesar de diminuta região controlada pelos batavos nas áreas costeiras, sapientemente, estes se estabelecem exatamente na parte mais rica de engenhos e usam o melhor porto da região, o do Recife. Obrigados a recuarem para fortificações mais a longe do litoral e depois, para a região sul de Pernambuco, onde hoje, se localizam terras alagoanas, os pernambucanos passam sete anos sendo governados pela Companhia das Índias ocidentais que nomeou o conde Maurício de Nassau como administrador. Astutamente, Nassau implanta uma

¹⁴⁸ DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. O engenho de açúcar no Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2006. p. 22

¹⁴⁹ Essa discussão é longa, só para citar alguns autores: Boris Fausto, Armando Souto Maior, Evaldo Cabral de Melo Neto e muitos outros.

política de boa vizinhança, governando com apoio das classes mais abastadas de Pernambuco, concede-lhes créditos para que os senhores açucareiros reavivassem a produção que havia sido duramente atingida durante os anos de embates. Com esse apoio, toda a economia da região voltou a prosperar com a recuperação dos campos de plantação de cana-de-açúcar e com a compra de escravos filhos de África para uso no labor das terras. Nassau também abre uma tolerância religiosa que na região. Tolerância que era característica dos Países Baixos que já contavam com instituições democráticas à época.¹⁵⁰ Data dessa época, o plano urbano da ilha do Recife, local escolhido para ser sede do domínio neerlandês na região. No âmbito cultural, promoveu a vinda de intelectuais de vários campos do saber como Medicina, Astronomia, Botânica e Artes, dentre os quais, podemos citar, o naturalista Jorge Marcgrave, o médico Willen Piso, além de Frans Post, cujas pinturas até hoje permeiam o imaginário, a memória de Pernambuco, do nordeste holandês e do Brasil.¹⁵¹

A partir da chegada holandesa ao Brasil, Olinda passa a ser legada a segundo plano no que concerne a posição central administrativa de Pernambuco. Recife, ainda ligada à vila de Olinda, tornou-se no centro do governo. Dentre outros motivos, talvez, o principal, o porto do Recife, ótimo para escoamento de grandes cargas além de ter a união das bacias dos rios Beberibe e Capibaribe por onde, não só toda a produção de cana-de-açúcar como também, deslocamento de todo o tipo de mercadorias e pessoas se daria de maneira muito mais rápida. Alguns também afirmam que a semelhança geográfica com a terra natal dos holandeses, dominada por terras baixas, entrecortadas por canais de rios, ilhas, foram fundamentais para a escolha do Recife como capital do estado holandês. O que se pode dizer, sem dúvidas é que esse foi um momento crucial para a história de Olinda. De 1630 (ano do início da invasão do Brasil luso pelo estado holandês) até a expulsão final dos invasores em 1654 com o tratado assinado após as batalhas da campina da Taborda e as duas batalhas dos Guararapes.

Olinda é vilipendiada já em 1631 quando, após duro cerco, é incendiada pelos neerlandeses; e, se já não fosse bastante, até partes de edificações da cidade são retiradas para serem fundidas e transformadas em outras peças para navios, no caso do ferro, ou para serem transformadas em riqueza dos saqueadores de pedaços de ouro e outros metais nobres existentes sobretudo em igrejas. Mas não só isso, outras partes dos imóveis também foram extraídas afim

¹⁵⁰ À propósito, a ocupação holandesa no Brasil está inserida em um período comumente alcunhado de *Século de Ouro* holandês. Ver mais em: DE VRIES, J. en Van der Woude, A. *The First Modern Economy: Success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*. ISRAEL, J. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall 1477-1806*, Oxford, 1995

¹⁵¹ COTRIM, Gilberto. *História & Consciência do Brasil I. Da conquista à independência*. 9 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995. p. 89

de auxiliarem na construção de moradias no Recife.¹⁵² Posteriormente, toda a cidade vai sendo lentamente reconstruída, em especial, edifícios de ordens religiosas e casarios.

Depois da expulsão dos batavos, em 1654, Olinda, que jamais recuperou a condição de centro de Pernambuco. Apesar de ter mantido o vizinho burgo recifense sob seus domínios até o primeiro decênio do século seguinte, tal condição era muito mais de ordem burocrática do que outra coisa. Sucedeu que, a vinda de judeus- em especial, de origem sefardita, destacados médicos, astrônomos, matemáticos e comerciantes¹⁵³ – , portugueses comerciantes e outros ao Recife contribuiu de maneira determinante para o sucesso do Recife. Em contraposição, o senhorio de açúcar olindense sofreu com grande queda nos preços do açúcar no comércio internacional devido aos escorraçados holandeses terem estabelecido a monocultura açucareira em terras antilhanas. Depois de terem aprendido tudo acerca da produção no Brasil, os holandeses produziam açúcar tão bom quanto o daqui e ainda vendiam a preços mais baixos para a Europa. Alguns historiadores chegam a indicar uma queda de 50% no preço do açúcar brasileiro.¹⁵⁴ Esse foi um golpe fatal no período dourado da economia de exploração da monocultura da cana-de-açúcar na América lusitana e quem mais sofre com isso? Olinda. Os senhores açucareiros cada vez mais endividados começam por contrair empréstimos cada vez maiores junto aos recifenses que cobravam altas taxas de juros. A situação foi se agravando, as tensões entre as localidades só cresciam quando, já cientes da sua condição econômica mais importante para a metrópole e cansados de não receberem os empréstimos contraídos pelos senhores de Olinda junto com as devidas correções de juros, os recifenses se sublevaram, não queriam mais dar satisfações a Olinda, queriam independência administrativa até porque, ainda eram obrigados, mesmo diante dos sucessivos calotes sofridos pela elite olindense, a ainda pagar impostos.

Devido a cartas enviadas a Lisboa endereçadas ao V.M. El Rey D. João V, o mesmo concede, no ano de 1710, a emancipação política da próspera povoação do Recife do jugo de Olinda, mas não antes sem embates, sem resistência. Durante um ano, a porfia entre as cidades-irmãs alastrou-se ao fim da qual, os comerciantes recifenses, pejorativamente chamados de mascates¹⁵⁵ venceram a contenda, selando o destino das duas cidades, Recife apesar de só ter

¹⁵² Ver mais: RICHSHOFFER, Ambrósio. Diário de um soldado. Recife: Secretaria de educação do estado. 1977. pp- 67-142.

¹⁵³ O termo sefardita se refere aos judeus da Península Ibérica que foram forçados a saírem da Espanha pelos reis católicos Fernando e Isabel, a maioria fugiu para Portugal no reino de D. Manuel, o venturoso. Muitos destes preferiram estabelecer-se no Brasil ainda no século XVI, no caso da leva sefardita que veio com os holandeses, em sua maioria, eram descendentes dos que fugiram de Portugal e Espanha e foram para a Holanda.

¹⁵⁴ CONTRIM. Ibidem p. 91.

¹⁵⁵ A palavra mascate era usada para denominar os reinóis, os comerciantes que, em sua maioria, não tinham origem em Pernambuco, eram portugueses sem origem nobre.

se tornado capital da província pernambucana apenas em 1827, ocupará cada vez mais uma posição predominante enquanto Olinda entra em um período de grande declínio.

Além da transferência do centro econômico de Pernambuco para Recife, a decadência de Olinda acentua-se ainda mais com a transferência das atenções de Lisboa e de toda a colônia para terras mais ao sul do Brasil. Inicia-se o ciclo do ouro nas Minas Gerais e toda a região Nordeste que já sofria um interminável período de encolhimento econômico desde do início da concorrência do açúcar antilhano produzido pelos neerlandeses, amarga uma época triste. Não só as pessoas empobrecem em Olinda e nas principais vilas da região nordestina, assim como toda a região começa a sentir encolhimento populacional. Com as promessas de rápido enriquecimento com a mineração de Ouro de outras pedras preciosas, muitos deixam tudo para trás e partem em direção aos locais de mineração.

Durante meados do século XVIII, sob os governos do Conde dos Arcos e de Correia de Sá, a situação de involução econômica de Pernambuco era tal que:

Muitos capitalistas de Pernambuco, não querendo limitar somente seu dinheiro ao acanhado circulo d'esta Provincia, preferiram remeter para Portugal a moeda que possuíam, em lugar de a levarem à casa a moeda d'esta Provincia, inde recebendo um accessimo de valor nominal, ficava pelo contrario depreciada para as outras praças, nas quaes não podia gyrrar : eis o motivo da falta de numerário, que em Pernambuco se tornou mui sensível no meiado do seculo passado (XVIII)^{156 157}.

O sofrimento olindense e de todo Pernambuco não acabavam: Dentre 1791 e 1793, a região passa por uma seca brutal, milhares morrem de inanição pelas regiões sertanejas, muitos destes encaminham-se para Olinda e Recife em busca de saída para o sofrimento.¹⁵⁸ Olinda resiste, vive, continua linda do alto de seus montes e renasce com mais um episódio que enriquece ainda mais sua riquíssima história. Eclodindo em 1776 nos Estados Unidos e em 1789, na França, inspirado em ideias iluministas, revoluções burguesas contra monarquias europeias e a antiga ordem vigente. Estes ideais ressoaram por toda a Europa e rapidamente chegaram ao Brasil, resultando, em 1817, por influência direta de ordens religiosas- como os Carmelitas tendo na figura de Frei Caneca, seu representante maior- e lojas maçônicas, a revolução pernambucana. A insurgência nativista que não vingou mas para sempre marcou a história de Pernambuco, imortalizada na sua bandeira.

¹⁵⁶. A quem estranhar, essa era o Português escrito da época. Apenas uma observação de natureza Paleográfica.

¹⁵⁷ FERNANDES GAMA, José Bernardo. Memórias históricas da província de Pernambuco. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. p. 351

¹⁵⁸ Idem p. 369

Na década seguinte, outro levante de ordem separatista eclode em Pernambuco, a Confederação do Equador. Assim como em 1817, a revolta não obteve êxito e -o já lendário em vida- Frei Caneca- novamente estava à frente da rebelião, alguns juraram que era tão respeitado pelos compatriotas que até os mais vis carrascos se negaram em executá-lo, o que aconteceu em 1825, no Forte das Cinco Pontas. Poucos anos depois, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, a 15 de maio de 1828, foi criado o primeiro curso jurídico do Brasil. Olinda vivia em abandono durante boa parte do século XIX, Recife era o centro financeiro, comercial do Estado. Desde dos entreveros de 1710 entre as duas localidades, Olinda foi ficando cada vez mais à margem das decisões políticas; entretanto, a antiga cidade das colinas Pernambucanas teve seu momento de brilho entre 1828 e 1854 quando, no mosteiro de São Bento eram ministradas as aulas de ciência jurídica, primeiro no edifício do mosteiro, depois, em 1852, no atual Palácio dos Governadores, logo a frente.¹⁵⁹

Em 1854, o curso foi transferido para o Recife, é verdade, todavia não diminuiu em nada a importância de Olinda, sempre fulgurando entre as posições de destaque da história do Brasil. Durante esse período, o que já era realidade só que não oficialmente foi consolidado: No ano de 1837, dá-se finalmente a transferência oficial da capital de Pernambuco para o Recife.

Foi pelas proximidades de onde se encontra hoje o Observatório Astronômico do Alto da Sé, local mais visitado por turistas, que se deu a descoberta do primeiro (e até hoje, único) cometa no Brasil e na América do Sul, lá, no ano de 1860.¹⁶⁰ O nome do cometa? Não haveria de ser outro: Olinda.

A cidade, agora, definitivamente relegada a segundo plano em relação ao Recife, testemunhou as crises dos ciclos de cana-de-açúcar e algodão que eram os produtos impulsionadores da economia nordestina no século XX.¹⁶¹ Pelos anos 1870, foi criada uma linha de Maxambomba que ligava Olinda ao Recife, a praça que leva esse nome até hoje existe e faz parte do perímetro tombado.¹⁶² Antes disso, a forma mais rápida de ligação entre as

¹⁵⁹ “As aulas iam ser ministradas no mosteiro precisamente no lado que abria para o mar. (...) A enorme casa não estava conservada como conviria dentro de Olinda que devia ser, naquele tempo, toda ela, um vasto abandono: Fora-se o antigo esplendor...” DELGADO, Luiz. Gestos e vozes de Pernambuco. Recife: UFPE, 1970 pp. 102-104.

¹⁶⁰ O observatório foi construído cerca de 30 anos depois, na época do Governador Barbosa Lima no ano de 1890 em estilo neoclássico da Belle Époque.

¹⁶¹ A economia canavieira e algodoeira enfrentava uma grave crise nos últimos anos do século XIX e o Nordeste foi o mais afetado. Citamos um fantástico livro sobre a situação de Pernambuco dispondo de relatórios minuciosos da economia local à época: MILET, Henrique Augusto. A lavoura da cana-de-açúcar. Recife: FUNDAJ, Ed. Massagana, 1989.

¹⁶² Maxambomba era uma espécie de transporte constituído por uma locomotiva que puxava poucos vagões descobertos, a primeira linha do Brasil foi a do Recife, o nome é uma corruptela da expressão inglesa Machine Pump.

idades se dava através de canoas. As duas cidades agora estavam ligadas pelas estações do Carmo, em Olinda e Encruzilhada, no Recife. Eliane Vasconcelos do Nascimento nos informa:

Desde 1876, a chegada da máquina movida a vapor implicou num grande desenvolvimento para a região e Olinda também foi beneficiada por esses novos avanços, como vimos acima, que facilitou o acesso a esta cidade e ao Recife, fazendo a ligação do Recife até o largo do Carmo, centro da vida social olindense. Em seguida aos bondes elétricos surgiram os ônibus e os automóveis, com as rodovias que, cada vez mais, propiciaram um acesso mais rápido entre as duas cidades. Este processo permitiu uma proximidade muito grande entre elas, como se tratasse de uma só.¹⁶³

A partir dessa época, cada vez mais, os olindenses tão somente usam sua cidade como dormitório pois passam os dias trabalhando no vivaz centro comercial do Recife concentrado, principalmente, nas proximidades do Porto do Recife.

Na primeira metade do século XX, Olinda transformou-se em balneário para os recifenses que a usavam em época de verão ou como banho para melhorias de saúde. Eram muito recomendados os banhos de praia. Praias do Carmo, Farol, Rio Doce, Milagres, Casa Caiada eram bastante frequentadas. Esse período de glamour de uma Olinda Balneário em que a elite recifense não só frequentava como adquiria casas de veraneio na orla olindense durou até meados dos anos 1950, é quando grandes ressacas destruíam tudo o que na frente estivesse, foram realizadas diversas obras, até hoje, para arrefecer ao máximo os danos causados pelas frequentes ressacas oceânicas.¹⁶⁴

Já nos primeiros anos de atuação do SPHAN, alguns monumentos de Olinda foram tombados, entretanto, a discussão sobre o tombamento do sítio histórico começou a avançar a partir dos anos 1960. Em 1968, a cidade tornou-se protegida por lei federal devido ao monumental conjunto arquitetônico.

Na década seguinte, a preocupação com a área histórica do sítio antigo começou também a entrar nas pautas de discussões de órgãos governamentais das alçadas municipal estadual. É nessa década que surgem a FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) e com a contribuição decisiva de figuras proeminentes da política local e amantes da singular herança patrimonial Olindense tais como o então prefeito Germano Coelho, foi criado um fundo de preservação junto com a Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FCPSHO). Olinda então, chama a atenção de todo o país devido a sua preocupação

¹⁶³ NASCIMENTO, Eliane. *Ibidem* p. 242

¹⁶⁴ Alguns entrevistados na pesquisa de campo de idade mais avançada citaram essa época com tristeza. A tese de doutorado citada na nota de rodapé anterior- fantástica, devo dizer- discorre muito sobre a memória dos moradores mais antigos acerca do avanço do mar de Olinda.

com a preservação do sítio histórico, até que em 1982, Olinda alcança o maior título que uma cidade pode alcançar, – o de Monumento Nacional e o de Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, em 1982 pela UNESCO.

A partir desta data, Olinda ganhará ainda mais força como atração turística nacional e internacional, vendo a cada década aumentar mais o número de visitantes. A cidade-patrimônio, tanto em época carnavalesca, tanto no decorrer de todo o ano é visitada por inúmeros curiosos sedentos por sua paisagem permeada de História, retalhos de eras passadas que o presente não apaga.

4.1 O QUE É SER OLINDENSE? MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS MORADORES

A memória e a Identidade são indissociáveis, as duas são continuamente validadas dentro do imaginário social e individual através de lembranças em comum ou por meio de uma construção da uma narrativa que as fundamentem e as justifiquem por, como dizem Renato Ortiz, Antonio Gramsci e Londres Fonseca, *mediadores simbólicos, agentes do estado*, agentes estes treinados pelos Estados-nações para desempenhar tal papel *como intelectuais organizadores da cultura*, parafraseando Gramsci.

Ao longo dessa pesquisa, foi possível apreender a validade das reflexões de vários intelectuais dedicados ao campo da memória e identidade. Muitas concepções sobre tais categorias se confirmaram no decurso da pesquisa de campo. Trabalhar com dados de memória, lembranças individuais e coletivas, sempre foi prioridade deste que vos escreve por motivos que me fogem na totalidade ao tentar explicar. Meu imaginário sempre foi permeado de histórias, de lendas, heróis, mitos ou melhor dizendo, mitificações que transpõem a natureza real e alcançam não só os sentimentos como os sentidos. Desde tenra idade era ávido por ouvir estórias e histórias de familiares sobre eventos marcantes dos Estados de Pernambuco, Bahia e do Brasil, principalmente, os quais a Historiografia tratou de desmitificar ou confirmar ao longo do meu tempo de vida.¹⁶⁵ As lendas em versos e faladas que se misturam com o próprio ser são constructos baseados na mistura, por vezes, indivisível, de realidade e imaginação que nos edifica como ser social e nos situa no mundo. Os estudos sobre memória e identidade são de interesse fundamental ao campo antropológico, em especial, pois, não há sociedades, tradições,

¹⁶⁵ Neto de Avôs paternos Pernambucanos agrestinos e uma avó materna Baiana sertaneja, filho de um Pernambucano com uma Baiana. Inssureição Pernambucana, 1817, 1824, Lampião, São Francisco, Recife, Caruaru, Mestre Vitalino, Região dos Quilombos na região fronteira entre AL e PE até a segunda guerra mundial a qual meu avô paterno serviu ao exército. Tais narrativas, passadas a mim conforme os fatos reais ou não, sempre estão vivos na minha memória.

religiões, símbolos, não há o estudo do homem que não passe de alguma forma pela memória e identidade. A perda da primeira condiciona na perda da segunda, em outros termos:

A perda da memória é, portanto, uma perda de identidade (...) Sem a memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, consciência e o conhecimento de si. ¹⁶⁶

De fato, a produção de textos acadêmicos concernentes ao tema patrimônio no campo Antropológico dos últimos anos sempre apontou para a emergência em relação às políticas patrimoniais nos processos de identidade de grupos antes excluídos pela chamada *fase dos heróis* dominada por Rodrigo Melo de Franco Andrade e Afonso Arinos. ¹⁶⁷ A função do patrimônio histórico-cultural, como podemos constatar na bibliografia disponível na última década nos indica que não apenas a identidade nacional, mas, antes, processos de identidade locais também são uma preocupação constante. ¹⁶⁸

Olinda é uma das, não só a nível nacional como mundial, mais conhecidas cidades-monumento. Seu conjunto arquitetônico e seus patrimônios vivos e imateriais tais como *O Homem da Meia-noite*, *Bonecos Gigantes*, *Troça carnavalesca Mista Cariri* olindense e etc. justificaram inclusive o título de primeira capital cultural do país. Um *lugar de memória* usado pelo Estado e pela indústria turística com sucesso, porém, usado diariamente como lar, como berço da Identidade e da memória dos moradores.

Em Olinda, a riqueza cultural e histórica, a diversidade é tão grande que chega a entorpecer os sentidos. Por vezes, até para um pernambucano, é deveras difícil conhecer, saber de cor todos os nomes de Igrejas tombadas de valor inestimável, histórias que em muitos casos datam de quase meio milênio, blocos carnavalescos centenários, casas de arquitetura única e patrimônios vivos. Como um município só pode ter uma variedade tamanha como ela e ao mesmo tempo ser tão igualmente amada por todos?

A memória e identidade dos olindenses se confunde com a própria materialidade das edificações privadas, com as Igrejas centenárias, com os móveis seculares, com os blocos de

¹⁶⁶ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*; tradução: Maria Leticia Ferreira – 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 59-60.

¹⁶⁷ Apesar das críticas ao primeiro período das políticas patrimoniais serem legítimas, não podemos deixar de atestar a contribuição decisiva para a preservação de cidades-monumento de inestimável valor como Olinda. Mas claro, se o anteprojeto de Mário de Andrade tivesse obtido êxito, teria sido muito mais benéfico ao nosso país como uma entidade multicultural, multifacetada.

¹⁶⁸ Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades. Rotman, M; CASTELLS, A. In: LIMA FILHO; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (Org). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: ABA, 2007, p. 62.

carnaval, com os patrimônios vivos. O imaterial e material se fundem, não encontram limites na constituição da memória e da identidade olindense. Ouvi muitos relatos que comprovam a tênue ou talvez, inexistente divisão entre a dupla natureza do Patrimônio histórico-cultural para os nativos.¹⁶⁹

Em frente ao Mercado da Ribeira, encontram-se as ruínas do Senado de Olinda, local, onde, em 1710, Bernardo Vieira de Melo daria o primeiro grito de República como resposta aos privilégios dados por Lisboa à povoação vizinha do Recife que ocasionou a Guerra dos Mascates. Registrado para sempre no hino de Pernambuco, no seu verso de nº 04:

A República é filha de Olinda
Alva estrela que fulge e não finda
De esplendor com seus raios de luz.
“Liberdade”, um teu filho proclama:
Dos escravos, o peito se inflama
Ante o sol dessa terra da Cruz!¹⁷⁰

Por lá, encontro Dona M que me observou olhando de perto e fotografando as ruínas, antes mesmo de tentar estabelecer diálogo com ela, a mesma já foi me alertando: *Há qualquer momento aquilo ali não está mais ali. Entra gestão, sai gestão e não acontece nada.* Dona M. não é olindense de nascença, porém está morando na cidade desde 1979. Ora, mas é claro que é olindense. Afinal, depois de tantas décadas? Nem sotaque carioca tem. O que interessa é se ela se sente nativa: *Claro!* E o que é ser olindense para a senhora? *É quem se cria aqui né? Então me considero daqui.*

Sr. L. comerciante do Mercado da Ribeira e morador do perímetro tombado que nos dá um depoimento tocante sobre o que é ser natural de Olinda para ele: *Para mim é um orgulho muito grande, eu gosto muito, minha vida foi toda aqui, não morei em outro lugar na minha*

¹⁶⁹ “Mas o que é importante considerar é que se trata de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. ” GONÇALVES, J.R. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002#nt05

¹⁷⁰ Mais uma vez, história real e lenda se misturam. Sim, houve o grito e por isso, Vieira foi preso e enviado a Lisboa onde se matou se asfixiando com fumaça dentro da cela depois de um ano de cárcere. Entretanto, tal como a Inconfidência Mineira, não há nenhum registro histórico que ateste a intenção na abolição dos escravos. O intento era ser livre de Portugal e não derrubar a ordem vigente de dominação sobre indígenas e negros. Aliás, ele foi um dos comandantes da destruição do Quilombo dos Palmares junto com o sertanista Domingos Jorge Velho, conhecido bandeirante paulista que vivia de capturar e vender índios, guerreou contra várias etnias como os Pimenteiras no Piauí, os Cariris no Ceará, Coremas na Paraíba dentre outras.

vida. Sr. L sempre foi muito amigável e solícito comigo, sempre que eu ia ao encontro dele para conversar, nunca pareceu incomodado, ao contrário, contou-me toda a trajetória de sua família. Logo percebi como Sr. L. tem uma ligação muito estreita com sua cidade, com as Ruínas do Senado, conta-me que há tempos, pessoas estão roubando os tijolos que restam do diminuto muro. Sua identidade parece-me sofrer com o risco de desaparecimento daquelas Ruínas com uma estrela encima relatando o grito por liberdade e com o descaso no sítio tombado: A identidade minha tá toda aqui, as ossadas dos meus pais estão na Igreja do Bonfim. A identidade funde-se com a memória afetiva, com o senso de continuidade do seu ser. Sr. L. nos deu o seguinte relato comovente:

Essas ruínas do Senado aí ao deus dará com mais de 300 anos de história. Gente roubando as pedras para fazerem lembrancinhas, acabando com a própria cidade. E outra coisa que é muita engraçada, cara. Eu lembro na época de criança, tinha comemorações aqui mesmo, tudo aqui, desfilava exército, escolas, hasteavam as bandeiras de Olinda, Pernambuco, Brasil, a comemoração era dia 10 de novembro, agora, de uns anos pra cá, inventaram de jogar a comemoração pro dia da proclamação da República e a comemoração é lá de frente pra Prefeitura, que não tem nada com nada, essa ruína aí até com árvore nascendo em cima, e tenho fotos aí, na frente dessas ruínas, eu e meus irmãos que eu já não tenho mais que morreram. Eu cresci brincando na frente dessas ruínas. Minha mãe era Paraibana mas a família do meu pai era daqui já. Meu pai foi pegar minha mãe novinha lá na Paraíba e trouxe pra casar, minha mãe morreu com 86 anos, só eu tenho 54 anos de vida, todos vividos aqui. Quando deram o título de patrimônio, eu lembro de tudo, o estado do sítio tava uma beleza, todo mundo se conhecia, a gente sabia quem era quem, tudo morador de Olinda, ali era família Pedrosa, Silva e etc... As casas cheias de grade, muitos moradores foram embora. Muitos não existem mais, teve um pessoal aqui semana passada que apareceu aqui que foi morar no Rio, vieram visitar a gente, contar estórias. Igreja de São Pedro fechada, Igreja do Bonfim fechada, onde estão os ossos dos meus pais, onde eu me casei.

Eu: Isso machuca o senhor?

Sr. L: P...! Isso é minha vida, cara. Minha história tá aqui.



Figura 12. Se não bastasse o descaso total com as ruínas e constante retirada dos tijolos, ainda picharam. Setembro de 2016.

O relato de Sr. L diz muito sobre a relação dele com as condições de preservação dos monumentos, a materialidade destes é apenas expressão do simbólico, do quão dotado de simbolismo estão os lugares que reativam diariamente sua identidade.

Os sentimentos mais afetivos de infância, família juntos com a saudade de tempos passados não estão no passado antes são constitutivos de quem ele é, antes, parecem precisar serem materializados por entre os tijolos centenários das ruínas do Senado, cada pedaço de tijolo retirado furtivamente à noite por pessoas que fazem *lembrancinhas* para vender parece reverberar na alma de Sr. J. Assim como os ossos dos saudosos pais que jazem na maltratada Igreja do Bonfim, o risco de desaparecimento dos monumentos parece pôr em risco a identidade do nosso interlocutor. Podem ser *lugares de memória* de uso dos órgãos governamentais. Podem ser expressões de uma memória de viés excludente dos primeiros tempos de SPHAN, que só privilegiava patrimônios de matriz aristocrática, europeia, católica, com o intuito de imprimir uma identidade unicamente portuguesa e cristã, entretanto, para Sr. L. são partes constitutivas de sua trajetória, da sua identidade, da sua vida.¹⁷¹

E não só para Sr. L. Em um nublado dia de sábado, seguia pela Rua do Bonfim logo após o cruzamento com ladeira da Sé, eis que em frente para a Igreja do Bonfim me encontrava quando olhei para a Travessa de mesmo nome, à esquerda. O muro da Escola Duarte Coelho estava todo pichado e depois deste, um entulho enorme de lixo, fui até lá para tirar fotos. Encontrei, em uma casa nas proximidades, pessoas bebendo e conversando, ao som de MPB. Fui ter com eles. Apresentei-me, explanei a pesquisa, eles adoraram a ideia de falar sobre a cidade. Perguntei o que significava ser um olindense, o que era identidade para eles, Sr. B.L. não me deixa nem acabar a indagação: *Olha ali*, (aponta para a cruz da Igreja do Bonfim), *vai cair na casa do lado. Meus pais se casaram aí, eu me casei aí, mainha toda missa tava aí, olha pra isso.*

Ora, mas me parece um relato digno de ser tratado no capítulo que discorre acerca problemas na gestão patrimonial, problemas nas edificações que tanto os moradores reclamam, insisto e lhe pergunto novamente: *Mas o que o senhor tem a falar da identidade do senhor? O que é identidade pro Sr? O que significa ser olindense?* B.L. insiste: *Olhe pra ali, olhou? Pronto.* Pergunto pela terceira vez, agora só sobre o que significa ser olindense para ele: *No momento, uma vergonha. Enquanto isso aqui tiver assim, tudo que é Igreja aí destruída, uma vergonha.* E a memória mais marcante do senhor em relação a ser olindense? Qual seria a memória que mais ele lembra com carinho? *Faz uns 30 anos atrás, amigo. Hoje em dia.... Naquela época era a cidade limpa, preservada, lembro das festas de aniversário minha e dos vizinhos e São João que todo ano a gente fecha a rua, tradição nossa aqui faz festa só a gente*

¹⁷¹ “ (...) As lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente. ”
CANDAUI, Joël. Ibidem. p. 63

*mesmo.*¹⁷² O apego às tradições, às celebrações anuais são partes inseparáveis da identidade do Sr. B.L. assim como as memórias também se manifestam no mesmo jogo de construção da identidade pois elas guardam momentos de validação identitária do nosso interlocutor.

A memória e a tradição, a identidade...Sr. R.S. mora pelas redondezas do Bonfim, mas o vejo mais na área dos Quatro Cantos, em especial, quando fui em fins de semana. Ajudou-me muito, deu-me informações preciosas, virou entusiasta dessa pesquisa.¹⁷³ Um amante da sua cidade, sempre que me vê, me dá uma dica nova sobre Olinda. *Eu sou do tempo que minha avó sentava numa cadeirinha na porta de casa, e a gente ficava brincando na rua de bola de gude, aquela coisa bem tradicional, um vizinho fazia uma canjica, um milho e o vizinho ia e dava um pratinho pro outro.*” Onde? Pergunto eu “*Aí, em frente à Igreja, não sei quantos anos fechada (estávamos na travessa do Bonfim e ele aponta para Rua do Bonfim).*”¹⁷⁴

Assim como Sr. D. morador da Rua do Bonfim nos atesta: *A turma hoje em dia perdeu aquela tradição, a gente sente falta, e cada vez piora, as igrejas fechadas.* Mas para o senhor D. ser olindense é o que? Tradição?. *Claro, ninguém mais tem aquela tradição de festa religiosa como era antes, o povo todo nem aí, essas igrejas aí é a história de Olinda, a gente que é daqui tem orgulho das igrejas, minha avó mesmo era muito religiosa, fazia a lavação da Igreja no Bonfim, tudo isso, mas nem isso agora tem mais, agora, a lavação é na Sé. Nunca vi isso. Quem é daqui gosta e lembra dessas coisas.*¹⁷⁵

Há mais de 4 anos a lavagem das escadarias do Bonfim são realizadas na Catedral da Sé, os rituais religiosos se adaptam ao estado calamitoso de alguns monumentos tombados que estão literalmente prestes a tombar, assim como a memória e identidade locais também caso os órgãos gestores não se mobilizem a tempo.

¹⁷² “O ato de memória que se manifesta no apelo à tradição consiste em expor, inventando se necessário, uma parte do passado que se adegue ao presente de maneira tal que se possa ser usado no jogo identitário.” CANDAU, J. Ibidem. p 122.

¹⁷³ De início, quis saber se eu integrante de partido político, percebi que há uma forte tensão entre alguns setores políticos da cidade, já era perceptível em 2015 e em 2016, as tensões se intensificaram, procurei me resguardar ao máximo de tais conflitos. Inclusive, evitei entrevistar e conversar muito com algumas pessoas ligadas a associações, sindicatos de todos as partes envolvidas.

¹⁷⁴ “(...) é preciso atentar que, por trás do desejo e da vontade de memória, manifestados no apelo à tradição, está a própria necessidade de reatualizar o sentimento de identidade de determinados grupos ou comunidades. CANDAU, J. Ibidem. p. 122.

¹⁷⁵ A lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim ocorre anualmente, em janeiro, evento que atesta o sincretismo religioso entre o Candomblé e o Catolicismo, em homenagem a Cristo ou Oxalá no Candomblé, com a interdição da igreja supracitada, o evento agora realiza-se na Sé. Pai Rominho de Oxossi nos elucida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eHaXHcyvrQQ>



Figura 13. 2012, ano da última lavagem das escadarias na igreja do Bonfim, nota-se a cruz encima da Igreja que ainda estava em boas condições. Fonte: Divulgação da Prefeitura de Olinda. 2012

Em Olinda, o orgulho maior do nativo é o conjunto arquitetônico representado pelas Igrejas seculares, não precisa ser católico, muito menos cristão para perceber isso. Mais de uma vez, em diálogos com moradores, perguntava-lhes se eram católicos, se eram cristãos, quando conversávamos, vários não eram, inclusive, muitos ateus. No entanto, o conjunto arquitetônico de Igrejas em Olinda transcende fé ou não fé em alguma religião.¹⁷⁶ Faz parte do ser olindense falar orgulhosamente da quase inumerável quantidade de recintos religiosos de várias Ordens cristãs e das datas recuadas de suas construções. São verdadeiros testemunhos da longevidade e da rica história daquele município que está perto de completar meio milênio. A visitação a Olinda se dá por turistas do mundo todo durante todo ano. É só andar pelos lugares mais movimentados como a Sé, Quatros Cantos para ouvir pessoas falando com diferentes sotaques brasileiros, ouvir alguém falando em Inglês por aqui, outros em espanhol ali. Isso orgulha o nativo, além de, claro, ser parte fundamental na economia local.

¹⁷⁶ Certo dia, conversei com dois cidadãos Marxistas-Leninistas que falaram orgulhosamente do conjunto arquitetônico, em especial, das Igrejas, indaguei-lhes o que significava para eles. Um deles falou que era motivo de muito orgulho, eram verdadeiras obras de arte. “Olinda são as igrejas”

São múltiplas vozes que ecoam da cidade tombada. São memórias individuais, coletivas, são estórias e histórias, alegrias e dores, vivacidade e saudade. Dona M.J. é moradora da Rua da Bertioga e devota de São Francisco, mostra-se contente com a reforma pela qual passa o Convento da Ordem que leva o nome do Santo Católico da cidade italiana de Assis. *Aquele Convento e a Igreja já são lindos, quando reformarem, pronto, melhor ainda.* Conversando, puxo o assunto sobre a memória dela, o que é ser olindense para ela, suas memórias mais marcantes da vida na pólis quase quinentenária, ao que minha interlocutora me retribui com seus pensamentos mais íntimos: *Nasci, me criei aqui, criei meus filhos aqui e perdi meus dois filhos já. O primeiro por causa de bebida, um levou uma queda aqui na Sé depois de sair do Preto Velho, era meu caçula, morreu um dia depois do aniversário. O outro gostava de beber também, morreu afogado, foi em 2004. Isso logo depois do meu marido morrer. Tudo seguido, um atrás do outro.* A memória de Dona M.J. parece ser de profunda tristeza, amargor, desilusão ao leitor desavisado, mas, não, não é. Presto minhas condolências, questiono se Dona M.J. sente-se muito melancólica e se não tem outras lembranças mais alegres, mas então:

Triste não, sinto saudade, meu filho. Meus filhos e meu marido estão com Deus, estão bem. Gosto daqui. Minha família, minha vida, tudo foi aqui. Vou à missa, oro pelos meus filhos, pelo meu marido que Deus o tenha. Eu nessa casa tô em paz, vejo as fotos dos meus filhos, do meu marido, ficam na parede da sala, todo dia eu vejo e lembro deles. Ando por aqui, toda hora lembro deles, via meus filhos brincar na rua, meus filhos gostavam de brincar em tudo aqui, era na Preguiça, na Sé, lá na rua, vejo os meninos da idade deles tudo aí com saúde, lembro das coisas boas aqui, lembro da minha infância, eles sempre estão comigo, meu filho.

As fotos dos entes queridos na casa da Rua da Bertioga, as calçadas, os amigos dos filhos, a Praça da *Preguiça*, tudo isso são partes indivisíveis dos sentimentos mais profundos, desde da mais tenra idade de Dona M.J. São imagens, são símbolos, signos do ser dela. São retalhos de memória tecidos diariamente para construir as vestes da identidade de Dona M.J. São teias de significados que ela mesmo teceu. Pois que “a necessidade da imagem se faz sentir desde os primórdios (...) A manifestação intermediada na imagem é fundamental para o entendimento da relação social assentada na memória”.¹⁷⁷

N. Autônoma, não nega que morar no Alto da Sé tem lá suas dificuldades. Falta hospital perto, principalmente por causa da mãe idosa, farmácia, padaria, diz que é ruim para acesso de carros onde mora, também cita a insegurança, mas não titubeia em falar sobre a memória afetiva com o lugar: *Ah! Minha infância foi muito boa morando aqui! Essa praça (Sé) não era assim,*

¹⁷⁷ GONÇALVES, Cláudio do Carmo. Ficções do patrimônio: raízes da memória em Gustavo Barroso e Mário de Andrade. 2002 RJ. Ed. Ágora da ilha. p. 30

a gente jogava queimado, via os meninos jogando bola, aí na praça, aquele cruzeiro ali, ali tinha uma roda que era o marco zero daqui. (Antes da reforma da Catedral da Sé realizada nos 1970 quando a mesma voltou a ter sua feição mais próxima do original, maneirista.)¹⁷⁸ Era muito bom. Fui indicado a conversar com N. já por sugestão de outro morador. Tinha entendido que os dois eram parentes. Não, a gente cresceu junto, pronto, ele era desse tempo da praça, a gente brincava com os meninos tudinho. Jogava até bola com eles pra eles jogarem queimado também. E o que é ser olindense? Significa tudo né? Eu nasci e cresci aqui. É meu canto, meu lugar.

É o canto de N. é o lugar de N. o espaço dela, onde ela criou e cria relações pessoais e sociais, onde a memória dela absorve diariamente o que lhe traz alegria ao lembrar, onde está a história de vida dela, onde ela brincou de queimado e de futebol, onde ela estava, na verdade a brincar o jogo da sociabilidade na infância e continua a jogar a sociabilidade por toda a vida, é sua identidade. Simmel discorreu a sociabilidade como um jogo, uma peça em que diferentes atores sociais atuam não só com o intuito de realizar interesses específicos como também um jogo necessário para as interações sociais.¹⁷⁹

Dona E. é amiga da mãe de N que estava, desafortunadamente enferma durante a pesquisa e conhece N. desde criança, moram perto. Para Dona. E. a casa é como a família dela junto com o único filho. *Só eu vou fazer 87. Essa casa é meu apoio maior que eu tenho na vida, meu marido, Deus já levou, eu não tenho mais mãe, pai, ainda tinha uma irmã que Deus também levou, todos morreram, só tenho um filho, é tudo na minha vida, essa casa e meu filho.* Dona E. me fez pensar em como as vidas dos moradores estão imersos nas paredes, no piso, no teto da casa. Ali estão testemunhos da vida dos moradores, cúmplices dos esforços de toda uma existência humana, fortalezas da intimidade, não são simples pedaços de tijolos ajuntados a cimento e cal. São construções materiais imbuídas de representações, de memórias, individuais e coletivas.

Depois do Mercado da Ribeira, do outro lado da rua, encontro Sr. J. que me proporciona uma tarde de conversa maravilhosa, fui convidado a conhecer a casa da qual ele junto a outros moradores tomam conta. A casa serve como um espaço de reunião de alguns moradores da cidade alta para várias atividades, para debaterem assuntos que lhes são de interesse como também, está à disposição para aluguel de festas. Sr. J. sempre afirma que não pede ajuda a

¹⁷⁸ Detalhes da reforma na Catedral da Sé de 1974-1983 em: MENEZES, José Luiz Mota. Sé de Olinda. Recife. FUNDARPE, 1985. pp 75-81

¹⁷⁹. SIMMEL, Georg.(1949 [1910]. “ The sociology of sociability,” The American Journal of Sociology 55(3): 254-261. https://www.jstor.org/stable/2771136?seq=1#page_scan_tab_contents

nenhum órgão gestor nem nunca pediu, pois não gosta de nada estatal. Não obstante, concorda com as restrições jurídicas concernentes ao tombamento. Em relação ao aluguel da casa que ele cuida e aluga para eventos, faz uma ressalva:

Só para festa de crianças, não gosto de festa de adulto, bebida pra cá pra lá, acaba virando esculhambação. Amante de História e de antiguidades, Sr. J. orgulhosamente me mostra todo o domicílio, a casa passa por reforma, mas ele não mora lá, mora na casa vizinha. Dias antes de conversarmos, passei pela mesma rua para, dentre outras coisas, observar a casa de esquina do lado direito com a rua Porto Seguro que me disseram que era em formato de barco: *Isso é conversa, inventaram isso e ainda trazem os turistas pra cá para ver essa casa, os meninos (guias) inventam essas coisas.* Ri muito e aprendi mais ainda sobre Olinda com Sr. J:

Essa casa aqui, quem ajudou a comprar foi Agamenon Magalhães, deu 40 contos de réis para ajudar. Ele chegou na minha casa, sentou-se e disse 'eu gosto muito disso aqui, isso aqui é a história de Pernambuco'. Olha aí o busto dele. Esse prédio aqui tem mais de 300 anos! A espessura desse prédio aqui é uma estupidez de grossura, usavam sabe o que? Óleo de Baleia que era usado na argamassa, por isso não se acaba nunca.^{180 181}

¹⁸⁰ Fui checar a informação. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-baleias-gigantes-a-proa> Mas não há consenso em relação ao assunto.

¹⁸¹ O apreço pelo conjunto arquitetônico de Olinda por parte de Agamenon foi legado a um sobrinho que mais tardiamente, tornou-se uma das mais importantes figuras do Patrimônio Histórico do Brasil: Aloísio Magalhães.



Figura 14. Uma das diversas placas comemorativas no recinto. Março de 2016.

O cuidado com o edifício é animador para quem aprecia casas que são verdadeiras *janelas do tempo*. O esmero com a pedra e cal é tamanho que a casa é equipada com pequenos ganchos nas paredes para ninguém nunca bater um prego sequer. Lindos azulejos na parede do corredor de entrada, seriam portugueses? *Esses azulejos são franceses*. Só a casa mereceria um capítulo só com fotos dela, apesar da mesma estar passando por reformas, só a parte que não está em reconstrução é realmente um primor, um privilégio aos olhos.

Uma peça me chama atenção em um espaço escuro perto de uma escada. É um cofre que aparenta ser muito antigo. Sr. J. faz questão de falar sobre o objeto: *Aqui em Olinda é assim, tudo tem história, é nossa marca, tudo de época antiga, por isso que o povo vem de todo canto pra cá, é pra ver essas coisas.*¹⁸² E continua: *Esse cofre foi encontrado numa escavação no fundo da casa, todo mundo quando soube, ficou pensando que tinha tesouro, juntou um monte pra ver abrir, quando abriu, não tinha nada.*

¹⁸² Porque os objetos “enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.” GONÇALVES, J.R. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. p. 21. Disponível em: http://naua.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf

Eu: *Quem sabe não tinha algum tesouro de Duarte Coelho aí...*

Sr. J: *Não duvido! Se brincar foi até dele... (Risos)*



Figura 15. Se não fosse por Sr. J o piso teria sido retirado. 'Seria um crime'. Março de 2016.

E o que é ser olindense para Sr. J? *É tudo! Eu amo isso aqui, minha alma tá aqui, esse cofre, essas placas, é como se eu sentisse os tempos antigos, patrimônio que nem o de Olinda não existe. Eu adoro minha cidade alta, tenho orgulho de ser daqui. Isso aqui é tudo pra mim, essas casas, as igrejas... Eu amo a minha cidade alta.*

É o patrimônio histórico-cultural olindense que se une ao Sr. J. É uma janela de acesso para entender o imaginário de Sr. J, quem ele é. Assim como J. Reginaldo Gonçalves:

O que pretendo colocar em foco é precisamente a ambiguidade presente na categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. Nesse sentido, algumas modalidades de patrimônio podem servir como formas de comunicação criativa entre essas dimensões,

comunicação realizada existencialmente no corpo e na alma dos seus proprietários.
183

Amiga de Sr. J e pertencente a uma família moradora há gerações em Olinda, Dona C. é outra amante do patrimônio histórico-cultural de Olinda, não só da pedra e cal como também do patrimônio imaterial. Dona C. tem muito orgulho dos pais e avós que sempre estiveram envolvidos com a vida cultural da cidade. Inclusive, um parente seu compôs um dos maiores hinos do carnaval de Olinda e uma das canções mais tocadas em períodos carnavalescos no país todo. *Ave Maria, ó Sr. J. espia só mas que pergunta... O que é ser olindense? Olhe, quem é olindense ama demais isso aqui, a gente luta, batalha, a gente ama demais isso aqui, tem nossa raiz dos nossos ancestrais, Isso aqui tudo é uma família, uma grande família.*

A reforma de uma casa, de uma igreja em si não é suficiente para a preservação da memória. Antes do Estado criar uma narrativa que contextualize os monumentos olindenses para uso de uma memória oficial que tem como objetivo abarcar a noção de identidade nacional, sempre existe a identidade local que não foi trabalhada por ninguém senão os próprios moradores do lugar. Dona M. e Sr. J. se conhecem por toda a vida, lutam como podem pela preservação de Olinda. Como Dona. M. mesmo diz é uma família, um grupo social que se reconhece e se identifica como grupo com valores, lembranças em comum. Ao conversar com nossos dois interlocutores, percebemos como eles compartilham lembranças em comum, estórias em comum. Hora um, hora outro contam episódios passados na região onde moram no sítio histórico e parecem concordar com tudo: falam sobre quando entes queridos ou amigos se reuniam para conversar em certos locais da Olinda, falam com orgulho, percebo que por vezes, em tom emocionado.¹⁸⁴

A reforma da casa, a preocupação com perímetro tombado é, acima de tudo, uma preocupação com a preservação da própria memória e identidade não só pessoal como coletiva, afetiva e a memória individual não necessariamente se opõe à memória coletiva. Segundo nos apresenta Maurice Halbwachs, quando este discorre acerca da memória construída dentro de uma comunidade afetiva:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos. É necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com

¹⁸³ GONÇALVES, J.R. Ressonância, Materialidade e Subjetividade As Culturas como Patrimônios. p. 20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v11123.pdf>

¹⁸⁴ Por exemplo, quando falo da triste situação das ruínas do Senado.

suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.¹⁸⁵

4.2 GENTRIFICATION (ENOBRECIMENTO)

A permanência da memória e da identidade para vários interlocutores nos pareceu sempre ligada a preocupações com a permanência dos moradores antigos, de famílias nativas de Olinda, de pessoas que com e como aqueles, cresceram e vivenciaram o cotidiano de ser olindense. Diversos interlocutores me alertaram para a preocupação deles para com o aumento no preço dos aluguéis e, principalmente, o alto valor financeiro com que as casas tombadas estão sendo vendidas.

Pelas informações que pude coletar com os moradores, parece ser unanimidade que até os anos 1970, o conjunto tombado estava em boas condições. Na verdade, Olinda sempre foi exemplo de práticas patrimoniais no Brasil. Em 1967, Michel Parent, representante da UNESCO, em visita à cidade-museu, propõe um plano de gestão do sítio tombado levando em considerações como a legislação de proteção poderia se articular com questões econômicas na antiga cidade. O Programa Nacional de Reconstrução de Cidades Históricas, é aprovado em, 1973 incentivando a indústria do turismo nas cidades patrimônio.¹⁸⁶ De fato, no mesmo ano, é redigido um Plano diretor que procura traçar diretrizes que proporcionem um uso turístico do perímetro tombado de Olinda. Em 1979, na década seguinte, moradores se articulam em reuniões para discussão acerca do sítio histórico antes mesmo do título de Patrimônio Mundial reconhecido em 1982. Dois anos depois, surge a Associação de Moradores da Cidade Alta (SODECA), resultante das reuniões articuladas entre os nativos do local. A citada associação e moradores que não dela participavam se opõem diretamente ao uso desenfreado da cidade para fins turísticos. Ainda em 1984, um Projeto Piloto é formulado com o intuito de focar em outras questões pertinentes aos moradores como melhorias na infraestrutura para uso nativo como melhores escolas, ajuda na educação patrimonial e na reforma das casas.

Em 1997, outro Plano Diretor é posto em prática tendo como cerne a criação de rotas turísticas e melhoria na infraestrutura para o turismo com a criação de mais pousadas, eventos culturais, tudo com o objetivo de explorar mais a indústria do turismo.¹⁸⁷ Entretanto, há uma observação a ser feita em relação aos últimos anos, em especial, a última década. Muitos dos

¹⁸⁵ HALBAWCHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p. 34

¹⁸⁶ MEDEIROS, Bartolomeu Tito. Conceituação e políticas de tombamento: isto acrescenta algo aos quilombos? In: SANDRONI, C. SALLES, Sandro Guimarães (Org) Patrimônio cultural em discussão Recife: UFPE, 2013. p. 201

¹⁸⁷ PONTUAL, Virgínia. MILET, Vera. Olinda: Memória e esquecimento. Olinda: CECI, 2007. pp. 15-18.

nossos interlocutores apontam para a deterioração do conjunto arquitetônico, como pudemos observar principalmente no que toca ao conjunto de igrejas, mas há queixas também em relação ao conjunto de residências e como estas estão cada vez mais se tornando problemáticas para os moradores de menor renda que querem realizar qualquer intervenção que seja no imóvel.

Os moradores se queixam de uma suposta preferência à facilitação de obras em locais usados na indústria do turismo como reformas em imóveis onde funcionam restaurantes, bares e pousadas. Quando o imóvel serve apenas como domicílio, segundo alguns interlocutores, há uma dificuldade muito grande para qualquer reforma que seja. Para muitos destes, há um propósito claro por trás disso. O depoimento de Sr. R.S. exemplifica o que ouvimos de alguns moradores:

Então, veja só, somos famílias nativas aqui em Olinda, e o que acontece? A tendência é qual? Expulsar os nativos e substituir por gente com mais dinheiro, eles querem transformar isso tudo aqui em hotéis. Pela minha renda era pra eu morar no subúrbio, eu só moro aqui porque a casa é minha, senão eu não tava aqui. [...] Pra quê? É pra aumentar a renda da cidade, e é isso mesmo, o mundo é capitalista, não tem como fugir.

Nosso interlocutor acima é acompanhado por problemas relatados por outros moradores. Para alguns destes, o uso indiscriminado da imagem de Olinda como cidade turística parece causar esse processo de expulsão. Os bairros tombados não são mais meros dormitórios da metrópole Recife, agora também são objetos de desejo de muitas pessoas que vem como turistas e se encantam querendo voltar como moradores ou vendo lá uma oportunidade de investimento. Não é incomum tentar conversar com algum morador e se surpreender com um sotaque diferente do metropolitano.

Certo dia, vi um casal na porta de casa conversando em uma rua das mais conhecidas e visitadas da antiga Marim dos Caetés. Pedi licença e me apresentei, expliquei que estava realizando uma pesquisa com os moradores, mal acabei de falar já ouvi um *No sei, no falo bem, desculpe*. Realmente, parece haver muitos moradores novos, principalmente, pessoas de outros países, *os gringos*. Não me parece que as queixas dos antigos moradores em relação àqueles fossem motivadas só por serem não nativos na enorme maioria dos casos, em outros termos, não soavam como xenofóbicas. Antes, era uma preocupação com a Identidade e Memória nativa. Frequentes foram as ocasiões onde percebi que as pessoas com famílias há gerações na cidade sempre faziam questão de dizer orgulhosamente: *Eu sou de uma família de mais de 2 séculos aqui em Olinda, Eu tenho uma história familiar aqui de mais de 3 séculos aqui em Olinda. Minha família foi uma das primeiras a vir pra cá*. Interpretei como uma demarcação de alteridade, existem *os nativos e os que não são daqui*. Isso sempre estava implícito de uma

forma ou de outra nas conversas e principalmente, o assunto do enobrecimento de Olinda sempre vinha à tona. A reclamação é mesmo contra a falta de assistência dos órgãos governamentais em relação à reforma das casas, há uma burocratização excessiva, o que impede reformas legalizadas. Para B.L.: *O nome disso é dinheiro, como a maioria dos moradores antigos não tem grana pra reformar dentro da lei, eles (O Estado) preferem não ajudar a gente e é melhor morar quem tem (melhores condições financeiras). É uma burocracia que, meu amigo...*

B.L nos conta que é amigo de funcionários que tratam do assunto, mas, que de nada adianta, o que eles podem fazer? Leis são leis.

Max Weber definiu três tipos puros de dominação legítima, são estas: ***Tradicional, Carismática e Legal***. Weber afirma que a última se manifesta da forma mais pura através da dominação burocrática. Burocracia fundamentada em estatutos legais. Através da criação de leis criadas e sancionadas pelo Estado, não só moradores como também os funcionários encarregados em aplicar os preceitos jurídicos obedecem à:

(...) regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à “lei” ou “regulamento” de uma norma formalmente abstrata. O tipo daquele que ordena é o “superior”, cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída. (...)A burocracia constitui o tipo tecnicamente mais puro da dominação legal.¹⁸⁸

Sr. M. da S. me assegura que não existe nada de tensões xenofóbicas. Quando ele fala sobre a situação e cita *os de fora*, o mesmo quer, na verdade, deixar claro que existe uma relação assimétrica entre os nativos e o Estado quando comparada ao tratamento dado pelos órgãos gestores *aos gringos ou aos de fora*. Inclusive, vários moradores nativos trabalham com e para *os de fora*. Ouvi casos de olindenses casados com gente *de fora* também, não há nenhum tipo de clima belicoso, de estranhamento, não. Sempre presente está a diferença no tratamento do Estado para com uns e outros. Se há animosidade, decerto se refere ao poder do Estado, burocrático e pouquíssimo simpático aos olhos de quem lá vive. Ressalvando que, claro, há divergências, mas nos pareceu minoria.

De fato, tais queixumes não são novidade no que toca a áreas tombadas. No que concerne ao processo de *gentrification* e as relações conflituosas com o estado, Bartolomeu Tito Medeiros nos lembra que sítios tombados:

¹⁸⁸ WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 7ª ed., 2003. pp. 129-130

Foram e estão sujeitos a processos de enobrecimento, com preocupações turísticas e comerciais sobretudo sem levar em conta a participação das populações que ocupavam estas áreas degradadas dos centros urbanos, contra as quais se utilizou a política da exclusão, na maioria dos casos.¹⁸⁹

A bibliografia produzida sobre processos de enobrecimento das cidades começou nos anos 1960 tendo como cerne o gradual processo de mudança do perfil populacional de antigos bairros de grandes cidades como o estudo da socióloga Ruth Glass na cidade de Londres. O Termo *gentrification* provém da palavra inglesa *gentry*, traduzindo, nobre, pessoas de origem nobre. Em síntese, seria o processo de mudança do perfil dos moradores de determinado bairro de uma cidade, em geral, mais humilde, para um perfil populacional mais rico, pessoas de maior renda financeira, também se aplica a ocupação desses bairros por grandes corporações multinacionais, fenômeno típico de grandes megalópoles como Londres, São Paulo, Nova York, dentre outras.¹⁹⁰

Autores como David Harvey, Manuel Castells e seus estudos sobre o enobrecimento em bairros nova-iorquinos, parisienses e barceloneses, respectivamente ficaram famosos ao tratar da criação de mecanismos de poder que se tornaram restritivos para com as aspirações dos antigos moradores daquelas cidades de lá permanecerem. Críticas ao modelo capitalista que oferece os dispositivos apropriados como a especulação imobiliária para uma consequente elitização de bairros antes tomados por pessoas de baixa renda. Tais apontamentos continuam sendo importantes, entretanto, as reflexões de Sharon Zukin se aproximam mais do caso de Olinda. Zukin já realizou pesquisas em cidades marcadas pelas leis de tombamento como Roma e Amsterdã e suas opiniões se assemelham com a situação dos moradores preocupados com o crescente processo de enobrecimento em Olinda.

Zukin, ao realizar estudos em uma área de Amsterdã patrimônio mundial, o *Cinturão de Canais de Amsterdã*, focou sua pesquisa em uma rua chamada Utrechtsestraat localizada no perímetro patrimonializado.¹⁹¹ Sharon Zukin, então Professora visitante da Universidade de Amsterdã participou de uma pesquisa em todo o sítio histórico com outros professores e alunos de pós-graduação da mesma instituição de ensino, no entanto, diferentemente dos outros, Zukin escolheu Utrechtsestraat. A rua lócus de pesquisa de Zukin, ao contrário das outras é uma rua

¹⁸⁹ MEDEIROS. Ibidem p. 202

¹⁹⁰ BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. p. 10. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>

¹⁹¹ Sobre a área patrimônio mundial referida, ver mais em: <http://whc.unesco.org/en/list/1349>

de moradores e comerciantes majoritariamente *nativos* mas, conta com vários imigrantes não obstante estes serem minoria.¹⁹²

A socióloga também observou que antigos moradores não gostam das mudanças resultantes da gentrificação que começou ainda nos anos 1980 e que aumentou por demais os preços das moradias e produtos vendidos na localidade, no entanto, o próprio processo de enobrecimento resulta em uma maior independência da rua para com o estado em comparação a outras ruas do perímetro patrimonial como a rua Javastraat.

Em Utrechtsestraat, a economia local é próspera, os rendimentos são altos, quando há uma reforma estrutural nas edificações ou uma pintura nova na fachada, os próprios residentes dispõem de capital suficiente para fazê-lo. Já em Javastraat, os imigrantes de origem pobre sofrem com a falta de recursos suficientes para tanto e são obrigados a dependerem das cooperativas de habitação que são donas da maioria dos edifícios na região. Tais cooperativas, segundo Zukin:

(...) criam a regra de que na rua Javastraat, aquela em que os migrantes são donos das lojas, os prédios devem renovar a fachada e, suponho, o interior dos prédios. Eles pressionam também os proprietários de prédios a fazer reformas. As reformas são caras, então, os proprietários precisam aumentar o valor do aluguel e alguns dos migrantes donos de lojas não conseguem pagar. Portanto, essa é uma estratégia. A segunda estratégia é: as cooperativas de habitação mudam o tipo de posse da propriedade, de forma que os apartamentos não estão mais disponíveis para locação, mas somente para venda sob a forma de escritura de posse individual [individual ownership apartments]. Muitos residentes migrantes não possuem o dinheiro para a compra, então as cooperativas de habitação os removem para outro apartamento em outro bairro.¹⁹³

Em Olinda, invertamos a relação para imigrantes, sejam eles estrangeiros ou não, *-os de fora-* como aqueles que possuem recursos financeiros e coloquemos os olindenses no papel de imigrantes sem condições monetárias e as situações se aproximam muito. Seguindo a lógica do mercado, com a supervalorização das casas, inevitavelmente, a saída de moradores antigos acontecerá mais frequentemente. Zukin aponta para a situação como uma das estratégias usadas para o enobrecimento forçado do lugar. Em Olinda, há uma imbricada rede de relações de âmbito financeiro, mercadológico, e de identidade tendo o poder sempre presente, seja nas relações com o Estado, seja pela lógica do dinheiro.

Apesar de constataremos a complexidade do fenômeno, ao leitor mais desatento, pode parecer que *gentrification* é um fenômeno que só mal traz aos moradores, mas não exatamente. Muitos dos interlocutores se reclamam, deixam claro também que querem ser *gentrificadores*,

¹⁹² ZUKIN, Sharon. Entre o tecido físico e social das cidades. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 29 N° 84 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/00.pdf> pp. 14-15

¹⁹³ Idem p. 16

diversos donos de imóveis querem reformar seus domicílios para usarem como hotéis, restaurantes ou mesmo venderem e lucrarem até milhões. Izabela Tamaso, ao compartilhar das reflexões de Henry Pierre Jeudy, nos lembra que, ao mesmo tempo em que o patrimônio não pode ser usado apenas para uso mercadológico, propagandístico, é impossível fugir totalmente da lógica monetária.¹⁹⁴ A cidade de Goiás, lócus de pesquisa de Tamaso recebeu em 2001 o título de patrimônio Histórico da humanidade pela UNESCO. Segundo a pesquisadora: “O título de patrimônio impôs abruptamente uma nova lógica comercial, que se baseava menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema mercantil.”¹⁹⁵

Pois que essa impossibilidade de poder reformar o imóvel para novos usos devido ao lento processo de licitação de obras, tendo estas que serem aprovadas por mais de um órgão governamental e muitas vezes, custarem muito dinheiro e tempo só para a tentativa de liberação para reforma, sem garantia de êxito, causa muitas queixas, conflitos. Mais uma vez, aponto para a assimetria das relações do Estado para com os moradores mais antigos, nascidos e criados em Olinda e pessoas que podem ser até mesmo nativas, mas são, em sua maioria, provenientes de outros lugares e por terem melhores condições financeiras, geralmente conseguem seus intentos.

J. taxista *nascido e criado* em Olinda, sempre a postos de segunda a segunda no ponto de táxi na entrada do Carmo, não poderia nos legar depoimento mais preciso sobre a percepção dos moradores mais antigos sobre o problema:

Quem tem dinheiro compra uma grande casa dessas aí em Olinda, no sítio histórico que é caríssimo, por fora não mexe em nada, no máximo, passa uma tintinha. Por dentro, mexe em tudo, que não pode mexer em nada, faz garagem, reformas para festas, salão... Aí esse pessoal (o de fora, em sua maioria) transforma em pousada, transforma em restaurante, até elevador panorâmico tem. Então nada disso podia acontecer. O pessoal mais humilde aqui, que nasceu e cresceu aqui, vai pintar uma parede já aparece gente do governo, vem e multa, quer tomar a casa, não faz o que quer e quem tem dinheiro faz o que quer e acabou-se, o camarada não pode nem ajeitar a casa para abrir um negócio ou melhorar para vender e aí?

Pois sucedeu que, entre conversas com interlocutores durante nossa pesquisa, fui agraciado ao prosear com um morador da ladeira da Misericórdia, estávamos a falar sobre memória, problemas nas questões patrimoniais e o assunto da especulação imobiliária veio à

¹⁹⁴ TAMASO, Izabela. Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho levou... In: LIMA FILHO; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (Org). Ibidem, 2007. p. 208.

¹⁹⁵ Idem. p. 205

tona, citei alguns domicílios vendidos a preços altíssimos no sítio tombado e dei o exemplo de uma casa na mesma ladeira onde M. da S. mora. Bem, o campo de pesquisa sempre nos guarda surpresas, e que surpresa. A casa- na verdade duas casas geminadas- foi de uma das figuras mais importantes no campo do Patrimônio Histórico-Cultural nacional. Deixemos M. da S. versar:

Pronto! Aquela casa era de Aloísio Magalhães, ele era meu vizinho de rua, vizinho de A. Ele sempre foi uma pessoa muito simples e muito humilde, sempre teve dinheiro e nunca foi metido, descia para comprar o pão, falava com todo mundo, chamava a gente pra tomar banho de piscina quando tinha festa lá, ele sempre educou as pessoas aqui e sempre ajudou, ele foi um dos baluartes da defesa de Olinda na questão de patrimônio da humanidade, tanto é que no ano que Olinda foi considerada patrimônio mundial, ele morreu, de tanta alegria e felicidade de infarto que ele teve em Paris (Na verdade foi em Pádua, Itália e a causa mortis foi Derrame cerebral).¹⁹⁶

São *as ironias da História* como diria o historiador Isaac Deutscher. Até os antes pertences de Aloísio Magalhães foram engolidos no processo de *gentrification*. As casas geminadas, durante a época dessa pesquisa continuavam à venda.

¹⁹⁶ (...)faleceu poucos dias antes de reunião do Bureau do Patrimônio Mundial, na qual iria defender a candidatura de Olinda, inclusive apresentando gravuras de sua autoria sobre aquele sítio. “BO, João Batista Latari. Op. Cit. 2003 p. 138



Figura 16. Frente das casas geminadas de Magalhães, na Ladeira da Misericórdia. Abril de 2016.

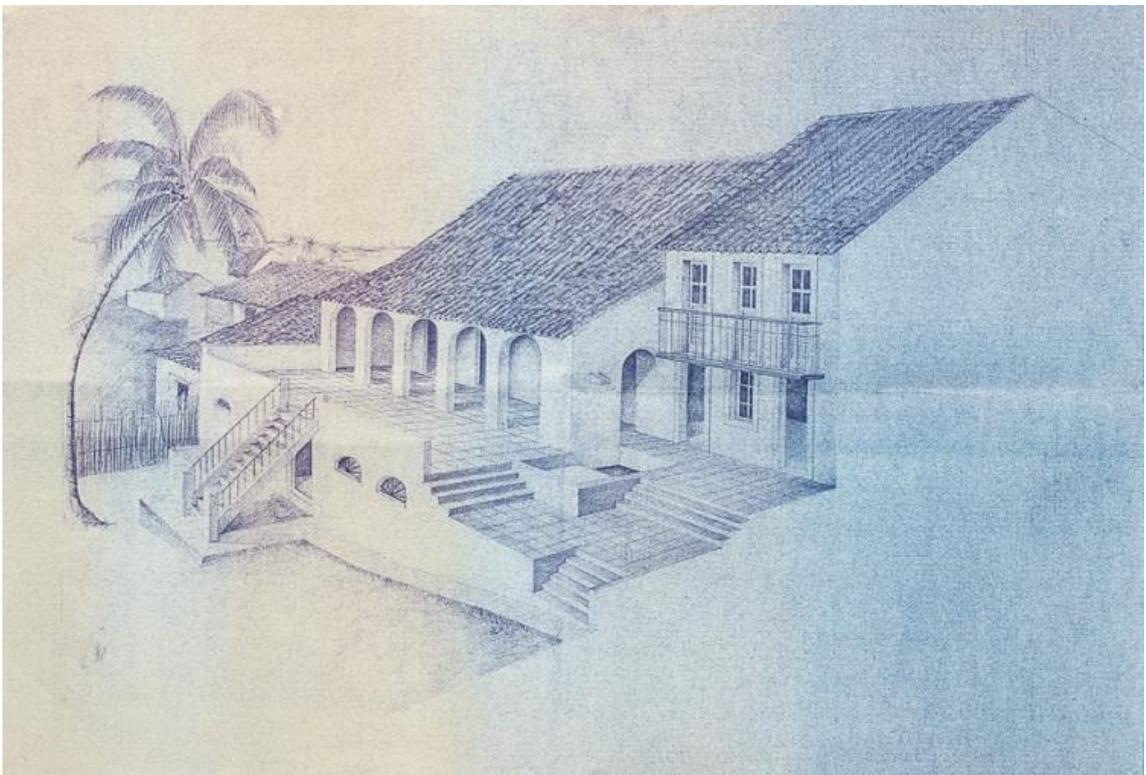


Figura 17. Desenho feito por Aloísio Magalhães para a conjugação das duas casas por ele adquiridas em Olinda, 1973. Fonte: <http://www.aloisiomagalhaes.org/>

5. PROBLEMAS NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS: PATRIMÔNIO E COTIDIANO

Durante a pesquisa de campo, conversei com muitos interlocutores sobre os problemas envolvendo as questões patrimoniais no sítio histórico de Olinda. Um dos colaboradores da pesquisa, o Sr. Esm, que é artesão do Alto da Sé, critica a gestão no sítio histórico; morador da rua do Bonfim, aponta que o descaso com os artesãos é grande. Um dos problemas que ele me relatou foi em relação a padronização das barracas de artesãos na Sé: *Vieram cobrar padronização da gente sem terem feito nada, nem concluíram a obra e já estavam cobrando, e pode isso é? Por que eu vou pagar se lá na Misericórdia ninguém paga nada?* Sr. Esm não nega que concorda em pagar a taxa de padronização, mas *que seja feita alguma coisa*.¹⁹⁷ Segundo o mesmo, como as barracas padronizadas não davam conta da quantidade de peças expostas por ele, foi preciso pagar do próprio bolso seiscentos reais por uma adaptação; ele mandou alongá-la por cerca de vinte centímetros. *Primeiro tem que dar condições pra gente trabalhar, mais organizadinho*. Sr. Esm desabafa sobre as condições de trabalho, fala que não tem segurança, nem direito a sanitário gratuito, assim como as dezenas de comerciantes que trabalham no local mais visitado de Olinda: *Antes eles davam uma pulseirinha pra gente poder usar aquele banheiro ali* (aponta para o banheiro vizinho à caixa d'água), *agora a gente tem que pagar R\$ 2,00, pra gente que é homem a gente ainda desenrola, mas e as mulheres?*

Um outro artesão do Alto da Sé, Sr Ch, me vê conversando alguns dias com Sr. Esm. Quando tento puxar assunto com ele, ele pergunta: *Tua pesquisa é de quê?*¹⁹⁸ Explico rapidamente. Sr. Ch também concorda com o que foi dito por Sr. Esm e acrescenta: *Tem turista que acha um absurdo o preço do Elevador do mirante, sete conto, aí tem turista que vai, gasta lá e não compra aqui, um roubo desse, já pensasse? E aí?* De fato, meu foco não era a opinião dos turistas, todavia consegui falar rapidamente com alguns e fiquei, por vezes, com o ouvido atento aos comentários deles ao passarem para lá e cá. Lembro-me de um com que não conversei, mas consegui ouvir seu diálogo com outra pessoa que o acompanhava, pareceu-me paulistano pelo sotaque. Este soltou um: *Sete reais só pra subir aí? (Elevador panorâmico) Tá mais caro que lembrancinha..*

¹⁹⁷ Sr. Esm. Faz questão de dar nomes de representantes políticos da cidade e quer que eu anuncie o que ele diz com o nome dele. “Pode colocar meu nome aí, diga que fui eu mesmo, tenho medo não”. Por motivos já explanados no capítulo que trata de metodologia neste estudo, não iremos fazer a vontade do entrevistado, ademais, jamais pretendemos causar problemas aos moradores. Queremos o melhor para eles, eles merecem.

¹⁹⁸ Eu já vinha percebendo que ele sempre notava minha presença pelas proximidades. “Eles (interlocutores) também nos observam, questionam e, geralmente, querem entender exatamente o que se pretende com a pesquisa, quais os reais ganhos terão, (...) Guimarães Salles, Sandro. Notas sobre representação e Patrimônio. In: Patrimônio cultural em discussão: Novos desafios teórico-metodológicos. Recife. UFPE, 2013. p. 241.

As tapioqueiras da Sé me passam informações semelhantes, ao contrário dos artesãos que agora só usam barracas padronizadas, as vendedoras de tapioca se viram cada uma com sua barraca. V. prepara tapioca das melhores, daquelas que deixam a massa perfeita com o queijo coalho derretendo por entre a massa, *daquele jeito*, como a própria diz fazendo sua propaganda. V. não é muito de puxar assunto, entretanto, não se mostra arredia ao contato comigo. De acordo com V. as reivindicações não começaram há pouco tempo, parece enfadada de falar sobre o assunto, sinto-me até constrangido quando a ouço dizer que já concedeu entrevistas para outras pessoas *desses negócios de estudo* e não teve retorno.¹⁹⁹ *Toda vez a gente reclama e não acontece nada.* V. mora no sítio histórico há 10 anos, já trabalhava antes com tapiocas e aguarda melhorias nas condições de trabalho.

No Varadouro, vindo pela rua Coronel João Lapa no cruzamento com a Av. Joaquim Nabuco, constatamos prédios mais castigados pela falta de cuidados, há alguns que já foram inclusive descaracterizados. A maioria dos turistas só usam a entrada do sítio histórico por essa região, especificamente pela rua 15 de Novembro, que é a rua da Câmara de Vereadores e da Igreja de São Sebastião. Essa é a via de acesso ao mosteiro e à rua de São Bento, que por vários motivos são sempre visitados. Esse logradouro encontra-se em bom estado de conservação.

Na mesma rua, com a grande maioria das edificações em condições, se não perfeitas, não estão precisando de tantos reparos, à exceção da casa onde se acredita que tenha morado uma das figuras mais importantes da História oficial de Pernambuco: o madeirense João Fernandes Vieira, um dos artífices da restauração luso-brasileira na luta contra os Holandeses no século XVIII. Entretanto, essa casa estava passando por uma reforma com verbas federais à época dessa pesquisa. Os recursos foram obtidos através do Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados junto ao IPHAN, Prefeitura de Olinda e Banco do Nordeste.^{200 201} Segue abaixo foto da referida casa:

¹⁹⁹ Na verdade, V. me diz que já foram realizadas pesquisas na Sé sobre as condições dos comerciantes, lhe digo que meu foco é o ponto de vista de quem é morador como ela, a mesma cita nome de dois órgãos governamentais e assevera que a depender deles, não espera melhoria nenhuma.

²⁰⁰ Várias fontes históricas confirmam que o português Vieira era “de cor” “mulato” como se dizia à época, segundo grandes historiadores como Joaquim Veríssimo Serrão, Oliveira Lima e José Bernardo Fernandes Gama.

²⁰¹ Conversei com mais de um olindense morador do perímetro tombado que sempre falava de Fernandes Vieira com grande deferência, um morador da travessa do Bonfim me disse que ele “Fez uma revolução dentro de outra” Por ser negro e ter sido um nobre, homem de posses depois da Inssureição.



Figura 18. A Restauração está orçamentada em quase R\$ 660 mil. Dezembro de 2015.

A rua de São Bento também é domicílio de Alceu Valença, tem a vista maravilhosa do jardim do Arquivo Público Municipal com seu pórtico tendo o brasão de armas da família Coelho logo acima da entrada. Sobre essa questão Heráldica, um morador com quem conversei falou-me cheio de orgulho do escudo de armas de Duarte Coelho acima da entrada da antiga casa da família Coelho Leal que nela habitou antes do espaço ser reutilizado e ressignificado. Pensei em explicar-lhe que aquele brasão não era o mesmo, mas quem sou eu para dizer isso? Lembrei-me do “Feiticeiro e sua magia” de Lévi-Strauss. Afinal, a eficácia da magia só é possível pela crença na mesma. O imaginário é que dota de força a aura mágica do lugar para nosso interlocutor. Continuando na mesma rua, mais à frente, encontra-se o Museu do Mamulengo em frente à praça Laura Nigro. A via continua mas muda de nome à altura do mercado da Ribeira, antigo mercado de secos e molhados no período colonial; além de ter sido usado como local para venda de escravos, existia um chafariz e um pelourinho. Possui piso em tijolaria e dois alpendres com pilastras e data de fins do século XVII. Hoje, o espaço ressignificado, serve como mercado de artesanatos, pinturas, xilogravuras como também uma

exposição de bonecos gigantes. Por lá encontramos o edifício pichado exatamente na parede frontal. Do outro lado da rua, uma visão que entristece qualquer amante de Antropologia, de História, a melhor dizer, de Patrimônio, um dos resquícios da memória olindense totalmente entregue ao descaso, as ruínas do Senado, o pouquíssimo que sobrou, um retraído pedaço de parede que não mede mais do que aproximadamente 3 metros de comprimento por 3 de altura com uma parede muito espessa pedindo, clamando por ajuda para não desaparecer.²⁰²

Uma das comerciantes do Mercado da Ribeira, Dona. M, se queixa da falta de ações do poder público: *Aqui é um abandono geral, inclusive nós somos esquecidos aqui.* Em relação a limpeza do mercado, os comerciantes do local falam que eles precisam fazer cota financeira entre eles para pagar os materiais de limpeza e uma diarista. Segundo Dona M, há anos que a situação de descaso continua: *A gente não pode nem se quiser melhorar o local passar um pincel na parede.*

Outro comerciante do Mercado da Ribeira, Sr L, também cobra mais presença dos órgãos competentes afim de uma melhor preservação do local: *Você vai ficando triste, é esse descaso, a falta de cuidado com a cidade, é um descaso arretado.* Quase em frente ao Mercado da Ribeira, deparo-me com uma casa em reformas, tentei por dias falar com o proprietário, fiquei curioso sobre qual era a opinião dele. No entanto eu só conseguia falar com os dois senhores que trabalhavam na reforma do local, não quiseram muito conversar com um estranho intrometido e curioso. Explanei que não era nenhum funcionário de governo municipal, estadual ou federal, só queria saber como se deu o processo de reforma, os trâmites legais, a opinião do proprietário. Certo dia, consegui achar quem eu procurava, era a proprietária, informou que era uma reforma simples e que não teve problemas, a porta da casa que deve ter muitos anos de uso é toda em alto-relevo em madeira, com desenho de casas antigas e com uma Igreja ao meio. Após certo tempo, de tanto andar pelas ruas da *cidade-monumento*, consegui identificar a porta entalhada com o desenho do Largo do Amparo.

²⁰² Mais sobre o drama das ruínas do Senado tratamos no capítulo anterior.



Figura 19. Reparem no detalhe do entalhe, a igreja do Amparo. Maio de 2016.²⁰³

Do mesmo lado da rua, quando começa o declive, outra casa em reforma, serve como uma associação de alguns moradores. Segundo me informaram, não tem menos de 300 anos,

²⁰³ A foto precisou ficar exageradamente grande para o leitor poder apreciar os detalhes.

um dos administradores ao mesmo tempo que critica as políticas patrimoniais afirma que: *Não gosto de nada do estado, mas apoio as leis de tombamento. Me diga uma coisa, o camarada chega aqui e compra essa casa e decide derrubar e transformar em um prédio, tá certo isso? Por isso que sou a favor. Agora, aqui eu gasto o que tiver ou não tiver para deixar isso aqui um brinco.* Sr. J. é conhecido da população, muito simpático, de prosa fácil, fala que se não fosse pela política de tombamento, a cidade alta nem existiria mais.

O fim da Rua Bernardo Vieira de Melo acaba no local que em todos os anos, no carnaval, transforma-se no epicentro da festa: Os Quatro Cantos. E é fácil entender o motivo do nome. Como uma pequenina encruzilhada, é possível dali se deslocar para todas as direções de Olinda. Se seguir direto, subirá a mais íngreme ladeira da cidade, a da Misericórdia que finda no Alto da Sé. Se nos Quatros Cantos dobrar à direita, segue pela Rua Prudente de Moraes e passa, ao fim dela, pela praça e Igreja de São Pedro e por uma das mais famosas edificações da cidade, um dos dois Sobrados Mouriscos. Reza a lenda que outro herói da Insurreição Pernambucana, Antônio Poty, mais conhecido como Felipe Camarão, da etnia Potiguara e líder da divisão indígena que integrava as forças luso-brasileiras, morou nessa casa.²⁰⁴ Entrando para a esquerda, se está na chamada “Praça da Preguiça”, a praça Conselheiro João Alfredo no caminho de saída do sítio tombado pela entrada mais conhecida, a da praça da Abolição e Igreja do Carmo. Se nos Quatros Cantos, entra à esquerda e novamente à esquerda, se vai em direção à Rua 13 de Março onde se encontra o Museu de Arte Contemporânea. Caso esteja nos Quatro cantos e entre à esquerda e siga pela rua à direita, o destino é o bairro do Amparo que começa com a rua de mesmo nome. Logo no começo da Rua, ao lado direito, é que se encontra o outro Sobrado Mourisco famoso da cidade.²⁰⁵

Continuando pela mesma rua, do outro lado, encontra-se a casa que fabrica o etílico mais famoso do carnaval olindense, a casa do Pau do Índio, o original.²⁰⁶

Casa do Patrimônio do IPHAN de Olinda também se encontra na mesma rua que ainda conta com, dentre outras atrações, o Museu Regional de Olinda e claro, a Igreja que dá nome a rua. A Igreja de São João Batista dos Militares fica próxima, logo na frente e se subir pela direita, em frente a outra Igreja, a do Rosário dos Homens Pretos, poderá ver a bica do Rosário,

²⁰⁴ Não há nenhuma comprovação histórica disso, um interlocutor nosso da Rua da Bertioga nos fez rir certo dia: “os guias ficam com esse papo pros turistas, se eu tiver passando e ouvir, digo logo ‘Mentira!’” O que se sabe é que o Sobrado que hoje é reutilizado como restaurante-bar hospedou D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina em 1859 quando da visita do casal imperial.

²⁰⁵ Edificação do século XVII.

²⁰⁶ Há outros locais que se intitulam como fabricantes da mesma bebida, inclusive, segundo a memória dos locais, existia um com o mesmo nome no local onde hoje é um terreno baldio do lado direito da ladeira da Sé, logo abaixo da Catedral de mesmo nome, local hoje que serve como estacionamento informal. A foto do local com os vestígios do piso da antiga casa pode ser vista no capítulo que trata da violência. Figura 24.

que já constava do foral de fundação da vila do século XVI e a sede do bloco *O Homem da Meia-noite*, um dos mais conhecidos de Pernambuco e Patrimônio vivo estadual.

Excetuando-se a rua São Bento e a rua Prudente de Moraes, realmente os moradores tem razão: ruas mal iluminadas, lixo se acumulando em calçadas, principalmente pelas áreas do Amparo, da rua 13 de Maio. Mas, em especial, os monumentos mais maltratados são as Igrejas, essas são as mais descuidadas em Olinda. Se há algum tipo de dado que é colhido facilmente conversando com os moradores é o descuido com Igrejas como a de São Pedro, Bonfim, Seminário e Igreja das Graças, Convento de São Francisco. A situação é alarmante. Todas as supracitadas igrejas estão fechadas para reformas ou em reformas, muitas vezes, há meses, anos.

A construção da Igreja de São Pedro Apóstolo data do período pós Restauração Pernambucana, na segunda metade do século XVIII. Contudo, a instalação de sua irmandade na cidade de Olinda é anterior à construção de sua igreja, datando de 1711, ano do fim da guerra dos Mascates. Quando do início das nossas idas à campo, a Igreja ainda estava aberta para visitação, entretanto, em setembro de 2015, foi interditada pela defesa civil de Olinda depois de muitas denúncias dos moradores. Os motivos não eram poucos: Reboco caindo, Tijolos soltos, Janelas quebradas, paredes laterais prestes a cair, vegetação crescendo na edificação e o mais perigoso de tudo era a situação do sino da Igreja. Uma peça de centenas de quilos que, caindo derrubaria toda a estrutura da torre podendo matar alguém se não tivesse sido retirada há tempo. Dona Q. moradora das redondezas nos fala que está *demais* o abandono patrimonial em Olinda. Durante todo o ano de 2016, a Igreja continuou fechada. Essa é apenas uma das várias Igrejas em péssimas condições de preservação.²⁰⁷

O mosteiro de São Bento abre, mas não todos os dias, o que ocasiona problemas para quem vive de turismo, em especial, os guias. O senhor L. que trabalha na função resume a situação: *Pra quê ter um monte de igrejas se o ano inteiro fica fechado? Turista vem, só tira foto de fachada e a gente não ganha o nosso.* De qualquer maneira, o mosteiro está em reformas com recursos obtidos junto à Caixa Econômica e a secretaria de Turismo, esportes e lazer.

²⁰⁷ Do outro lado da Rua, há uma linda casa que alguns guias e moradores gostam de dizer que fora de Nassau. Assim como a lenda do Sobrado Mourisco que fica na mesma praça é mentira. Nassau nunca morou em Olinda. Aliás, se houve um período onde Olinda foi mais castigada com depredações e incêndios, foi o período de ocupação batavo.



Figura 20. Placa informativa sobre a reforma no local que está orçada em mais de R\$ 3 milhões. Junho de 2016.

Um dos guias de Olinda, em conversa comigo, faz um desabafo: *Tá tudo assim, rapaz. Essas igrejas de Olinda. Essa daí até fica aberta até umas 4 hrs da tarde* (referindo-se a Catedral da Sé), *seminário fechado, São Francisco, Bonfim, o negócio é meter o pau mesmo, na rádio, na TV...* Um dos artesãos do Alto da Sé me informa que se as igrejas estão fechadas, poucas pessoas aparecem. As que aparecem, ao constatarem que não podem nem visitar os monumentos logo se decepcionam, nem ficam na Sé, tão logo concluem que há pouco para ver, vão embora, passam menos tempo do que deveriam, conseqüentemente, gastam menos e isso é péssimo para a economia local.

A Igreja do Bonfim foi muito falada pelos nossos interlocutores durante todo o tempo de idas ao campo. Fechada há cerca de 4 anos, a Igreja do Bonfim comparada às outras do perímetro tombado é uma infante. Datada de 1758, foi construída onde anteriormente havia um nicho dedicado ao Nosso Senhor do Bonfim, não obstante ser mais nova do que muitas outras da cidade é tão querida quanto aquelas. Localizada na região central do perímetro tombado, decerto foi a Igreja que mais suscitou lembranças, memórias de saudade de muitos Olindenses com os quais tive oportunidade de falar pois muitos destes se casaram nela ou tem entes queridos

que lá jazem em ossuários. Certamente, também foi a que mais causou medo de um desastre iminente na população, pois a cruz da Igreja estava prestes a cair, pendendo para o lado direito onde cairia exatamente na casa vizinha. O mais preocupante ainda era que a cruz estava sendo sustentada apenas por fios de energia que estavam presos a ela. O forro da Igreja estava desabando e a mesma teve que receber escoramento no teto e na parede lateral esquerda. Segundo Dona C. moradora da área do Bonfim: *Deixar chegar a esse ponto? Quando começou a piorar a situação da Igreja, já era hora de terem reformado, agora parece que estão esperando matar alguém.* Vejam a foto:



Figura 21. Cruz da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim. Dezembro de 2015

Igreja do Bonfim, além de igreja tem sepulturas lá dentro, de padres, de frades que prestaram serviço a nossa comunidade tá com 8 anos e ninguém faz nada. Ao fim da pesquisa, fomos informados que a Cruz foi retirada e que seria aberta uma licitação para a tão esperada reforma da edificação. E já era hora, os problemas da Igreja não se resumiam apenas à cruz, toda estrutura do prédio está precisando de reformas.²⁰⁸

²⁰⁸ A frágil proteção feita por piquetes na parede lateral esquerda sem aviso nenhum de risco de desabamento até o fechamento da pesquisa continuava a ser denunciado pelos moradores, em especial, o medo com turistas desavisados sofrerem algum acidente.

Geralmente, todos os visitantes chegam a Olinda pela Av. Sigismundo Gonçalves. Poucos notam um conjunto de chalés que fica em frente ao terreno da Igreja Carmelita, à beira-mar. É um conjunto de 4 casas construídas no início do século XX conhecidas como *Balneário do Carmo* e foram construídas na época áurea da Olinda cidade balneário quando a elite Recifense ia às praias do Carmo, Farol e Casa Caiada para aproveitar o banho marinho. Os moradores se queixam que as casas abandonadas servem como ponto para uso de Crack e assaltantes, as casas estão totalmente entregues ao tempo, cheias de lixo, depredadas, sem teto, pichadas, a fedentina é forte e não há previsão de reformas.



Figura 22. Abandono das casas no “Balneário do Carmo”. Novembro de 2015

Um pouco mais à frente, distando poucos metros da Praça *Maxambomba*, em frente ao ponto de ônibus do Carmo e dos Correios, também à beira-mar, mais um lugar esquecido pelos órgãos de gestão patrimonial mas não pela população: o Cine Olinda. Fechado desde 1966, O Cine Olinda, segundo os moradores, já passou, inclusive por reformas nos últimos anos, mas funcionar mesmo que *é bom nada, entra ano, sai ano e tá assim*. T. não entende o motivo e já organizou com alguns moradores participantes de movimentos sociais na cidade alguns eventos

para chamar a atenção do resto da população para o problema. Apesar dos esforços, até o fechamento desta pesquisa, o Cine continuava fechado.²⁰⁹

A mais comum rota percorrida pelos turistas do mundo todo que visitam Olinda é entrando pela Av. Liberdade após passar pela pequena praça da antiga estação *Maxambomba*. Comtemplam primeiramente a Igreja do Carmo, a mais antiga construção carmelita das Américas, datada do último quartel do século XVI²¹⁰ e a praça João Alfredo, *a praça da preguiça*, que ficam à esquerda. Do lado direito, está a Biblioteca Pública, que funciona em um edifício que remonta a tempos tão recuados que Franz Post a retratou em uma de suas pinturas sobre Olinda e a Faculdade de Olinda à frente.²¹¹

É mais comum vê-los seguir, já em aclave, pela rua do Bonfim e antes de chegar a igreja de mesmo nome, entrar para a direita no cruzamento com a ladeira da Sé e seguir subindo até alcançarem o ponto mais visitado da antiga Mirim dos Caetés. Ocorre que o turista desavisado ao adentrar ao sítio tombado da cidade patrimônio mundial de Pernambuco pelo bairro do Carmo não sabe que pode subir por outra rua menos íngreme e antes de alcançar a Sé já se deparar com outras edificações memoráveis. Se memorioso for, jamais esquecerá esse caminho. É pela rua de São Francisco, acessível à direita, na rua da Secretaria de Turismo e ir subindo mais suavemente até avistar do lado direito, as paredes do Convento de São Francisco. Na verdade, não só o Convento como também a Igreja Franciscana e no mesmo local, a Igreja de Nossa Senhora das Neves, a Capela de São Roque (a mais antiga Capela da Ordem Terceira Secular existente no país) e a Capela de Santana. O Conjunto do Convento de São Francisco está em reformas. Comparando com as condições das Igrejas de São Pedro e do Bonfim, não parece que a situação seja tão ruim. A diferença é que a área a ser reformada é muito maior do que às duas citadas anteriormente. O local passa por uma obra de requalificação do Adro do Convento, requalificação esta capitaneada pelo Ministério da Cultura e IPHAN com recursos obtidos através do PAC 2:

²⁰⁹ Esse é o link do movimento organizado em prol do Cine Olinda. <https://www.facebook.com/Ocupe-Cine-Olinda-435690806556025/>

²¹⁰ Igreja do Carmo está em ótimas condições e em pleno funcionamento. Geralmente, ponto N°1 para fotos de turistas.

²¹¹ Várias obras do pintor holandês Frans Post podem ser apreciadas no Instituto Museu Ricardo Brennand, localizado no bairro da Várzea, no Recife.



Figura 23. Mais de R\$ 2,66 milhões foram liberados para a obra. Maio de 2016.

Mais à frente, entrando à esquerda já se avista a Igreja de Nossa Senhora da Graça e o Seminário. A Igreja que data dos anos 1550 foi usada como quartel-general pelos holandeses quando da ocupação de Olinda e depois foi incendiado pelos mesmos.²¹² O famoso Seminário foi palco das reuniões dos padres que se levantaram contra Portugal em 1817 com o intuito de emancipação política, a primeira revolução separatista do Brasil tendo na pessoa do Frei Caneca, a figura maior da revolução.²¹³

O conjunto foi interditado em 2015 após a defesa civil constatar que havia inúmeros problemas estruturais. O preço estimado para a reforma é de mais de R\$ 18 milhões. Em janeiro de 2016, foi noticiado pela imprensa pernambucana que o Arcebispo de Olinda e Recife, D. Fernando Saburido estava organizando uma campanha para captar recursos junto à sociedade civil para o início da reforma do Seminário e Igreja. O objetivo inicial era a meta de R\$ 3

²¹² Ver mais em: ALBUQUERQUE, Marcos. Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça - Herança e Testemunho, Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 1995.

²¹³ A bandeira de Pernambuco é a bandeira da Revolução de 1817.

milhões para obras de emergência, entretanto, a obra total gira em torno de R\$ 16 a 18 milhões.²¹⁴

Certo dia, ao subir por esse caminho em direção a Sé, deparei-me com uma turista carioca que estava tirando fotos por entre as grades que circundam o local. Percebi que a placa informativa sobre o local colocada pelo IPHAN estava depredada - assim como muitas outras em Olinda, infelizmente - e a turista puxou assunto comigo. Ela reclamou da quantidade de monumentos fechados para visitação na cidade, amante de Arquitetura do período colonial, em especial da arte Maneirista e Barroca, lamentou o estado das Igrejas e disse: *Isso   nossa História, vim do Rio (de Janeiro) só para visitar as Igrejas de Olinda e o Recife Antigo*. Uma turista muito bem informada sobre História do Brasil, História da Arte. Assim como ela, toda a popula o nativa não são lamenta como   diretamente afetada por essa calamitosa situa o do incrível complexo de Igrejas e monumentos Olindenses, não   apenas uma questão econômica.  , principalmente, uma questão de identidade, de memória, de orgulho do ser Olindense, Pernambucano e Brasileiro.

A situa o conflituosa referente às modifica es nos domicílios que vão de uma simples pintura, ao colocar de grades nas portas   apenas reflexo da excessiva burocratiza o das políticas patrimoniais no Brasil. O conjunto de leis e pormenores jurídicos   tamanho que por si são já causa conflitos, tensões entre o poder do estado e os moradores. Declara es como *Dentro de casa, você pode mudar tudo, são não pode por fora* que foi ouvido por este que vos escreve durante todo o período da pesquisa atestam, não são o desconhecimento dos nativos no que concerne às leis específicas de tombamento federais e municipais assim como a falta de paciência dos moradores para com a situa o. No caso de Olinda, a questão   mais complicada ainda. Além de todo o sítio patrimônio mundial estar legislado por âmbito federal, impedindo sem autoriza o, qualquer modifica o na propriedade seja reforma ou demoli o total ou parcial, até mesmo pintura, respeitando o artigo 18 do Decreto-Lei n  25/37, há de se respeitar ainda outra lei, de esfera municipal, a Lei n  4.119/79 que seu artigo 11, inciso IX:²¹⁵”outorga ao Centro para Preserva o dos Sítios Históricos de Olinda a competência para analisar os projetos de constru o, conserva o, repara o, restaura o, altera o e demoli o dos bens tombados.”

²¹⁴ Em seu canal oficial, A Arquidiocese de Olinda e Recife afirma, por seu Arcebispo. D. Saburido, que o objetivo   abrir novamente o conjunto tombado até 2017 quando da celebra o de 200 anos da Revolu o Pernambucana (Revolu o dos Padres). <https://www.youtube.com/watch?v=0rmStA66tCU> Acesso em: Set/2015.

²¹⁵ Disponível em: <http://www.legisolinda.com.br/arquivos/LO/4119.pdf>

De fato, podemos afirmar que a quantidade de sanções administrativas e penais referentes ao tombamento é proporcional ao número de relatos de moradores que compelidos pelo engessamento burocrático para simples reformas em suas respectivas propriedades, se arriscam ou já se arriscaram a modificarem as casas. As multas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 25/37 variam de 10, 50% ou até ao dobro do valor referente ao dano causado por alguma intervenção não autorizada no imóvel.²¹⁶ Ademais, o Decreto Federal nº 3.170/99 nos artigos 49 e 52 estabelece multas que podem chegar a até R\$ 500.000,00 ao infrator.

As restrições causam não só conflitos com instituições governamentais mas entre os próprios moradores. Uma quadra na escola municipal Duarte Coelho localizada na rua do Bonfim estava sendo coberta com uma estrutura metálica, a obra foi embargada por denúncia de um morador. Segundo o artigo 18 do Decreto-Lei nº 25/37, fica proibido fazer qualquer construção que atrapalhe a visibilidade do sítio tombado. Então por que o próprio estado infringe a lei? Como se não bastasse, ainda causou um clima nada amistoso entre moradores, já que o denunciante é conhecido e ficou *mal falado* pelos vizinhos. R.S. discorre sobre o assunto: *Uma quadra dessa aí, pra que esse embargo? Agora era para uso de crianças, pra num final de semana ter uma banda de jovens tocando aí, tirar esses meninos das drogas, do crime e vieram e embargaram a obra.* Ou seja, não só a falta de conhecimento acerca das sanções jurídicas como a própria incompetência administrativa do Estado combinados ocasionam conflitos e tensões desnecessários.²¹⁷

5.1 A VIOLÊNCIA URBANA NO CENTRO HISTÓRICO OLINDENSE

A questão da violência foi tema mui recorrente nas entrevistas e conversas informais na minha pesquisa de campo. De fato, não só Olinda, Recife e toda a região metropolitana sofrem desse lamentável cenário de crimes recorrentes assim como acontece em todo o Brasil nos últimos anos, em especial, nas capitais nordestinas.

Com o espantoso aumento das taxas de criminalidade na última década, a região Nordeste apresenta assustadores índices de delitos, fazendo da supracitada região, a mais violenta do país e do continente, em especial, para as camadas menos favorecidas da sociedade, em geral, as que nossa história já legou às condições mais desiguais, carregando centúrias de exclusão

²¹⁶ De acordo com os artigos 13, parágrafo 1º, artigo 17 caput .Artigo 18 e 19. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

²¹⁷ SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade; São Paulo: USP, 2003 p. 128.

social, esquecimento e rebaixamento a posições secundárias dentro da construção histórico-social nacional.²¹⁸ Em outros termos, à sorte dos acontecimentos desde início da constituição do Brasil, quando negros e pardos, em especial, oriundos de regiões rurais que se estabeleceram nas periferias dos grandes centros urbanos desde anos 1890, após a abolição da escravatura. Um afluxo enorme destes nas principais décadas de industrialização do século XX se fez sentir nas grandes urbes nacionais, como a região metropolitana do Recife, então a maior de todo o norte-nordeste brasileiro.

Segundo dados oficiais, a maioria das capitais mais violentas do país concentram-se na região Nordeste, tendo as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Fortaleza, Maceió e João Pessoa sempre figurando com alarmantes taxas de homicídios por habitante. Não obstante a considerável diminuição no índice de crimes no estado pernambucano, Olinda, esta pertencente à maior metrópole urbana nordestina, a região metropolitana de Recife, formando, assim como a capital e o município de Jaboatão dos Guararapes, as três maiores populações de toda a região metropolitana, não poderia estar livre de toda a sorte de delinquências e delitos cada vez mais comuns em nosso país. Segue abaixo, dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco:

Comparando janeiro de 2014 com o mesmo mês deste ano, houve um aumento de 129% nos casos de assalto a ônibus. Já com relação aos crimes violentos contra o patrimônio (CVP), que englobam todo tipo de roubo (transeunte, bancos, residências, etc) e extorsão mediante sequestro, o crescimento neste mesmo período foi de 73%. Outro crime que tem assustado a população é o de roubo de veículos, que sofreu um aumento de 54%. Esses dados da SDS correspondem apenas ao Grande Recife, sem incluir zonas da Mata, Agreste ou Sertão do Estado.^{219 220}

Mesmo ciente de que meu *lócus* de pesquisa de campo não estaria imune a tais lamentáveis ocorrências, decerto não passava pela minha cabeça que a violência seria um assunto tão recorrente na boca dos envolvidos nessa pesquisa. De início, quando dos meus primeiros dias no campo, frequentemente ouvi queixumes; desde dos mais aparentemente exagerados aos mais moderados acerca da questão. Ora, como este que vos escreve, apesar de certidão de nascimento recifense, provém de uma das mais perigosas cidades do país e da

²¹⁸ Dados oficiais sobre o assunto, ver: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf Acesso em julho de 2016

²¹⁹ <http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/03/09/numero-de-assaltos-cresce-no-grande-recife-e-assusta-populacao-601341.php> Acesso em 20 de março de 2016

²²⁰ http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18784309&folderId=32445616&name=DLFE-161501.pdf Acesso em junho de 2016

América latina e que, reiteradas vezes ganhou o desafortunado título de capital mais violenta do país (proporcionalmente mortes de habitantes por moradores) chamada Maceió, capital do estado vizinho, o assunto não era nenhuma novidade. Assim não me causava espanto o ouvir de notícias sobre roubos, assassinatos e delitos de todos os tipos vindo dos nativos da cidade que tem o quadro mais lindo pintado pela natureza do Recife, aquela visão deslumbrante do alto da Sé. É que quando se vive em um país onde morrem mais pessoas por ano do que países em guerras, ser vítima de violência torna-se um medo constante.²²¹

Ocorre que ao passo em que os dias iam passando em idas e vindas regadas a entrevistas com os moradores do município Olindense em seu perímetro tombado, apercebi-me da inegável necessidade de ouvir e dar voz por meio da etnografia aos cidadãos que coletivamente reclamam do clima de insegurança geral em todo o sítio histórico: da Av. Liberdade ao alto da Sé, do largo do Varadouro ao Amaro Branco, da rua do Amparo até a praça da Maxambomba. Por onde passei pude coletar dados com os nativos da *cidade-monumento* e conviver com alguns moradores, o tema violência sempre foi levantado. São assuntos mais caros ao patrimônio: a memória, identidade e memória coletiva dos atores sociais. No entanto, o conflito é um tema particularmente frequente, no que concerne às questões patrimoniais e está sempre se fazendo presente na bibliografia especializada sobre o assunto de diversas formas, seja no tocante a casos paradigmáticos do tema patrimônio como no já clássico caso de Gilberto Velho, sobre o IPHAN e as discussões referentes à Casa Branca em Salvador em 1984, seja de outras maneiras. Todavia, quando me refiro a conflito nas próximas páginas, não estarei discorrendo sobre questões de conflito diretamente ligadas às políticas patrimoniais.

Meu foco agora será o conflito urbano, a violência urbana, nua e crua, o qual dezenas de milhares de brasileiros sofrem todos os anos. Em muitas ocasiões, durante o campo de pesquisa, os moradores só queriam falar-me sobre o tema e alertar-me para o perigo de se andar pelas ruas do sítio histórico sempre com uma máquina fotográfica, celular ou as mãos nos bolsos. Indago-me se o perigo seria maior por eu ser um forasteiro, nunca fui frequentador da região, muito menos tenho amigos moradores por lá. Dona E. uma das mais simpáticas e agradáveis pessoas com quem tive contato durante a pesquisa de campo, moradora da Sé há mais de 60 anos, ao me ouvir comentar sobre isso, intercede: *Tem isso não, meu filho, pode ser de onde for, levaram foi uma bolsa de uma moça daqui ontem aqui (aponta para o terreno baldio*

221

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/map_of_violence_examines_deaths_by_firearms_in_brazil_from_1980_to_2012/#.V99br_krLIU
Acesso em 20 de março de 2016

*localizado abaixo da Igreja da Sé) e eu também já fui assaltada nesse caminho para a Igreja de São Francisco esse ano, levei empurrão, ouvi nome feio e tudo.*²²²

De fato, tais atitudes deploráveis em relação ao idosos não eram tão comuns em tempos passados. Para Gilberto Velho, em entrevista concedida em 2003, é evidente que:²²³

(...)há uma perda de valores como civilidade e respeito aos mais velhos nas cidades brasileiras, (...) a violência tem rompido barreiras que existiam, como não agredir idosos. Não é que nunca acontecesse, mas hoje em dia é comum. Eles se tornam, inclusive, vítimas preferenciais, porque são mais frágeis. (...)Existem dimensões simbólicas que são muito assustadoras. O aumento do número de idosos atacados, assaltados, espancados coloca em xeque os elementos básicos da vida social.

Em entrevista concedida na minha primeira semana de trabalho de campo, uma das minhas interlocutoras me informou que já aconteceu até briga de tiro e faca em frente a sua residência. Samuel Thomas Jaenisch²²⁴ escreveu que o crescimento da violência urbana é um dos temas mais recorrentes quando o assunto é problema urbano, por essa razão é que segundo este autor o sentimento de medo da cidade é cada vez mais comum, culminando na reclusão e segregação dos indivíduos:

Se antes a cidade se voltava para a rua e mantinha (pelo menos plano ideal) uma série de espaços públicos como centrais para a produção e reprodução do estilo de vida urbano, agora cada vez mais ela tende a se fragmentar em espaços cada vez mais segregados e excludentes (p.01).

Dona E mesmo não se sente mais à vontade andando sozinha, principalmente depois dos constantes assaltos na região e, em especial, do citado caso em que a mesma foi vítima de tamanha infâmia. Para a interlocutora, o mundo está cada vez mais impessoal e insensível às necessidades do próximo, *tu é roubado, o povo vê e nem pra falar com tu, perguntar se tá tudo bem, hoje em dia é assim*, as pessoas não se importam mais com assaltos, só se forem vítimas do delito. Confesso que fiquei desanimado em ouvir uma senhora que já comemorou mais de 80 primaveras não se sentir segura para apenas transitar no lugar onde viveu por maior parte da

²²² <http://www.cbnrecife.com/noticia/numero-de-assaltos-aumenta-no-sitio-historico-de-olinda> Acesso em agosto de 2016

²²³ VELHO, Gilberto. “Antropólogo diz que violência é mais cultuada entre jovens” Entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 20/10/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200319.htm> Acesso em 19 de setembro de 2015

²²⁴ Jaenisch, Samuel Thomas. Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade. (Artigo apresentado em: II Simpósio Internacional Diálogos da Contemporaneidade, organizado pelo Centro Universitário Univates, setembro de 2010.). <http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/jaenisch-samuel-entre-cercas-muros-e-alarmes.pdf> Acesso em maio de 2016

vida. Simmel apontou para essa impessoalidade cada vez maior no cotidiano da Berlim do começo do século XX, onde, segundo a percepção simmeliana, *o comportamento blasé* era uma característica cada vez mais comum entre os cidadãos metropolitanos. Olinda faz parte de uma grande região metropolitana, maior do norte-nordeste brasileiro; no entanto, o ritmo pelas ruas seculares de uma das mais lindas cidades do país não me parece o mesmo da região da cidade do Recife, onde centenas de milhares de pessoas transitam em horários de pico em direção ao metrô, ônibus, milhares de lojas. Olinda ainda tem aquele ritmo mais tranquilo, apesar de sempre estar com visitas por suas ruas. Não devaneio pensar que os olindenses do sítio patrimônio mundial não sofrem também os reflexos da impessoalidade.²²⁵



Figura 24. Terreno baldio na ladeira da Sé que serve de ponto de encontro para usuários de drogas e assaltantes, segundo moradores. Maio de 2016.

²²⁵ Ver mais sobre *comportamento blasé* em: SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O Fenômeno urbano. Org: Otávio Velho. RJ. 1967. Disponível em: http://www.marcoarelios.com.br/03velho_completo.pdf

Na minha segunda semana, em um dia de observação do cotidiano da região dos Quatro Cantos, um dos mais conhecidos de Olinda, famoso pelos encontros dos blocos (troças) carnavalescos anualmente, vivencio uma experiência aterradora. Percorro a rua Prudente de Moraes, no Carmo em direção ao ponto de ônibus, eis que me defronto com mais de 20 indivíduos vestidos com camisas de uma das torcidas organizadas mais conhecidas e temidas pela violência na região metropolitana; integrantes de uma das torcidas organizadas apontada por moradores do perímetro tombado por arrastões frequentes, não só na região do sítio histórico, mas por toda a região metropolitana da *Veneza Brasileira*. Estando eu quase à porta do Consulado do Uruguai, localizado na mesma rua, finjo que vou entrar no mesmo e fico a chamar por alguém que venha à porta falar comigo. Resultado, aqueles a quem eu temia anteriormente algum tipo de atitude rude passam sem me incomodar, mas todos me olhando, lembro de um rindo, e dizendo “*Tá com medo é, Boy?*” Infelizmente, Sim! Gato escaldado tem medo de água fria, diz o ditado popular! Não só já fui vítima de assaltos, como também já perdi muitos amigos e conhecidos – alguns eram integrantes de torcidas organizadas, inclusive – e já perdi um parente próximo, um Tio que deixou filhos pequenos órfãos para a violência que domina nosso país e parece não diminuir nesse começo de milênio no Brasil.^{226 227}

Para o guia turístico J. que trabalha todos os dias à espera de cliente na entrada do sítio, aliás, a entrada mais usada, a do Carmo, realmente existe isso de roubo e arrastão mas falar disso não é bom: “*Tem tanta coisa para gente falar daqui, vem turista de todo canto, a cidade é linda*”²²⁸ J. confirma o que eu pude apreender de conversas rápidas com outra parte dos guias turísticos, eles estão ali para mostrar as belezas da cidade e não para ficarem de reclamação sobre a cidade, entendo essa postura como uma espécie de defesa de J. Ele, mais do que os outros depende da boa imagem da cidade alta, um turista com carro pode até parar pelas lojas de artesanato da Sé, do mercado da Ribeira, do Carmo, da rua São Bento, mas jamais irá pagar por um serviço onde tenha que se deslocar à pé, geralmente com uma câmera digital nas mãos por entre ruas de uma cidade desconhecida sendo guiada por um desconhecido se o local tiver

²²⁶ “O Brasil registrou 59.627 homicídios em 2014, o maior número já registrado em território nacional e uma estatística que coloca o país no primeiro lugar no ranking mundial desse tipo de crime. Os dados são do Atlas da Violência, pesquisa feita em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.
http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf

²²⁷ “Esse antropólogo está estigmatizando determinados grupos sociais?” Pode pensar o leitor. Creio que não, é trauma, experiência pessoal mesmo.

²²⁸ Em relação aos guias turísticos, eles ficam espalhados em pontos estratégicos do sítio histórico à espera dos turistas, uma parte deles fica pelas proximidades da Igreja do Carmo, da biblioteca municipal, outra parte pode ser encontrada no Alto da Sé, um ou outro guia fica pelas proximidades do Mosteiro de São Bento e do Palácio dos Governadores, mas são pouquíssimos pela entrada do Varadouro.

fama de inseguro. Ademais, os guias não estão dispostos a conversar sem ganhar nada, é o ganha pão deles, e estão cobertos de razão! Eles precisam estar atentos a qualquer desconhecido que chegue pelas cercanias com aquela cara de turista: Câmera, Chapéu, protetor solar, olhando para todos os lados curioso e maravilhado com o impressionante conjunto arquitetônico tombado. Nos primeiros dias, fui assediado por eles, depois de dias me vendo pelas redondezas, entenderam que não sairia nada de lucrativo do meu bolso e que eu não estava ali para turismo, desistiram.

Outro dia, subindo para a Sé pela Rua de São Francisco, converso com um artesão que fica diariamente a vender suas artes encostado do lado direito da mesma rua, à sombra, pelas proximidades do Hotel 7 colinas, sentado em uma confortável cadeira, encostado na parede do Hotel, ele me fala que realmente *tá demais, roubo demais, já roubaram um ontem ali- aponta para o começo da parede do convento de São Francisco- tu tem cuidado por aí, visse?*²²⁹

Talvez seja um caso isolado, como um lugar tão icônico e um dos mais visitados do país pode estar tão à mercê da vontade dos criminosos? Os dias passam no campo e os relatos se multiplicam. Pelas proximidades do centro administrativo da cidade, na rua 15 de novembro, outra moradora, Dona I. sempre se mostrou muito solícita a me conceder alguns dos minutos dos seus dias quando passava pela casa-comércio dela, que me serve como uma espécie de ponto de apoio nos horários de almoço e lanche. Dona. I vende uma deliciosa coxinha: *Todo dia faço essas coxinhas, de um dia pro outro, as que sobram, eu joga aos cachorros.* No meio de uma de nossas conversas, pergunto se ela já foi assaltada: *Aqui? Já entraram aqui na minha casa, agora se deram mal, crio 11 cachorros no quintal, deu certinho pra eles.*

Diante desses relatos o que fica evidente é que os moradores se sentem reféns em suas próprias residências. Por isso que muitos com quem conversei gostariam de construir um muro mais alto e colocar cerca elétrica em suas casas. Essas pessoas falaram que sabem a importância da arquitetura histórica de suas residências, mas também afirmaram que é complicado viver com o constante medo de invasão domiciliar por parte de criminosos. Antes das casas servirem como produtos altamente rentáveis ao setor turístico pela linda paisagem urbana, são casas de pessoas com suas aspirações, necessidades. Max Weber em suas reflexões sobre as formas de dominação legítima afirma que: “Nas relações entre dominantes e dominados, (...) a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se

²²⁹ Ele me pediu atenção redobrada logo que percebeu que eu estava com Câmera digital. Indaguei-lhe se ele não tinha medo, ouvi um “ E vão roubar o que de mim? Tô aqui todo dia, trabalho aqui, mas tá...”

funda a sua ‘legitimidade’, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar consequências de grande alcance”.²³⁰

Como a descrença na política do Estado por parte dos olindenses só cresce, as bases jurídicas impeditivas referentes a modificações nas casas cada vez mais são desrespeitadas. E pude compreender a lógica nativa. Onde está a polícia que não se faz tão presente no perímetro tombado? Os moradores deveriam esperar suas casas serem invadidas e assaltadas por criminosos enquanto o poder público não se mobiliza? A médio e longo prazo, as consequências serão graves com a descaracterização das casas, entretanto, o que deve fazer quem mora no lugar e sofre com a violência? A situação de insegurança é grave.

Itamar Rocha dos Santos²³¹ escreveu que o isolamento urbano dos habitantes em suas casas é reflexo dessa violência que tem assustado e como consequência transformado suas habitações em fortalezas. Segundo o autor:

Em cidades grandes, médias, ou, até mesmo, de pequeno porte, não é preciso ir muito longe para observarmos o grande número de casas com cercas elétricas, portas e janelas com grades de proteção ou até mesmo com placas que identificam empresas de segurança privada que monitoram algumas residências vinte e quatro horas por dia, evitando que estas casas sejam invadidas por pessoas que escolheram a vida do crime como forma de sobrevivência na dinâmica social. p.244.

Diante de tantos relatos fui notando que os moradores queriam que o sítio histórico fosse mais preservado também do ponto de vista da segurança, pois como um morador afirmou: *Nossas vidas e nossas famílias são também patrimônios desse lugar. Sem os nossos impostos prefeitura alguma ficaria em pé, mas cadê o nosso retorno?!*

Dona I. me confessa que já cansou de testemunhar assaltos na cidade alta e que vive enfadada da situação de abandono do Mercado Eufrásio onde, à noite, é comum, segundo a mesma, o uso de drogas. Porém, ela não cessa de apontar lugares perigosos e episódios violentos pelas cercanias do sítio tombado. *Morro de medo de andar pelas bandas do Amaro Branco, lá é nó cego. Sr. Esm. É artesão do alto da Sé, queixa-se, lamuria-se e suplica: Polícia, cadê? Só vejo essa viatura aí parada, não sai pra nada-* uma que fica ao lado do banheiro público que custa R\$ 2,00 no alto da Sé- *Ninguém pode ter mais nada, roubaram o filho daquela menina ali – apontando para uma colega artesã- na descida do (Convento) São Francisco, ainda*

²³⁰ WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 7ª ed., 2003 p. 128

²³¹ SANTOS, Itamar Rocha. Aspectos da violência urbana. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas Vitória da Conquista-BA n. 5/6 p. 237-250 2009.

tiraram onda: ‘Rapaz, compre um celular melhor’ Ele ficou até com medo de matarem...A gente pede, reclama, como é que vamos viver e trabalhar assim?

Uma moradora da cidade alta que nasceu e cresceu no local desabafa: *Na Praça da Preguiça que seria para o lazer, não há segurança à noite, fica escura, só se sente o cheiro do Crack, é onde ficam ladrões e viciados, Ladeira da Misericórdia, Prudente de Morais, 13 de Maio, na Boa Hora, rua de São Francisco, igreja de São Pedro, não se tem segurança, policiamento não se vê por aqui.*

No mercado Eufrásio Barbosa tenho a oportunidade de papear com taxistas que usam as imediações como ponto de parada. Certa feita, fico em pé a prostrar com um deles. Sr. L. olindense nascido e criado no Bonsucesso, passa mais tempo do dia trabalhando no ponto à espera de clientela do que em casa, prolixo que só ele, o que é ótimo para mim, fala sobre a situação da área, aponta para o *Solar da Marquesa*, primorosa edificação colonial.²³² *É exceção aqui esse prédio.* Sobre violência na região, as reclamações são muitas: *Principalmente quem tem sua filha ou sua esposa, cuidado. A turma não tem pena não e se for mulher, aí é que se aproveita, é bolsa, celular, o que tiver, eles arrastam.* Segundo o mesmo, quem mora pelo Carmo, Varadouro, Sé, Amparo, não são os envolvidos nos crimes. L. nos delata que toda essa questão de arrastões, assaltos e brigas que comumente acontecem pela região, tudo isso é obra de guerra entre facções rivais, no entanto, não necessariamente, são ocasionadas por embates entre torcidas organizadas rivais. Sr.L. nos traça um quadro mais complexo do problema, ele fala que principalmente à noite nos fins de semana, grupos de bairros rivais gostam de marcar brigas dentro do perímetro tombado de Olinda. Esses lamentáveis eventos costumam acontecer com mais frequência no período das prévias do carnaval, todavia, acontecem durante todo ano:

Tabajara, Bultrins, Peixinhos, Jardim Brasil, com Ilha do Maruim, Rio Doce, V8, a galera desses bairros aí das periferias é que marcam briga por aqui, se você entrar na internet e procurar por notícias vai ver um monte de notícias ou quiser ver bagaceira mesmo ao vivo, venha nos fins de semana, em especial depois das 4 ou 5 hrs da tarde, você pode ir pro Largo do Amparo, ou quatro cantos ou alto da Sé, você vai presenciar vandalismo de todo o tipo.²³³

²³² Pelo o que vi durante o período de pesquisa, confirmo, é o único local que se encontra em perfeitas condições no largo do Varadouro. É um bar-restaurant, inclusive, conhecido pela dona ser ex-esposa do artista mais famoso da Mirim dos Caetés, ele mesmo: Alceu Valença, morador da Rua São Bento.

²³³ Não só Sr. L. como Dona I. Sr. L. guia e outros sempre me diziam “Tu visse como tá o roubo aqui na TV?” “Tu visse como tá o cinema de Olinda?” Viu não? Procure na internet.” A partir daí, comecei a ter ideia de usar notícias de jornais também como fonte para pesquisa e confecção dessa dissertação.

Marc Augé nos lembra que o uso da palavra *periferia* apenas toma sentido para diferenciar o *centro*, nesse caso, os bairros do sítio tombado. Segundo o antropólogo francês, tais zonas denominadas periféricas estão, em muitas ocasiões, em oposição entre elas, em constante clima de animosidade mesmo estas, em certos casos, estando distantes fisicamente umas das outras assim como em relação ao centro das cidades, ou das zonas mais valorizadas.

Outro caso grave é apontado por outro taxista que atua no mesmo ponto da cidade em uma conversa em um dia chuvoso: *As câmeras são desligadas para não gastar dinheiro com pessoal, isso quem me confidenciou foi gente que trabalha com isso.* Sr L. C. morador e autônomo reclama: *No largo do Amparo, no fim de semana é que a turma bota pra gerar, sai por aí, rouba gente nos pontos de ônibus daqui, toma celular, toma tudo, aí Sérgio Dionísio vai na televisão e diz que as câmeras estão desligadas. Isso não deveria ser dito na televisão, isso de ser dito na TV incentiva ladrão. Olha aí* (apontando para a câmera de vigilância da prefeitura) *tudo desligado.* Para ele, isso é uma vergonha. Um descaso com a população. E eu concordo.^{236 237 238 239}

Uma moradora do Amparo fala, que desde 2015 a situação deteriorou muito, que os ladrões perderam o medo de praticarem os delitos simplesmente porque não há presença do estado: *Não se vê polícia por aqui, em nenhuma hora do dia, nada, pra vagabundo, é bom demais.* L. mora perto do homem da meia noite, no Bonsucesso e ajudou a criar uma página de internet para reunir moradores afim de debaterem possíveis alternativas para resolverem a situação, denunciar os diversos problemas da cidade alta, em especial, a situação descontrolada dos assaltos, a página já conta com milhares de curtidas:

²³⁴ “O par cidade/subúrbios ou, numa linguagem mais geométrica, o par centro/ periferias está no cerne de todas as descrições.” AUGÉ, Marc. Por uma antropologia da Mobilidade. Maceió. EDUFAL: UNESP, 2010 pp. 31-32.

²³⁵ Apesar de valorizada, as áreas mais comumente chamadas de nobres, onde moram as pessoas com maior poder aquisitivo em Olinda geralmente são áreas mais ao norte do sítio histórico, em especial, a orla do bairro de Casa Caiada.

²³⁶ Nesse momento, aparece um funcionário da prefeitura, a entrevista foi concedida na praça Monsenhor Fabrício, em frente ao Palácio dos Governadores. Tratamos desse assunto no capítulo de metodologia.

²³⁷ Sérgio Dionísio é um apresentador de televisão de Pernambuco.

²³⁸ Segue o link com a matéria acerca do desligamento das câmeras no sítio histórico. <http://www.folhape.com.br/cotidiano/2016/8/sitio-historico-de-olinda-esta-sem-cameras-desde-o-carnaval-0149.html> Acessado em: 12 agosto de 2016.

²³⁹ Poucos meses após essa entrevista, em um dos últimos dias de ida à campo, inclusive, mais perigo, a linha de ônibus que eu usava para ir à Olinda foi assaltada por duas pessoas armadas, quando um deles ameaçou atirar em uma vítima mulher que se recusava a entregar o celular, um dos passageiros estava armado e reagiu ao assalto, salvando a senhora de morte iminente, resultado: Dos dois assaltantes, um morreu a caminho do hospital, o outro fugiu mas não sem antes atirar no motorista que nada tinha feito. Por sorte, o motorista se salvou. Ver: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/08/assalto-onibus-deixa-bandido-morto-e-motorista-baleado-em-olinda.html> Acesso em: 28 de agosto de 2016

Os assaltos não têm hora para acontecer, e como Olinda tem essa tradição de andar a pé, e a coisa piorou muito, também muitas invasões às casas, a gente não quer isso, a gente quer Olinda de janelas abertas, portas abertas, uma Olinda aberta para todos, ninguém aguenta mais isso.²⁴⁰

Os estabelecimentos comerciais e as instituições de ensino também sofrem com a ausência de segurança efetiva no lugar. Na imagem abaixo os alunos de uma escola pública no sítio histórico olindense pedem mais segurança no bairro. Conversei com alguns estudantes em diferentes dias e eles afirmaram que antes o medo era de serem assaltados no caminho para a escola ou para casa, porém, agora o medo também os acompanha dentro da instituição de ensino. Inclusive foi relatado que houve um assalto por lá, pois basta os assaltantes pularem o muro da escola para cometer algum tipo de delito.²⁴¹



Figura 25 Fonte: Portal de notícias Pernambuco IG. Disponível em:
<http://pernambuco.ig.com.br/noticias/2016/olinda-invasoes-assaltos-mao-armada-e-ate-cavalo>

Dona M. comerciante do mercado da Ribeira me adverte que muitos cidadãos já sofreram com assaltos pelas imediações, não obstante nunca ter sido ela vítima, não titubeia ao dizer: *É*

²⁴⁰ Eis aqui o link para a página, a situação realmente é alarmante: <https://www.facebook.com/eumoradordeolinda/>

²⁴¹ Mais uma vez, ouvi um “Teve reportagem e tudo, visse não?”

*um perigo constante.*²⁴² Uma das causas apontadas por alguns moradores é o puro e completo descaso das autoridades policiais. Dona M., se queixa que mesmo com a reclamação constante dos moradores, nada muda, confessa que nem se preocupa mais em fazer Boletim de Ocorrência pois não adianta. Lembrou-me um caso relatado a minha pessoa por Dona I. em uma tarde de calor abrasador. Entre o sorver de um delicioso suco de Caju na casa-lanchonete de uma das mais simpáticas moradoras do Varadouro, Dona I. queixava-se da negligência da polícia em relação a um arrastão que tinha ocorrido uma semana antes. Segundo ela, uma rádio local noticiou uma declaração de um Delegado local negando veementemente o ocorrido: *Dá vontade de entrar na delegacia e perguntar porque ele disse isso. Com todo respeito, tá faltando com a verdade, oxe, falar uma coisa dessa.* Que situação desafortunada dos moradores. Desafortunada não seria a palavra certa, mais apropriado seria assustadora, quem quer viver assim? *Meu filho, se vier, vou dizer logo, venha fazer suas coisas entre 9, 10 da manhã até umas 4 horas, no máximo, digo logo, pro seu bem, passou daí, eu digo logo, nem venha.*

Eli. é artesão, sua casa também é seu lugar de trabalho, residente da Rua São Bento, acredita que nenhum morador do centro histórico apronta aqui, quem apronta são pessoas que vem de outros lugares: *Vem pessoal do Tabajara, Paulista, até do Ibura (?!?!) pra aprontar aqui*²⁴³. Eles marcam confrontos até por Facebook: marcam horário, fazem juras de morte e vão a cidade alta para se enfrentarem, sempre preferindo os finais de semana.

N. é comerciante da Sé, vende refrescos e lanches em geral na própria casa além de montar um mostruário de roupas e artesanato no quintal e na varanda de casa. Sobre os casos de violência, ela também se sente ameaçada constantemente. Antes, quando ia tomar ônibus, geralmente para ir ao Recife, N. descia pela ladeira da Sé e ia esperar o transporte no ponto do Carmo, próximo à pracinha da Maxambomba. Agora, N. prefere tomar outro percurso, desce pela Ladeira da Misericórdia, segue a primeira rua à direita logo após a Igreja que dá nome a mais íngreme das ladeiras da cidade, na Rua. Saldanha Marinho e já entra na primeira à esquerda, descendo na rua do Amparo: *Essa ladeira da Sé tá demais! De uns tempos pra cá, ela tá tendo muito assalto, cara aparece do nada de moto e acabou-se, leva tudo. Aquele terreno baldio do lado da Sé era uma casa antes, mas não tem mais casa lá, agora fica deserto, ladrão gosta de se esconder ali.*

²⁴² <http://www.tvclubepe.com.br/app/outros/ultimos-videos/56,266,56,260/2016/07/12/video,97606/inseguranca-no-sitio-historico-de-olinda-pe-no-ar-12-07-16.shtml> Acesso em julho de 2016, Dona M. na nossa conversa, falou sobre um caso de assalto de uma moradora que sofreu a ofensiva com uma criança no colo, isso mesmo! Mais uma vez, ouvi um “ Tu não visse? Saiu na TV”, e de fato, aí está a prova no link.

²⁴³ Ibura é um bairro do Recife, localizado na zona Sul, próximo ao Aeroporto Dos Guararapes, fica a quase 20 km do sítio histórico de Olinda. A interrogação/ Exclamação foi o que me veio à mente na hora, fiquei perplexo.

Diante de tantos relatos percebemos que do ponto de vista da segurança, os moradores estão insatisfeitos com o que vem ocorrendo. Eles reivindicam um maior diálogo entre as políticas patrimoniais e a segurança no lugar. Ao caminhar pelas estreitas ruas de Olinda fui compreendendo o dilema dos moradores. Eis alguns problemas: falta de iluminação e falta de segurança pública eficaz. Por essa razão é que os moradores estão se articulando através das redes sociais em busca de uma solução para a insegurança no lugar.

5.2 PICHACÕES

Perceptível aos primeiros passos pelas ruas da cidade-museu, as pichações são assustadoramente numerosas por entre os centenários logradouros da *Cidade mãe de Recife*. Assim como a vizinha Capital, Olinda está tomada por pichações de todas as cores, formatos e tipos, para quem anda diariamente pelas ruas da cidade como os moradores, isso irrita, parece até se acostumarem com isso. Sr. E. fala em tom jocoso que *querem ser patrimônio agora também* (Sobre os pichadores). Depois das observações no local, não estava mais *por fora* da triste situação. Realmente, seja no Carmo, no Varadouro, no Amparo, na Sé, não há local do perímetro urbano que não venha sofrendo com essas depredações. Assusta como as pichações estão presentes em cada esquina. Inicialmente, levantei a hipótese da ligação dos tão temidos arrastões na *cidade cartão postal* com as pichações. Foi o que pude entender com base em declarações dos moradores. Entretanto, concomitantemente, também recebi relatos de que, na verdade, não eram bem assim. No começo das minhas idas ao campo, assuntos mais polêmicos como pichações e problemas nas políticas patrimoniais não eram numerosos nos relatos, apenas com o tempo. Com a rotineira presença do pesquisador, a intimidade, por mínima que seja, começa a ser criada, os interlocutores começam a confiar um pouco mais naquele estranho e informações preciosas surgem.

Em conversa com dois moradores comerciantes da Sé, levantou-se a possibilidade das tais infames pichações serem obras de locais também: *Rapaz, tem gente daqui também, isso é essa turma nova daqui que picha, essa garotada. A turma picha o Fórum aí embaixo cheio de juiz, de tudo, perto do colégio de São Bento, quanto mais igreja, capela. Mas, mas... Tá vendo aquela casa ali embaixo? Depois daquele pé de Mato? (casa de N, outra interlocutora) Aquela meia creme, olha a casa dela, encima da janela dela pichada, e a casa dela é aberta, dia de domingo até, passa a semana em casa, vende cervejinha e tudo, e o pessoal tá nem aí.*

Em estudos sobre as pichações na cidade de São Paulo, Alexandre Pereira Barbosa percebeu que há uma estreita ligação entre as pichações e a necessidade de afirmação

identitária, curioso que a quantidade e variedade de assinaturas, de *pichos* em Olinda é enorme, algumas são reconhecíveis em várias partes da região metropolitana, como essa, feita no Mercado da Ribeira:



Figura 26. É possível ver traços característicos desse pichador ou desse grupo por todo Recife e Olinda. Maio de 2016.

Percebam que o *picho* em destaque já foi feito como uma resposta a outros que existiam no mesmo edifício, são signos de demarcação de áreas percorridas pelos pichadores, há uma curiosa lógica nisso, em quantos mais lugares houver *pichos* de determinado indivíduo ou grupo, mais fama ele adquire. É obrigação do pichador, segundo Barbosa Pereira *espalhar o seu símbolo pelo maior número de locais da cidade.*²⁴⁴

Em Olinda, é possível ver *pichos* dos bairros mais remotos da região metropolitana como o bairro da Torre, no Recife ao lado de pichações que assinam como sendo de Olinda, há na

²⁴⁴ PEREIRA, Antonio Barbosa. As marcas da cidade: A dinâmica da pichação em São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a07n79.pdf> p. 148

verdade, uma espécie de demarcação de territórios, por vezes, de grupos rivais como gangues, por vezes como sinais que servem como testemunho de um pichador famoso na metrópole. Pois, *não é bem visto alguém que atue apenas nas proximidades de onde mora; é preciso ir para longe, pichar no centro da cidade e em outros bairros distantes para ser considerado um 'pichador de verdade'*.²⁴⁵ Para além disso há outras lógicas interessantes para melhor compreendermos o fenómeno: protesto, risco, transgressão.

Transgredir as normas estabelecidas, o *Status Quo*. Quando um pichador realiza a ação em uma parede de uma Igreja de Olinda, ou em uma casa tombada, pode significar uma forma de dizer que não tem medo das leis, que não as respeitam, assim como o protesto que, pode ser de caráter político ou contra a morte de algum amigo, assim como o risco de ser preso, de desafiar o sistema, de pichar em locais inimagináveis, como em viadutos, locais extremamente movimentados, paredes de monumentos.

É como um testemunho da própria existência que nos é fugaz. As pichações podem ser protestos de cunho político, provas de coragem, símbolos de demarcação territorial, mas antes de tudo, simbolizam vozes, identidades. Assim como os monumentos, *lugares de memória* de Nora, eles também querem sobreviver ao tempo:

Para se entender por que esses jovens infringem as normas e buscam – como o risco de escalam edifícios altos, de serem pegos pela polícia e mesmo assassinados por um segurança particular – é preciso retomar a principal característica da pichação: a efemeridade. Esta parece ser o maior obstáculo que desejam superar com suas pichações pela cidade. De forma paradoxal, eles tentam imortalizar seus nomes em um suporte extremamente efêmero que é a paisagem urbana. Enquanto fixam suas marcas com letras estilizadas à procura “da fama por outros meios”, como costumam afirmar, a cidade tenta arrancá-las da paisagem. As coleções de folhinhas aparecem, nesse sentido, como uma forma de fazer com que os seus pixos permaneçam e não sejam apagados da **memória**.²⁴⁶

²⁴⁵ Idem p.151

²⁴⁶ Idem p. 155



Figura 27. Travessa B.V. na esquina com a rua de São Francisco, detalhe do bairro " Torre vive", bairro da zona sul do Recife distante quilômetros do local. Fevereiro de 2016.



Figura 28. Parede da igreja do Amparo. Fevereiro de 2016.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que mais inquieta o olindense como a violência e os problemas concernentes às questões patrimoniais devem ser discutidos e resolvidos tão logo seja possível. Acredito, partindo do pensamento de Simmel, que o conflito é inerente, não só às questões patrimoniais mas à própria existência humana. Conflitos não são só negativos, ao contrário. Há algo de positivo no conflito, no caso olindense, pode ajudar a fomentar novas formas de gestão patrimonial, um maior diálogo entre os moradores do sítio tombado e o poder do Estado. O conflito: “(...) É uma força dinâmica, propulsora e desbloqueadora de situações sociais dinâmicas e/ou estáticas, cristalizadas nas formas sociais existentes, nos modos adotados por uma sociedade. (...) O conflito configurar-se-á numa intervenção construtiva (...)”.²⁴⁷

Não obstante, as tensões decorrentes das leis que fundamentam o tombamento e a momentânea situação alarmante de vários monumentos, incluindo-se aí as casas, penso como Aloísio Magalhães que em 1979 afirmou que se não fosse pela política de preservação, Olinda nem existiria mais. O que há em relação aos edifícios de quase meio milênio de existência é um misto de falta de reparos preventivos ao longo dos anos que ocasiona em obras de restauração cada vez mais onerosas. Só à época dessa pesquisa, para a restauração de diversos monumentos, estavam sendo despendidos dezenas de milhões de Reais. É mui complicado gerir um perímetro patrimônio mundial precisando de tanta verba para reformas. Torna-se premente a busca por sustentabilidade dos locais mais visitados como as Igrejas e em especial, os museus. À época dessa pesquisa, o Museu de Arte Contemporânea de Olinda estava fechado, com as estruturas prestes a cair. No Recife, a antropóloga e professora do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT) da UFPE, Isabela Andrade de Lima Morais, desenvolve pesquisas relacionadas à gestão de museus recifenses usando o conceito de **economia criativa**, criando mecanismos de sustentabilidade financeira exitosos em diversos museus da Capital pernambucana como: Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), Casa Museu Magdalena e Gilberto Freyre (Casa Museu), Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) e Museu da Abolição (MAB).

Segundo Isabela Andrade de Lima Morais, a economia criativa:

tem se constituído como um elemento importante para produzir perspectiva de geração de renda que garanta a sustentabilidade econômica dos museus e a geração de fluxos econômicos para a comunidade ao seu entorno, além de agregar valor

²⁴⁷ALCÂNTARA JUNIOR, J. O. Georg Simmel e o conflito social. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. pp. 9-10. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/222/154>.

simbólico e proporcionar experiências únicas para os visitantes, a partir da inovação dos espaços e dos acervos dos museus.²⁴⁸

Os órgãos gestores de Olinda deveriam atentar para a economia criativa como uma opção o mais rápido possível, não há como continuar gerindo uma cidade Patrimônio Mundial visitada por pessoas de todo o globo sem se adequar ao presente.

Mas esse é apenas um dos problemas. E os outros? O processo de Globalização é um desafio diário, como as memórias e identidades locais lidarão com o inevitável caminho de um mundo cada vez mais supranacional e homogeneizante? Olinda é uma cidade que sempre está chamando a atenção nos meios jornalísticos e acadêmicos, seja pela incrível riqueza cultural representada em monumentos, patrimônios vivos, carnavais, ou seja, pelas belezas naturais. Foi-me possível compreender como as percepções dos cidadãos da área tombada acerca das políticas patrimoniais, problemas cotidianos, suas memórias afetivas e coletivas são inseparáveis da identidade olindense. Identidade continuamente reafirmada e orgulhosamente assentada em séculos de História e estórias, as quais se confundem no imaginário local e sedimentam o senso de ser olindense. Há, como demonstramos nessa breve pesquisa, conflitos, contradições, tensões, mas, em que sociedade humana não há tais questões? Apesar dos queixumes mais do que justos sobre os problemas cotidianos, em especial, relações assimétricas de poder com órgãos governamentais, o coração de Olinda pulsa mais forte cada dia.

É uma cidade especial, palco diário de ressignificações do imaginário nativo, nacional e mundial. Uma janela do passado que se abre para o presente. Por isso mesmo, merece mais atenção dos gestores públicos, Olinda merece estar sempre o mais próximo da perfeição que uma cidade patrimônio mundial deve almejar. Todos os problemas relatados na *cidade alta* não são exceções dela, ao mesmo tempo, quantas cidades no Brasil e quiçá no mundo podem se gabar de tão glorioso passado que é presente e que presenteia a quem olhos tiver para ver e alma para sentir toda a mágica atmosfera que permeia Olinda?

Ousarei tomar como minhas palavras finais, as que certa vez foram proferidas pelo eterno morador da Ladeira da Misericórdia, aquele que se faz tão presente nas discussões patrimoniais ainda hoje, e que lutou até o fim da vida pela preservação de Olinda.

Olinda tem (mais de) 400 anos e sobreviveu. Teve incêndio, teve inundação. (...)Mas Olinda resistirá, já ressurgiu até das próprias cinzas. Por muito tempo ainda a mesma brisa acariciará os coqueiros, a mesma qualidade de sol iluminará os pontos claros no

²⁴⁸ MORAIS, Isabela Andrade de Lima. Antropologia e Turismo: a relação da cadeia dos museus com a cadeia do turismo a partir da economia criativa. Disponível em: http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/32_trabalho_000828_1373765480.pdf p.4

verde destas colinas, para que os que vierem depois de nós se gratifiquem como nós nos gratificamos, sobretudo se conseguirmos ser fiéis guardadores dos bens que já recebemos dos que foram fiéis (à cidade) antes de nós.

Discurso de Aloísio Magalhães em seu discurso no encerramento do encontro em defesa do Patrimônio cultural de Olinda. Igreja da Sé, Olinda, 2 de dezembro de 1979. ²⁴⁹

²⁴⁹ MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro. Ed: Nova fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p-205-209.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça - Herança e Testemunho**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 1995.

ALCÂNTARA JUNIOR, J. O. **Georg Simmel e o conflito social**. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. pp. 9-10. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/222/154>. Acesso em 02 de maio de 2016.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Rodrigo M. F de. Brasil: **Monumentos Históricos e Arqueológicos**. SPHAN. 1952. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc6_MonumentosHistoricosArqueologico_m.pdf. Consultado em: 22 de março de 2016.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura IPHAN, 1987.

ARANTES, A.A. **Preservação como prática social**. Revista de Museologia, v. I, n. I, 1989.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da Mobilidade**. Maceió. EDUFAL: UNESP, 2010

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: **Enciclopédia Einaudi**: Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

BARATA, Mário. **Patrimônio Histórico e Artístico e Democracia**. São Paulo. Ed. Módulo. 1992.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. **O estudo da gentrificação**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>. Consultado em: 17 de fevereiro de 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.

_____. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1984.

BERGER, Peter. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro, Ed Petrópolis. Ed. Vozes.

BO, João Batista Latari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: Ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco. 1º trimestre de 2016. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, Secretaria de defesa social de Pernambuco. CONDEPE/FIDEM, 2016. Disponível em:

http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=18784309&folderId=32445616&name=DLFE-161501.pdf. Acesso em 8 de maio de 2016.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. Publicações Europa-América, Lisboa, s.d,

BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1929-1989. A revolução Francesa da historiografia**. São Paulo. Ed. UNESP, 1991.

CAMPOS, Hélio Cavalcanti de Siqueira; AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de. **A Legislação Brasileira e seu enfoque acerca da Museologia nacional e Patrimônio público: As Diretrizes de gestão sobre a arqueologia pré- histórica, expansão de seu campo de atuação e a criação do Museu de História Natural em Pernambuco**. 2010 http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/38/2012_38_4369.pdf. 12 de outubro de 2016.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**; tradução: Maria Leticia Ferreira – 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Ed. Online 2001. Disponível em: http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_marilena_chauí.pdf. Acesso em: 9 de novembro de 2015.

_____. **O que é Ideologia**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1980.

CHOUAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo, UNESP. 2006.

COTRIM, Gilberto. **História & Consciência do Brasil I. Da conquista à independência**. 9 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

CUNHA, Olívia. **Tempo imperfeito: Uma Etnografia do arquivo**. MANA 10(2), 2004.

DELGADO, Luiz. **Gestos e vozes de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1970.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. São Paulo: EDUSC, 1999.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2006.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas do povo nilota**. Tradução: Ana M. G. Coelho. Perspectiva: São Paulo, 1978.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Consultado em: 25 de maio de 2016.

FERNANDES GAMA, José Bernardo. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977.

FONSECA, Cláudia. **O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa.'** Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/1106/910>
Consultado em: 04 de junho de 2015

FREYRE, Gilberto. **Olinda 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira.** RJ: Ed. José Olympio, 1968.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio e colecionismo: algumas considerações.** Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1056/619>.
Consultado em: 28 de junho de 2015

FUNARI, P e PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2006.

GANDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da terra do Brasil.** p. 3. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000282.pdf>.
Consultado em: 16 de março de 2016.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado.** In: NOVAIS, Fernando A. (org.) **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GONÇALVES, Cláudio do Carmo. **Ficções do patrimônio: raízes da memória em Gustavo Barroso e Mário de Andrade.** 2002 RJ. Ed. Ágora da ilha.

GONÇALVES, J.R. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Disponível em: http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Consultado em: 02 de julho de 2015

_____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade As Culturas como Patrimônios.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>.
Consultado em: 04 de janeiro de 2015

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES SALLES, Sandro. **Notas sobre representação e Patrimônio.** In: **Patrimônio cultural em discussão: Novos desafios teórico-metodológicos.** Recife. UFPE, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. **O Homem do renascimento.** São Paulo. Ed. Presença. 1984

HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JAENISCH, Samuel Thomas. **Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade**. (Artigo apresentado em: II Simpósio Internacional Diálogos da Contemporaneidade, organizado pelo Centro Universitário Univates, setembro de 2010.). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/jaenisch-samuel-entre-cercas-muros-e-alarmes.pdf>. Acesso em maio de 2016. Consultado em: 07 de outubro de 2015

KEMP, Kênia, **Identidade Cultural**. In: GUERRIERO, Silas. (Org.). **ANTROPOS E PSIQUE - O Outro e sua Subjetividade**. 1ed.São Paulo: Olho d'Água, 2000.

KENNAN, George F. **O declínio da ordem europeia de Bismarck**. Brasília: UNB, 1985.

KÜHL, Beatriz M. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento Teórico**. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_conservacao_arquivo_pdf/n3_beatr.pdf. Consultado em: 14 de maio de 2016.

LAGO, Claudia. **Ensinos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo**. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH – Vol. 6 - Número 1 – 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/745/567>. Consultado em: 17 de dezembro de 2015.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1998.

_____. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

_____. **Por um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215**. Barueri/SP. Ed. Manole, 2010.

LIMA FILHO; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (Org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: ABA, 2007.

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, 1993. <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Consultado em: 14 de agosto de 2016.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: Nova fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGNANI, José Guilherme. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32. jul./dez. 2009

MALHANO, Clara Emília Sanches de B. **Da materialização à legitimação do passado: A monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945**. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MATTOS, Carmem Lucia. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MEC/ SPHAN/ PRÓ-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980. [portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Consultado em: 28 de março de 2016

MEDEIROS, Bartolomeu Tito. **Conceituação e políticas de tombamento: isto acrescenta algo aos quilombos?** In: SANDRONI, C. SALLES, Sandro Guimarães (Org) **Patrimônio cultural em discussão** Recife: UFPE, 2013.

MENDES, Glaucia. **A construção da notícia sob a ótica etnográfica: contribuições da antropologia para os estudos de jornalismo**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, jan./jun. 2013 DOI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v34n2p283-303>. Consultado em: 20 de janeiro de 2016.

MENEZES, José Luiz Mota. **Sé de Olinda**. Recife. FUNDARPE, 1985

MICHELET, Jules. **História da França**. Vol. II, 1986. p. 106.

MILET, Henrique Augusto. **A lavoura da cana-de-açúcar**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massagana, 1989.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima. **Antropologia e Turismo: a relação da cadeia dos museus com a cadeia do turismo a partir da economia criativa**. Artigo apresentado na IV Reunião Equatorial de Antropologia/ XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Disponível em: http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/32_trabalho_000828_1373765480.pdf. Acesso em 10 de junho de 2016

MOTTA, Luiz. **Para uma antropologia da notícia**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Memória de Olinda: história, psicanálise paixão e arte**. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Chaves de. **O Patrimônio para além da Pedra e Cal: um estudo sobre usos e apropriações da cidade**. – Recife: UFPE, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade Nacional**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994.

PEIRANO, Mariza. **A história que me orienta. IN: Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares / ORG: SCOTT, P. CAMPOS, R. PEREIRA, F. – RECIFE: UFPE, 2014.**

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014. Disponível em:
[Http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015). Consultado em: 10 de março de 2016.

PEREIRA, Antonio Barbosa. **As marcas da cidade: A dinâmica da pichação em São Paulo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a07n79.pdf>. Consultado em: 5 de março de 2016.

PEREIRA, Moacyr Soares. **Índios Tupi-Guarani na Pré-história: Suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió: EDUFAL, 2000.

PONTUAL, Virgínia. MILET, Vera. **Olinda: Memória e esquecimento**. Olinda: CECI, 2007.

POULOT, Dominique. **Cultura, História, valores patrimoniais e museus**. Revista VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46. jul/dez 2011 Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/04.pdf>. Consultado em: 20 de dezembro de 2015.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimonio**. Barcelona, Editorial Ariel S.A, 1997.

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado**. Recife: Secretaria de educação do estado. 1977.

ROCHA, Ana Luiza & ECKERT, Cornélia. **Etnografia: Saberes e práticas**. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/9301/5371>. Consultado em 10 de fevereiro de 2016.

SAEZ, Oscar. **Esse obscuro objeto da pesquisa: Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. 1ª edição. Santa Catarina: ed do autor, 2003.

SALA Jr. Dalton. **O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. USP. São Paulo. 1988.

SALVADOR, Frei Vicente – **História do Brasil**. Disponível em:
<http://www.psb40.org.br/bib/b142.pdf>. Consultado em 5 de maio de 2016.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A Invenção do Brasil: um problema nacional?** Revista de História, São Paulo: Universidade de São Paulo, jan/jun.1985. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61324/64265>. Consultado em: 3 de janeiro de 2016.

_____. **Da casa senhorial à Vila Operária: patrimônio cultural e memória coletiva**. In: Revista Tempo brasileiro. v.87. out-dez.1986.

SANTOS, Itamar Rocha. **Aspectos da violência urbana**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas Vitória da Conquista-BA n. 5/6. 2009.

SARAIVA, Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo, Ed. Saraiva, 2008.

SMITH, Robert C. **Arquitetura Civil do Período Colonial**. Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 17, 1969.

SILVA, Daniele. XAVIER, Maria & LINS, Samuel. **O Turismo e sua Influência no Comércio, Comunidade e Desenvolvimento Local do Sítio Histórico de Olinda-PE**. Documentos técnicos científicos. Volume 44 | N° 01 | janeiro - março | 2013.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**; São Paulo: USP, 2003.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2006.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: **O Fenômeno urbano**. Org: Otávio Velho. RJ. 1967. Disponível em: http://www.marcoareliosoc.com.br/03velho_completo.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2015.

_____ (1949 [1910]). “**The sociology of sociability**, ” *The American Journal of Sociology* 55(3): 254-261. <https://www.jstor.org/stable/2771136?seq=1#pagescantabcontents>.

VELHO, Gilberto. “**Antropólogo diz que violência é mais cultuada entre jovens**” Entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 20/10/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200319.htm>. Acesso em 17> Acesso em 19 de setembro de 2015.

_____. **Violência: Uma Perspectiva Antropológica**. Sociedade Brasileira para o progresso da ciência. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/gilbertovelho.htm#_edn1. Acesso em 5 de fevereiro de 2016.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 7ª ed., 2003.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZUKIN, Sharon. **Entre o tecido físico e social das cidades**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 29 N° 84 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/00.pdf>. Acesso em 4 de maio de 2016.

SITES CONSULTADOS:

Associação Brasileira de Antropologia:

Código de ética da ABA

Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=3.1> Acesso em: 4 de maio de 2016.

CBN Pernambuco Rádio e Portal de notícias online:

Número de assaltos aumenta no sítio histórico de Olinda:

Disponível em: <http://www.cbnrecife.com/noticia/numero-de-assaltos-aumenta-no-sitio-historico-de-olinda> Acesso em 10 de agosto de 2016.

Diário de Pernambuco:

Nesta Quarta Olinda é considerada capital do Brasil e de Pernambuco:

Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/01/27/interna_vidaurbana,623932/nesta-quarta-olinda-e-considerada-capital-do-brasil-e-de-pernambuco.shtml. Acesso em 5 de fevereiro de 2016.

Criminalidade assusta moradores do sítio histórico de Olinda:

Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/05/13/interna_vidaurbana,644452/criminalidade-assusta-moradores-do-sitio-historico-de-olinda.shtml. Acesso em 2 de junho de 2016.

Facebook:

Comunidade virtual organizada pelos moradores para discutir problemas da cidade de Olinda. Disponível em: <https://www.facebook.com/eumoradordeolinda/> Acesso em 10 de maio de 2016.

Movimento organizado virtualmente em prol do Cine Olinda. Disponível em: <https://www.facebook.com/Ocupe-Cine-Olinda-435690806556025/> Acesso em: 18 de abril de 2016.

Folha de Pernambuco:

Sítio histórico de Olinda está sem câmeras desde o carnaval: <http://www.folhape.com.br/cotidiano/2016/8/sitio-historico-de-olinda-esta-sem-cameras-desde-o-carnaval-0149.html>. Acesso em: 12 agosto de 2016.

Globo G1 Portal de notícias:

Assalto em ônibus deixa bandido morto e motorista baleado em Olinda:

Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/08/assalto-onibus-deixa-bandido-morto-e-motorista-baleado-em-olinda.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

Casarios históricos em Olinda estão abandonados e depredados:

Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/casarios-historicos-em-olinda-estao-abandonados-e-depredados.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Disponível em: www.iphan.gov.br/. Acesso em 1 de maio de 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Atlas da violência 2016, feito em parceria com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em abril de 2016.

Jornal do Comércio de Pernambuco:

Olinda revisa lei específica do sítio histórico da cidade:

Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/13/olinda-revisa-lei-especifica-do-sitio-historico-da-cidade-172048.php>. Acesso em 25 de março de 2015.

Palácio de Maurício de Nassau pode ser visitado virtualmente:

Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/suplementos/jc-mais/noticia/2015/05/10/palacio-de-mauricio-de-nassau-pode-ser-visitado-virtualmente-180365.php>. Acesso em 12 de maio de 2015.

Recifenses lamentam falta de zelo com o patrimônio histórico da cidade:

Disponível

em:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/08/17/recifenses-lamentam-falta-de-zelo-com-o-patrimonio-historico-da-cidade-248996.php>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Sítio histórico de Olinda está com duas igrejas e o seminário interditados:

Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2015/05/29/sitio-historico-de-olinda-esta-com-duas-igrejas-e-o-seminario-interditados-183389.php>. Acesso em 1 de junho de 2015.

NE10 Notícias Portal Pernambuco:

Número de assaltos cresce no grande Recife e assusta população:

Disponível em: <http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/03/09/numero-de-assaltos-cresce-no-grande-recife-e-assusta-populacao-601341.php>. Acesso em 20 de março de 2016.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (UNESCO)

Centro da cidade de Goiás/GO. Patrimônio mundial:

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/historic-centre-of-the-town-of-goias>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

Seventeenth-Century Canal Ring Area of Amsterdam inside the Singelgracht: Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1349>. Acesso em abril de 2016.

Mapa da violência no Brasil publicado em 2015:

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/aboutthisoffice/singleview/news/map_of_violence_examines_deaths_by_firearms_in_brazil_from_1980_to_2012/#.V99br_krLIU. Acesso em 20 de março de 2016.

Prefeitura municipal de Olinda:

Disponível em: www.olinda.pe.gov.br. Acesso em 19 de setembro de 2015.

Revista de História.com.br:

Especial Baleias - Gigantes à proa:

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-baleias-gigantes-a-proa>. Acesso em 1 de junho de 2016.

TV Clube de Pernambuco:

Insegurança no sítio histórico de Olinda.

Disponível em: <http://www.tvclubepe.com.br/app/outros/ultimos-videos/56,266,56,260/2016/07/12/video,97606/inseguranca-no-sitio-historico-de-olinda-pe-no-ar-12-07-16.shtml>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

TV Jornal de Pernambuco:

Lixo toma conta de ruas e de sítio histórico em Olinda.

Disponível em: <http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2014/08/29/lixo-toma-conta-de-ruas-e-de-sitio-historico-de-olinda-15576.php>. Acesso em 30 de agosto de 2014.

Youtube:

Desocupação do seminário de Olinda, vídeo veiculado pelo canal oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife no youtube:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0rmStA66tCU>. Acesso em: Set/2015.

Pai Rominho de Oxossi fala sobre a lavagem do Adro da Igreja da Sé em vídeo do canal oficial da prefeitura de Olinda no youtube:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eHaXHcyvrQQ>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

Decretos:

Prefeitura de Olinda; Legislação Municipal de Olinda. Lei Nº 4.119 de 28 de setembro de 1979. Institui o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos em Olinda.

Disponível em: <http://www.legisolinda.com.br/arquivos/LO/4119.pdf>. Consultado em 10 de janeiro de 2016.

Brasil. Decreto-Lei Nº 25/37, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Consultado em 22 de abril de 2016.